



AGENDA FORMATIVA 2026



CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL

Organismo do Povo de Deus da Igreja no Brasil
Brasil, 2026.

Nosso Objetivo 2025-2029

EVANGELIZAR anunciando a Boa Nova de Jesus Cristo, como cristãos leigos e leigas, sujeitos eclesiais, discípulos e discípulas missionários, em suas diferentes expressões e carismas, fiéis à evangélica opção preferencial pelos pobres, em defesa da vida em todas as suas formas, nas periferias geográficas e existenciais, numa dinâmica sinodal, a caminho da plenitude do Reino.

Presidência 2025-2029

Márcio José de Oliveira - Presidente

Marlise Ritter - Vice-Presidente

Patrícia Gil Cabral - Secretária-Geral

Eder D'Artagnan Ferreira Guimarães- Segundo Secretário

Adriano Massariol Pacheco - Tesoureiro-Geral

Francisca Alzira Bernardo Dias - Segundo Tesoureiro

Grupo de Trabalho da Agenda Formativa 2026

Leci Conceição do Nascimento

Leonardo Henrique de Souza Moura

Márcia Maria Domingas de Almeida Signorelli

(Responsável pelos textos da DSI)

Patrícia Gil Cabral

Contatos

secretaria@cnlb.org.br

www.cnlb.org.br

APRESENTAÇÃO

Queridos cristãos leigos e leigas,

Você tem em mãos, mais uma vez, a **Agenda Formativa** do Conselho Nacional do Laicato do Brasil. Em continuidade ao caminho construído ao longo dos anos, esta agenda não é apenas um instrumento de organização, mas, sobretudo, um meio pedagógico pensado para inspirar, orientar e sustentar a caminhada formativa das lideranças do laicato em todo o Brasil.

Consciente de que a formação é condição indispensável para que o laicato assuma com maturidade e eficácia sua missão específica — ser sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-16), testemunhando o Evangelho nas realidades temporais — o CNLB oferece esta agenda a serviço de um processo formativo contínuo.

Esse processo está enraizado na Palavra de Deus, no Magistério da Igreja e na Doutrina Social da Igreja, fontes que alimentam a espiritualidade, iluminam o discernimento e inspiram o compromisso transformador. Como afirma o Papa Francisco:

“ *A formação não é um treinamento técnico, mas um caminho de discipulado que molda a mente e o coração*

(cf. Christus Vivit, 244).



Cada mês, cada citação e cada proposta de reflexão foram cuidadosamente escolhidas para favorecer o cultivo de uma espiritualidade encarnada, de um pensamento crítico e de uma ação missionária comprometida com a construção do Reino. A agenda deseja ajudar cada cristão leigo e leiga a crescer como discípulo-missionário, capaz de reconhecer a presença de Deus na história e de atuar nela com responsabilidade e esperança. Afinal, *“a fé autêntica sempre implica um profundo desejo de mudar o mundo”* (Evangelii Gaudium, 183).

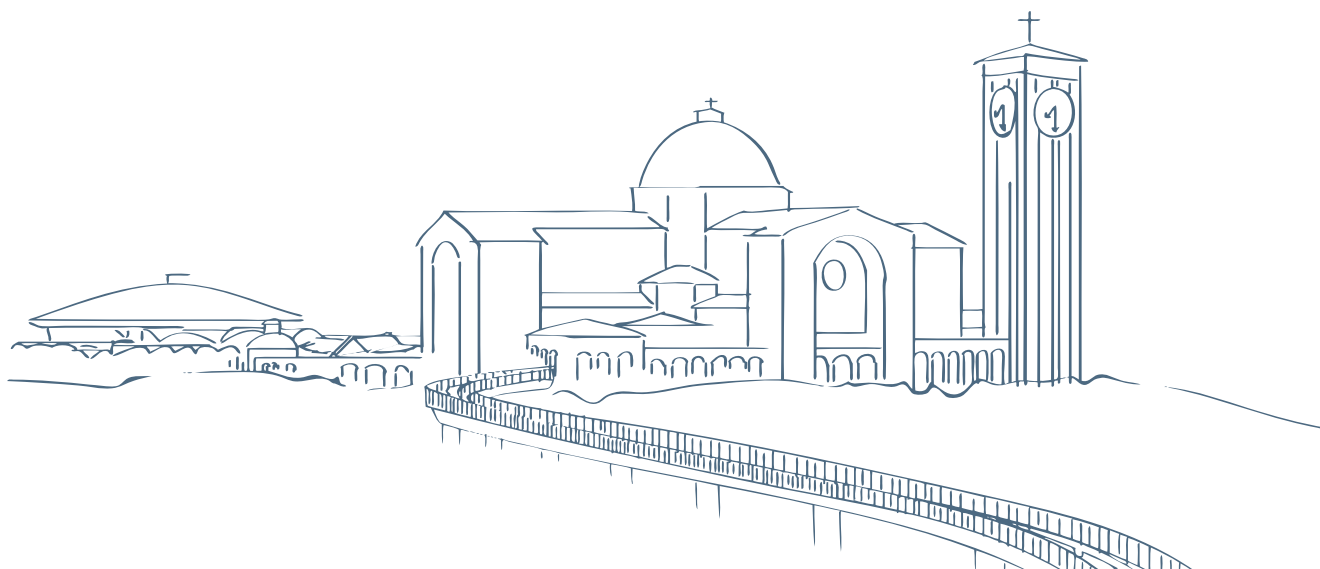
Por isso, convidamos todos os cristãos leigos e leigas a fazer desta agenda um instrumento vivo de formação: para organizar a vida, acompanhar o caminho comunitário, registrar experiências, aprofundar conteúdos e iluminar a prática missionária.

Registro, com gratidão, o trabalho dedicado do Grupo de Trabalho responsável pela elaboração da **Agenda Formativa 2026**. Página por página, é possível reconhecer o amor e o comprometimento dessas pessoas com o nosso Organismo.

Que esta agenda nos ajude a renovar a esperança, fortalecer nossa identidade laical e sustentar o compromisso de construir, com alegria e coragem, uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. Que a Senhora Aparecida nos acompanhe em nossa missão.

Um abraço fraterno.

MÁRCIO JOSÉ DE OLIVEIRA
PRESIDENTE DO CNLB



SUMÁRIO



Clique nos temas ao lado para acessar o seu conteúdo

Agenda
formativa
2026

JANEIRO

Em busca de dias melhores **06**

FEVEREIRO

Campanha da Fraternidade 2026..... **22**

MARÇO

Mulher e sociedade **38**

ABRIL

O trabalho e as novas tecnologias **54**

MAIO

Laudato Si uma esperança de Justiça Socio
climática diante do caos **71**

JUNHO

Os ecos da COP30 à luz da Economia de Francisco e Clara **90**

JULHO

Implementação Da Sinodalidade Na Nossa Vida Eclesial **109**

AGOSTO

Tempo da Criação: Ação e Oração pelo cuidado
da nossa Casa Comum **124**

SETEMBRO

As eleições de 2026 e a Democracia e Soberania do Brasil **143**



AGENDA FORMATIVA CNLB

JANEIRO
2026

EM BUSCA DE DIAS MELHORES

Oviver com medo e incertezas é um desafio dos nossos tempos. Não é fácil assistir ou fazer parte de um mundo em que pessoas morrem nas guerras insanas; nos conflitos violentos nas periferias das cidades e, também, de fome por causa da exclusão social; onde a maioria dos políticos troca a representação autorizada pelo voto popular por negociatas e pela expansão de dominação familiar; em que Estados e seus parceiros escolhem quem vai morrer e quem merece viver. Parece que tudo tende a dias piores. Mas é possível mudar, construir um mundo fraterno e com a certeza de dias melhores para todos.

Existe uma realidade no mundo e no Brasil que precisa ser mudada com muita fé, com ações políticas práticas e com solidariedade. E não se cria condições para um mundo melhor sem o envolvimento das pessoas que querem mudanças. A fé não é somente acreditar e alcançar uma paz espiritual, mas é também postular boas relações sociais movidas por amor e ainda defender transformações sociais.

E a política não é restrita aos partidos e aos políticos, uma vez que ela é reflexo de decisões cotidianas de todos, nas eleições e depois delas. E é consequência das escolhas e do envolvimento ou da omissão das pessoas. Votar com responsabilidade e ética é um compromisso com a busca do bem comum. Isso impede que a política seja somente os interesses de grupos econômicos ou de grupos familiares dentro do Estado.

A solidariedade tem que ser universal. Não é uma mera afinidade relacionada ao gênero, à cor da pele das pessoas ou ao local de nascimento delas. Todos os que sofrem e os que são injustiçados precisam de ajuda, independentemente do país, do gênero, da cor ou da identidade social construída ou escolhida, todos merecem a solidariedade.

O início ou a continuação da busca por dias melhores com fé, com práticas políticas responsáveis e com muita fraternidade, será mais intensa nos dias de 2026. Acreditem! A fé move o ser humano, o voto com responsabilidade melhora a qualidade da política e a solidariedade é o exercício da fraternidade com todos e entre todos que defendem um mundo sem medo e incertezas. Assim, dias melhores virão!

Carlos Santiago, Sociólogo, Cientista Político, Advogado e membro do Comitê de Combate à Corrupção Eleitoral no Amazonas.



MEMÓRIA

Silvestre Santos Lima, Natural de Arapongas-PR. residiu em Curitiba-PR; graduado em Administração de Empresas, pela UEM - Universidade Estadual de Maringá-PR, trabalhou no Banco do Brasil, cargo de gerente de agência. Foi ministro Extraordinário da Sagrada Eucaristia, da coordenação do Vicariato Oeste da Diocese de Maringá e participou do Movimento de Cursilho de Cristandade- MCC. Desde 1985, atuou no CNLB, participando da organização do CNLB - Regional Sul II. Silvestre foi tesoureiro durante anos nas diversas presidências. Devemos a ele também a criação do primeiro “site” do CNLB.



† *Silvestre Santos Lima*



PALAVRA DE LEÃO XIV

*Esta é a paz de Cristo Ressuscitado, **uma paz desarmada e uma paz desarmante**, que é humilde e perseverante. Que vem de Deus, do Deus que nos ama a todos incondicionalmente.*



(Leão XIV/ Mensagem para dia da Paz-2026)



Intenção de oração do Papa confiadas a Rede Mundial de Oração para janeiro de 2026

Pela oração com a Palavra de Deus
Rezemos para que a oração com a Palavra de Deus seja alimento nas nossas vidas e fonte de esperança nas nossas comunidades, ajudando-nos a construir uma Igreja mais fraterna e missionária.

CONVERSANDO

OUTRO NOME DA PAZ É DESENVOLVIMENTO

O Magistério da Igreja diz que nada se perde com a paz, mas tudo pode ser perdido com a guerra; diz que “a guerra é a falência de todo autêntico humanismo, uma derrota da humanidade”, “é um flagelo”; nunca mais a guerra onde se vê uma carnificina inútil, uma aventura sem retorno”.

“É, portanto, essencial a busca das causas que originam um conflito bélico, em primeiro lugar as que se ligam a situações estruturais de injustiça, de miséria, de exploração, sobre as quais é necessário intervir com o objetivo de removê-las: “Por isso, o outro nome da paz é o **desenvolvimento**. Como existe a responsabilidade coletiva de evitar a guerra, do mesmo modo há a responsabilidade coletiva de promover o desenvolvimento”.

Doutrina Social da Igreja - Giovanni Paolo II, Lett.
enc. *Centesimus annus*, 52: AAS 83 (1991) 858)



“

A guerra é a
falência de
todo autêntico
humanismo,
uma **derrota da
humanidade**

”

CONHECENDO MAIS A DSI

Era de se esperar, pelo próprio nome que escolheu, Leão XIV, que seu pontificado continuaria a proclamar, a dar ênfase a tantos ensinamentos que a Igreja comunica como **Doutrina Social**. Por isso este ano de 2026, esta Agenda Formativa, dará ênfase a 12 dos princípios da DSI, um em cada mês, iluminando pontualmente à construção da cidadania, onde pelo voto, se decide os rumos do Estado que queremos, priorizando toda e qualquer pessoa, sem distinção e buscar o que for necessário para tal, que é a consecução do Bem que necessariamente deve ser comum..

A Exortação Apostólica do Papa Leão XIV, “Dilexi te”, chama atenção por uma tradição da Igreja, conclamada por Jesus, que é a opção pelos pobres. Este tema tão atual, pela própria exigência evangélica de não excluir ninguém de viver dignamente, requer nossa atenção a todo momento. Não seria por acaso que a prioridade da **Pessoa Humana, e o Bem Comum**, pelo qual a pessoa pode construir vida digna, são dois princípios básicos da Doutrina Social da Igreja. Desses, advém todos os demais.

A Pessoa Humana, é prioridade independente de classe social, idade, etnia, religião porque tem sua imagem criada à imagem e semelhança de Deus. Por isso, é que todos os demais princípios da DSI, sejam econômicos, políticos, sociais, estão voltados pensando no BEM de cada pessoa. E, como as pessoas convivem entre si, o Bem deve ser Comum, por uma questão de justiça. Simples assim!

É necessário entender, porém, que a Doutrina Social da Igreja tem uma dimensão teórica, porque ela é formada pela raiz teológica, moral ou racional derivados do Evangelho, mas tem também a dimensão da experiência humana da Igreja histórica. Por isso dizemos que ela é interdisciplinar. Ela chama atenção, discorre sobre o problema, mas tem necessidade das demais ciências, da economia, da sociologia, da psicologia, por exemplo, para compreender a complexidade da realidade. Isso abre um leque de temas, situações a serem abordadas, que sem o seu conhecimento profundo não se delineia uma ação realmente transformadora.

Esta Agenda
Formativa,
dará ênfase a
**12 dos
princípios
da DSI**

APROFUNDANDO O CONHECIMENTO



A Prioridade da Pessoa Humana:

O humano é o ponto fundamental da criação, haja vista a própria Encarnação no Humano. Em toda e qualquer situação em que a pessoa está inserida, é ela e seu bem, sua vida, que deve vir em primeiro lugar nas preocupações de todos e todas, especialmente dos sistemas e governos, como sua grande prioridade.

LER, REFLETIR, COMENTAR

Se a prioridade é a PESSOA HUMANA e o BEM deve ser COMUM, porque os pobres não têm sua dignidade garantida, suas necessidades mais básicas? Não são prioridade para os Governos, para os Sistemas, para a Economia? Nessa mudança de época, o Bem que deveria ser Comum, é repartido com quem? De que forma? Como o Bem, se de fato Comum, modificaria o rosto da sociedade? A ideia do Bem Comum não é a soma dos



O Bem Comum:

“A ideia do Bem Comum não é a soma dos bens de cada um, nem uma média de todos, mas é de todos, indivisível, do qual todos participam porque só na comunidade se pode melhorá-lo e aumentá-lo”. (GS26) O agir cristão leva ao incansável trabalho de estar com o outro, procurando o seu bem, a sua felicidade, a sua promoção, os seus direitos como se fosse seu próprio. Algumas exigências do Bem-Comum: o empenho pela paz, ao processo político, jurídico, cuidados com a casa comum, direitos humanos, acesso às exigências mais básicas, informação, tutela da liberdade religiosa...

bens de cada um, nem uma média de todos, mas é de todos, indivisível, do qual todos participam porque só na comunidade se pode melhorá-lo e aumentá-lo. É “comum” porque, de toda forma, é vivido e partilhado por todos. Na sua cidade, quem as políticas mais favorecem?

RECORDANDO

1

A DSI é o olhar da Igreja, do seu Magistério, sobre as complexas realidades da vida humana, iluminado à luz da fé, da Palavra de Deus. É o conjunto de encíclicas, exortações, cartas, documentos dos bispos em comunhão com o papa, do pensar teológico sobre a situação sócio-político-econômica do mundo em vista da prioridade da pessoa humana em toda a sua dignidade.

2

Magistério da Igreja é a função de autoridade dada aos bispos em comunhão com o papa, pelo próprio Jesus Cristo, de ensinar, interpretar e guardar a Palavra de Deus, a Tradição e Escritos.

3

Doutrina, Ensino ou Pensamento da Igreja são todas as expressões usadas para o mesmo fim. A expressão Doutrina Social da Igreja é usada em documentos oficiais do Magistério e em outros textos. O termo “doutrina” dá mais a impressão de conteúdo dogmático quando na verdade é mais um pensar teológico do Magistério sobre a realidade social. Paulo VI, na “Octogesima Adveniens”, usa “Ensino Social da Igreja” e o Papa Francisco, na “Evangelii Gaudium”, usa o termo “Pensamento Social da Igreja”, porém sem exclusão ou substituição do termo DSI.

VOCÊ SABIA?

Entre outros
fazem parte
da DSI:

1891

Rerum Novarum

Sobre a Condição dos
Operários Leão XIII

1931

Quadragesimo Anno

Restauração da Ordem
Social – Pio XI

1961

Mater et Magistra

Evolução da Questão
Social – João XXIII

1963

Pacem in Terris

Paz na Terra – João XXIII

1965

Gravissimum Educationis

Sobre a Educação Cristã

1965

Gaudium et Spes

A Igreja no Mundo de Hoje
(Const.Pastoral) – Concílio
Vaticano II

1967

Populorum Progressio

Sobre o Desenvolvimento
dos Povos – Paulo VI

1971

Octogesima Adveniens

Necessidade de um Mundo
em Transformação – Paulo VI

1971

Iustitia in Mundo

Sínodo dos Bispos

1975

Evangelii Nuntiandi

A Evangelização no Mundo de

1981

Laborem Exercens

Sobre o Trabalho Humano – João Paulo II



1897

Sollicitudo Rei Socialis

Sobre a Solidariedade –
João Paulo II

1988

Fides Et Ratio

Fé e Razão – João Paulo II

2004

**Compêndio da Doutrina
Social da Igreja**

2009

Caritas in Veritate

Desenvolvimento Humano
– Bento XVI

2015

Laudato Si

Sobre o Cuidado da Casa
Comum – Francisco

2025

Dilexit te

Sobre o Amor para com os
Pobres – Leão XIV

1991

Centesimus Annus

Centenário da Rerum
Novarum – João Paulo II

2001

Novo Millennio Ineunte

No início do Novo Milênio
– João Paulo II

2005

Deus Caritas est

Bento XVI

2013

Evangelii Gaudium

A Alegria do Evangelho –
Francisco – Cap. II

2020

Fratelli Tutti

Sobre Fraternidade e Amizade
Social – FranciscoHoje – Paulo VI

Somem-se a
estas outras
Mensagens,
Cartas, Exortações
documentos
sociais

A DSI, CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E O ANO DE ELEIÇÕES

“Para a Igreja, a mensagem social do Evangelho não deve ser considerada uma teoria, mas sobretudo um fundamento e uma motivação para a ação”.

(Centesimus Annus, 57)

O CNLB sempre reconheceu a Palavra de Deus e o Magistério da Igreja — especialmente a Doutrina Social da Igreja — como fundamentos essenciais de sua caminhada. É na riqueza da Doutrina Social que se iluminam os critérios e as linhas de ação indispensáveis para que a missão própria dos cristãos leigos e leigas, tanto na Igreja quanto na Sociedade, se desenvolva com maturidade, discernimento e eficácia evangelizadora. **Porém, de nada adianta o conhecimento profundo da DSI, se ela não é colocada em prática: por si só a teoria não modifica a realidade.** Dessa forma, o CNLB como espaço de formação, sempre se pautou por um conteúdo formativo-teórico, apontado para o agir consciente, competente e eficaz, exatamente porque o CNLB é esse espaço do desenvolvimento, do entendimento da vocação/missão laical, no chão que se pisa para a ação evangelizadora.

É por isso que sempre **ao começar uma reunião, uma assembleia, um encontro**, em seus vários níveis, o CNLB sempre apresenta uma **análise de conjuntura da realidade**, essencial para se entender o momento presente, para dar respostas eficazes de transformação conforme a tradição cristã. Sem entender essa realidade, como agir por dentro do tecido humano da sociedade, como ter uma ação eficaz?

Este ano teremos **eleições**. Não podemos refletir teologicamente sobre o processo político se não entendermos que a política existe em vista da dignidade da Pessoa e do Bem Comum de todos e todas. As eleições deste ano resguardam, ou não, a nossa Democracia. Eleição é decisão para a construção de uma sociedade onde a pessoa e sua vida digna seja o centro de tudo. Aí está a possibilidade e exigência do protagonismo laical.

Conhecer a DSI, nos leva ao conhecimento da realidade e nos torna capazes do discernimento cristão.



MÃOS NA MASSA

Tendo como base as frases da “**Evangelii Gaudium**” abaixo:

- Devemos dizer não a uma economia da exclusão e da desigualdade social.
- Esta economia mata.
- Tudo entra no jogo da competitividade e da lei do mais forte, onde o poderoso engole o mais fraco.
- Grandes massas da população vêm-se excluídas e marginalizadas: sem trabalho, sem perspectivas.
- O ser humano é considerado, em si mesmo, como um bem de consumo.
- Vivemos a cultura do descartável.
- Os excluídos não são explorados, mas resíduos, sobras (53)

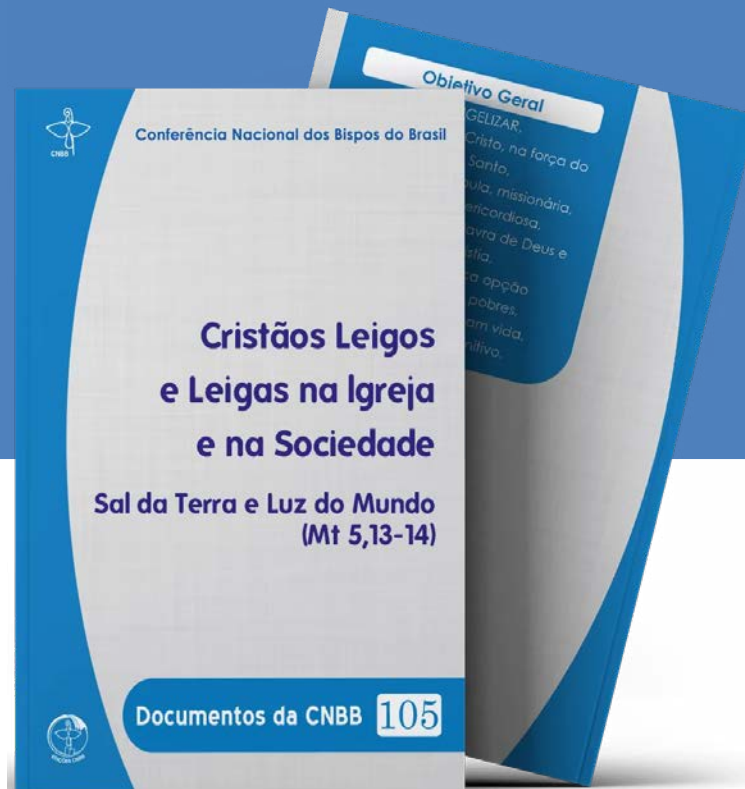


Sugestão de aprofundamento – infografia do dicastério para o desenvolvimento humano integral sobre a “**Dilexit te**”.

https://www.vatican.va/content/leo-xiv/pt/apost_exhortations/documents/20251004-dilexi-te.html

Para a nossa reflexão:

- 1- Que comportamentos você mudaria no seu modo de enxergar a realidade?
- 2- O que você acrescentaria ao seu conhecimento sobre a realidade?
- 3- Qual destas constatações você escolheria para uma redação ou palestra?
- 4- Enquanto CNLB, que ações proporia para seu grupo?
- 5- Sendo cristão leigo e leiga, como construir a cidadania e a eclesialidade num só e único movimento?



10 anos do Doc. 105 CNBB

“Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade”

2026 marca os 10 anos da publicação do Documento 105 – “Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: Sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14)”. Para celebrar a data, a cada mês faremos um recorte deste documento que é referência para o laicato no Brasil.

Entendemos o laicato a partir da eclesiologia do Concílio Vaticano II, retomada com insistência pelo Papa Francisco: a Igreja é o Povo de Deus, constituída pelo laicato, a vida religiosa consagrada e o clero. Seu horizonte é o Reino de Deus inaugurado por Jesus Cristo. Pelo batismo, as diferentes vocações, ministérios e serviços ganham a cidadania eclesial, a pertença à Igreja e o chamado a ser discípulas e discípulos missionários.

Toda a reflexão sobre a identidade, a vocação, a espiritualidade e a missão do laicato encontra na Igreja Povo de Deus o seu fundamento. Os cristãos leigos e leigas não *fazem parte* da Igreja, mas *são* Igreja. E, como insistiu o Papa Francisco, Igreja em saída, missionária, a serviço do Reino nas diversas realidades contemporâneas.

Eder D’Artagnan, marista e membro da presidência do CNLB

DATAS A SEREM LEMBRADAS



Dia Mundial da Paz – Santa Maria Mãe de Deus - O Dia Mundial da Paz em 1º de janeiro de 2026 é uma data para refletir sobre a paz e foi instituída pelo Papa Paulo VI em 1967. O tema para 2026, escolhido pelo Papa Leão XIV, é “A paz esteja com todos vós: rumo a uma paz desarmada e desarmante”, que incentiva a rejeição da lógica da violência e da guerra, promovendo uma paz baseada no amor e na justiça.



Epifania do Senhor - Também conhecida como Dia de Santos Reis, marca o momento da manifestação de Jesus Cristo como o enviado de Deus, quando o mesmo se auto conclama filho do Criador.



Dia da Gratidão: Gratidão em outras línguas, sempre está no nível do agradecimento: thank you, zu danken, merci, gracias, grazie e quer dizer, retribuo com uma graça por aquilo que me deu. Só em português é que se agradece com o mais profundo do tratado gratidão: Obrigado, mais do que ficar me obrigo, comprometo a partilhar contigo, crio um vínculo. Se não é assim que acontece na realidade, pelo menos é o sentido da palavra.



Batismo do Senhor - O Batismo do Senhor em 2026, acontece após a Epifania (Dia de Reis), celebrada no domingo, 4 de janeiro. É também o momento em que se encerra o Jubileu Ordinário da Esperança, 2025/2026, com o fechamento da Porta Santa em 6 de janeiro. A Festa encerra o Tempo do Natal e marca o início do Tempo Comum.



Dia Mundial da Religião – O termo vem do latim, “religare”, religar duas partes em separado. Em termos religiosos significa o caminho que o ser humano busca para encontrar respostas às suas eternas perguntas acerca da vida e do seu destino.



Dia de Combate à Violência e Intolerância Religiosa – A intolerância religiosa se dá quando num discurso de salvação parte-se da certeza de que a sua crença é a única e verdadeira, por isso, a busca do outro para salvá-lo. Por isso, vemos pessoas e templos atacados, símbolos ofendidos.



EM PAUTA

Conhecendo o Novo Estatuto

UM NOVO TEMPO, UM NOVO ESTATUTO

O processo de atualização do Estatuto do Conselho Nacional do Brasil – CNLB é uma história bonita de contar. Primeiro, pela vontade cristãos leigos e leigas do CNLB de ver a partir do Estatuto, um organismo fortalecido na sua identidade, espiritualidade e organização e segundo, pela participação desse laicato em todo o processo de discussão, com um itinerário que iniciou em setembro de 2023 e culminou com a aprovação das alterações, em junho de 2024, durante a Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em Manaus, no Estado do Amazonas-AM.

A denominação e natureza do organismo, concentrou um esforço maior nesse processo, pois era importante garantir sempre uma vinculação à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Assim, em artigo 1º já define que o Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB, instituição vinculada à CNBB, é uma associação de cristãos leigos e leigas católicos de direito público eclesiástico, representados por suas organizações, que assumem as diretrizes emanadas do Magistério da Igreja Católica, constituindo-se como associação privada de âmbito nacional, sem fins lucrativos e sem vínculos político-partidários, com prazo de duração indeterminado, que articula, congrega e representa o laicato do Brasil, nos termos do Estatuto.

Nos próximos meses, continuaremos apresentando as mudanças que foram necessárias para melhor atender às demandas do laicato como sujeito eclesial na Igreja e na sociedade.

Maria das Graças Silva Gervásio - Pastoral da Criança e membro do Grupo de Trabalho que redigiu o novo Estatuto do CNLB



CONHECENDO A REALIDADE DO CNLB

REGIONAIS – ORGANIZAÇÕES FILIADAS

“Os cristãos são chamados a serem os olhos, os ouvidos, as mãos, a boca, o coração de Cristo na Igreja e no mundo”

(CNBB, Doc. 105. n.º 102).

Os cristãos leigos e leigas assumindo sua vocação de ser “sal da terra e luz do mundo” têm se organizado e se posicionado, a partir do seu batismo, buscando construir processos formativos em consonância com a Igreja sinodal, pois, sinodalidade é o caminho que Deus espera da Igreja do terceiro milênio.

Com palavras e atitudes, o Papa Francisco nos deixou o legado por uma ruptura com o clericalismo institucionalizado, que já não responde aos clamores de um mundo marcado por guerras, individualismo, exploração, consumismo e destruição ambiental. Francisco reavivou a missão conferida por Jesus a todos os batizados e batizadas. O Documento de Aparecida (2007) reforça que o caminho da Igreja passa pelas periferias existenciais e geográficas, partilhando dores e esperanças com o povo.

À luz desse contexto, a Arquidiocese de Chapecó, desde sua criação, vem desenvolvendo um processo formativo atento às necessidades de cada tempo histórico. Ao longo dessa trajetória, foi-se configurando, de maneira gradual e consistente, uma transição — inspirada nas orientações do Concílio Vaticano II de um modelo de Igreja mais romanizado e clerical para uma Igreja-Cebs, povo de Deus, libertadora, servidora, missionária e sinodal. Essa transformação só foi possível graças a uma formação sólida, teórica e prática, estruturada em conteúdo, métodos e experiências que contribuíram para forjar sujeitos eclesiais e sociais capazes de assumir responsabilidades, ler os sinais dos tempos e participar ativamente na construção da história.

A criação do CNLB em 2023, marca um esforço renovado para organizar e capacitar o laicato a cumprir seu papel profético e missionário na sociedade, especialmente na promoção da justiça e na defesa de todas as formas de vida.

O processo formativo integral continua sendo um desafio que compromete cada vez mais cristãos leigos e leigas. Para tanto, os “Parâmetros básicos da formação do Laicato” são alicerce que contribui para desenvolver itinerários formativos que possibilitem capacitar o Laicato para responder demandas no interno da Igreja, mas especialmente no vasto campo de missão na sociedade (Doc.105).

Neste contexto e intuito um dos instrumentos ainda em fase de consolidação para implementação, elaborado pelo CNLB, é o “PROJETO GERMINAR” que contempla um percurso com o objetivo de “plantar sementes de organização laical, por meio de visitas, processos formativos e materiais acessíveis, de modo que novos núcleos possam despontar com autonomia, corresponsabilidade e apoio contínuo na missão de evangelizar”.

OCNLB também se insere na proposta e no processo de implementação do Sínodo através das Assembleias Paroquiais, Regiões Pastorais e da Arquidiocese.

Como CNLB da Arquidiocese de Chapecó, ousamos trilhar caminhos sinodais, como peregrinos/as de esperança, alicerçados no Evangelho, a caminho do Reino.

Marlise Ritter – a serviço da Presidência do CNLB Arquidiocese de Chapecó
e Vice-Presidência do CNLB Nacional



CNLB

AGENDA FORMATIVA CNLB

FEVEREIRO
2026

CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2026

Quero propor uma reflexão que, talvez, nos desconcerte: O que significa “ter uma casa”? E, mais profundamente, o que significa “habitar com dignidade”, à luz da fé cristã? Para esta Campanha da Fraternidade de 2026 o lema é: **“Ele veio morar entre nós”** (Jo 1,14). Esse versículo fala de um Deus que escolhe estar próximo, que assume nossa humanidade e faz da convivência e da presença um sinal de amor, e nos convida a se fazer próximos de nossos irmãos e irmãs, pois, as chagas só aparecem quando a gente se aproxima e escuta. A escultura do Cristo Sem-Teto, de Timothy Schmalz, nos convida a refletir sobre a dignidade das pessoas marginalizadas, a importância da compaixão e a respondermos: **onde mora o Cristo hoje?**

Habitar, portanto, não é só ocupar um espaço, é viver relações que nos sustentam. Mas o que acontece quando a moradia se torna impossível? Quando a desigualdade, o abandono e o preconceito empurram pessoas para uma vida sem teto, sem lar e sem apoio? Infelizmente, para muitas pessoas, principalmente as mais pobres e as que vivem à margem, o cárcere... a rua acabam sendo as únicas formas de “casa” que lhes foi possível conhecer.

É duro dizer isso, mas há vidas marcadas por tanta exclusão que o único teto, a única refeição regular e a única cama conhecida estão dentro de uma cela. E isso revela um profundo fracasso da nossa sociedade. O Brasil tem um déficit habitacional de 6 milhões de domicílios (habitação precária, coabitação, aluguel excessivo), o que representa 8,3% dos domicílios existentes. Além disso, tem mais de 300 mil pessoas vivendo na rua – um número que cresceu nos últimos dez anos. Para entender o problema da habitação, precisamos colocá-la no contexto da enorme desigualdade social que caracteriza nosso país.

Dois são os fatores principais que produzem esta desigualdade: nosso sistema tributário (impostos) e o sistema da dívida pública. Para se ter ideia, quem ganha o Bolsa Família paga quase metade do que recebe em impostos. No Brasil, a alíquota máxima é de 27,5%, atingindo mesmo quem ganha 5 salários mínimos e pesando menos sobre os mais ricos. Desde 1995, foi extinto o imposto sobre lucros e dividendos de pessoas: em outras palavras, houve uma forte redução dos impostos pagos pelos ricos. Em suma, o nosso sistema tributário, ao favorecer os mais ricos e penalizar a maioria, aumenta a desigualdade social – que representa, entre inúmeras consequências, a impossibilidade do acesso à moradia digna para a maior parte dos brasileiros. (VER – CF 2026)

Na fé cristã, o ato de “habitar” tem um valor profundo. Deus habita entre nós. Ele escolhe estar presente, mesmo nas realidades mais duras. A moradia não é

apenas um teto. É o lugar da memória, da segurança, da esperança. É onde se experimenta o cuidado e a intimidade. Sem casa, não há descanso. Sem lar, não há identidade. E para as pessoas, reconstruir essa casa, física e interior, é uma das tarefas mais difíceis e mais urgentes.

Falar em moradia também é falar de duas dimensões complementares:

- a casa interior, que representa o equilíbrio, o perdão e a auto-estima;
- e a casa social, que é o espaço de acolhida, oportunidade e reinício. Quando uma pessoa sai da prisão, precisa reconstruir as duas, e raramente encontra portas abertas para isso. Quero te convidar agora a um exercício simples, mas profundo. Imagine uma pessoa que perdeu tudo: o lar, o convívio familiar, a confiança dos outros.
- O que ela sentiria ao voltar para a rua e não ter para onde ir?
- Como podemos ajudá-la a reconstruir um lugar de acolhida? O direito à moradia é garantido pela Constituição, mas a realidade das pessoas que viveram em situação de cárcere e hoje estão nas ruas mostra que ainda há muito a ser feito. Faltam políticas habitacionais específicas, programas de acolhida temporária e ações que combatam o estigma. É por isso que a atuação das comunidades e pastorais é tão importante: a Igreja pode ser esse espaço onde as portas se abrem de novo. Podemos começar com pequenos gestos:
- organizar mutirões de documentação para sobreviventes do cárcere, (i)migrantes,
- articular parcerias com movimentos de moradia,
- oferecer espaços temporários de acolhida,
- ou simplesmente escutar, escutar de verdade, quem passou por situações conflitantes e quer recomeçar. Esses gestos, quando feitos com amor, se tornam **sinais do Reino de Deus habitando entre nós**.

Entre nós e as pessoas que vivem por moradia digna e despejo zero, há uma distância que só pode ser vencida pela compaixão. **E a fé nos lembra que ninguém é irrecuperável, ninguém é sem morada aos olhos de Deus.** O Cristo que nasceu sem casa, que foi acolhido num estábulo e que também foi encarcerado, torturado e assassinado pela sociedade da época é o mesmo que hoje nos convida a **construir lares de dignidade** para todos e todas. Por isso, te convido a levar essa reflexão para a sua comunidade? Como podemos transformar nossas paróquias em espaços que acolhem, que curam e que ajudam a reconstruir vidas? O Reino de Deus começa quando alguém encontra um lugar para descansar, para ser ouvido e para viver com dignidade. A grande pergunta da avaliação da CF 2026: **conseguimos PROMOVER a moradia digna como prioridade e direito?**

Profª Rosilda Ribeiro Rodrigues Salomão, Cristã Leiga,
atuando na Pastoral Carcerária do MS para Questão da Mulher Encarcerada.

MEMÓRIA

Maria da Penha Gomes de Sousa, foi uma missionária cuja vida se dedicou inteiramente ao serviço da Igreja e à evangelização. Na Paróquia São José Operária iniciou sua caminhada, destacando-se pela humildade, eficiência e amor ao servir. Na Arquidiocese de Vitória, desempenhou papéis fundamentais como Secretária do COMIDI e Coordenadora da Infância Missionária, implantando esse serviço em quase todas as paróquias.



**Maria da Penha
Gomes de Sousa** †

Viveu missões marcantes na região amazônica, especialmente em Lábrea, onde evangelizou comunidades ribeirinhas e aprendeu a valorizar novas culturas. Estudou Missiologia em Brasília e, por quase 17 anos, comunicou a fé como voluntária na Rádio América, apresentando o programa Nas Ondas da Missão.

Serviu também no Conselho de Leigos e Leigas da Arquidiocese de Vitória, CLAV, sempre reconhecida por sua organização e carisma. Mais recentemente, atuou em círculos bíblicos nas paróquias São Francisco de Assis e Santo André, onde implantou e coordenou novos grupos com entusiasmo e dedicação.

Mulher de fé profunda, alegre e acolhedora, deixou um legado de amor, serviço e missão. Casada com Nivaldo Alves de Sousa, foi mãe amorosa de Alessandro, Cristiane e Nivaldo Júnior (in memoriam). Seu testemunho permanece vivo no coração de todos que a conheceram

PALAVRA DO PAPA LEÃO XIV

“A santidade cristã floresce, com frequência, nos lugares mais esquecidos e feridos da humanidade. Os mais pobres entre os pobres – que não apenas carecem de bens, mas também de voz e do reconhecimento da sua dignidade – ocupam um lugar especial no coração de Deus. São os preferidos do Evangelho, os herdeiros do Reino (cf. Lc 6, 20). É neles que Cristo continua a sofrer e a ressuscitar. É neles que a Igreja reencontra o chamamento a mostrar a sua realidade mais autêntica.”

(Dilexit te n.76)



INTENÇÃO DE ORAÇÃO DO PAPA CONFIADAS A REDE MUNDIAL DE ORAÇÃO PARA FEVEREIRO DE 2026

Pelas crianças com doenças incuráveis

Rezemos para que as crianças que sofrem de doenças incuráveis e as suas famílias recebam os cuidados médicos e o apoio necessários, sem nunca perderem a força e a esperança.



CONVERSANDO

Há um pensamento atribuído a Leonardo Boff e mencionado em várias de suas falas e escritos que dá base a uma bela reflexão:

“O Cristianismo e as instituições não têm primordialmente a finalidade de santificar os fiéis se não de humanizar as pessoas, o ser humano em geral. Deus se humaniza assumindo acontecimentos sócio-políticos, nas carências nos incômodos a existência, assumindo os trabalhos simples do povo, assumindo nossas alegrias em nós e as dos demais, assumindo a situação concreta dos pobres, se humaniza nascendo num presépio. Aí cresce a santidade”.

“Deve contudo manter-se firme o princípio importantíssimo em filosofia social (subsidiariedade): do mesmo modo que não é lícito tirar aos indivíduos, a fim de o transferir para a comunidade, aquilo que eles podem realizar com as forças e a indústria que possuem é também injusto entregar a uma sociedade maior e mais alta o que pode ser feito por comunidades menores e inferiores. Isto seria, ao mesmo tempo, grave dano e perturbação da justa ordem da sociedade; porque o objeto natural de qualquer intervenção da mesma sociedade é ajudar de maneira supletiva os membros do corpo social e não distraí-los e absorvê-los”.

(Quadragesimo Anno/Pio XI)

CONHECENDO MAIS A DSI

Omês passado abordamos os princípios da **Prioridade da Pessoa Humana e do Bem Comum**. E para protegê-los, a DSI fala do princípio da **SUBSIDIARIEDADE**. Um nome tão difícil para uma questão tão natural: as próprias pessoas são as primeiras instâncias importantes na busca da proteção da dignidade humana e do bem comum. O que se espera, é que a princípio, as pessoas em geral, se organizem entre si, por educação, justiça, saúde, moradia, trabalho ... na luta por vida digna ou seja na busca de seus direitos, a maioria das vezes esquecidos ou negados.

A garantia da **SUBSIDIARIEDADE**, do **poder falar por si e ouvir os demais, lutar por si e junto com os demais**, é um direito de cada pessoa, de cada comunidade. É o respeito à **autonomia** de cada um, cada uma.

Um apoio maior, de instâncias superiores é aceitável e muitas vezes necessário quando as pessoas, famílias e associações precisam de apoio **solidário**. A Solidariedade é outro princípio da DSI, pois é na fé no Cristo e na sua prática que acreditamos que por ela, a sociedade se torna o lugar da Vida e da Esperança.

As instâncias superiores, como os Governos, Estados, ao final, podem dar seu apoio solidário à sociedade organizada na luta por seus direitos. Porém, a burocratização, descentralização, assistencialismo são intervenções que tiram a responsabilidade do grupo organizado, provocando a perda de suas motivações. Essas intervenções, muitas vezes parciais e autoritárias e que não caminham junto com o clamor do grupo, entram em choque com a **Subsidiariedade**.



APROFUNDANDO O CONHECIMENTO



Solidariedade – Vem do francês, *Solidarité*. É muito mais que dar esmola, é se identificar com o sofrimento do outro, criar um vínculo, um compromisso com o problema da pessoa ou do coletivo.



Direito da pessoa – É o conjunto de garantias individuais e sociais que permite a ela ter o direito à vida, à liberdade, à segurança, à igualdade, à propriedade e a condições mínimas para uma vida digna, educação, saúde, trabalho, teto, participação na vida política quer seja da comunidade, quer nas instâncias políticas superiores.



Autonomia – É um processo contínuo de construção da consciência crítica, onde o indivíduo se torna sujeito de sua própria história, capaz de tomar decisões, pensar por si mesmo e intervir no mundo, saindo da heteronomia (subordinação) para a capacidade de “dizer sua palavra” e transformar a realidade, o que se constrói na experiência e no diálogo, com o professor criando as condições para esse desenvolvimento, e não impondo, formando cidadãos éticos e reflexivos. (Cf Pedagogia da Autonomia)



Movimento Popular – É um coletivo de cidadãos e cidadãs, que buscam dar voz e força à participação da população, principalmente dos mais desfavorecidos em suas necessidades básicas, culturais.

LER, REFLETIR, COMENTAR

Como você faria uma reflexão conjunta com esse pensamento de Paulo Freire de que o processo para a pessoa ser ela mesma é um “vir a ser” para se constituir “ser para si”, como consciência de si próprio, ao mesmo tempo, que é um “ser com os outros” e “para os outros” e vai se realizando nas relações que tem com as demais pessoas.

Nos grupos, as pessoas respeitam o nível de participação de cada um, cada uma; esperam ser respeitadas também nas suas participações? Entendem que o crescimento pessoal e grupal se dá à proporção que todos são ouvidos e que juntos chegam à uma conclusão comum? Nos nossos grupos eclesiais, como se dá nossa participação, enquanto **sujeitos**, sabedor de si e da sua contribuição ou de **objeto**, com comportamento passivo, só dizendo amém? Quando, ter voz e voto, é sinal de sinodalidade na Igreja?



RECORDANDO

Na Igreja não é na simples presença do fiel e sim na sua participação que concretamente se forma a estrutura eclesial. Enquanto a Igreja possuir uma estrutura clerical, uma estrutura de poder, dificilmente se conseguirá real participação. A mudança de mentalidade é para todos e todas, independente da vocação ou função. “Há diversidade de dons, mas o Espírito é o mesmo”. Há diferentes ministérios, mas um mesmo é o Senhor. “Há diferentes atividades, mas um mesmo é o Deus que realiza todas as coisas em todos.”

(1 Cor 12,4-6)

VOCÊ SABIA?

A Doutrina Social da Igreja tem uma dimensão teórica, porque ela é formada pela raiz teológica, moral ou racional derivados do Evangelho, mas tem também a dimensão da experiência humana da Igreja histórica.

Por isso dizemos que ela é interdisciplinar. Ela chama atenção, discorre sobre o problema, mas tem necessidade das demais ciências, da economia, da sociologia, da psicologia, por exemplo, para compreender a complexidade da realidade. Isso abre um leque de temas, situações a serem abordadas, que sem o seu conhecimento profundo não se delineia uma ação realmente transformadora.

A DSI, A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E O ANO DE ELEIÇÕES



*“Com efeito, os movimentos populares convidam a superar “aquela ideia das políticas sociais concebidas como uma política para os pobres, mas nunca com os pobres, nunca dos pobres e muito menos inserida num projeto que reúna os povos”. Se os políticos e os profissionais não os ouvirem, “a **democracia** atrofia-se, torna-se um nominalismo, uma formalidade, perde representatividade, vai se desencantando porque deixa de fora o povo na sua luta diária pela dignidade, na construção do seu destino”. O mesmo se deve dizer da Igreja”.*

(DT n. 81)



É através da ação política organizada que se pode construir políticas públicas que visam a **dignidade da pessoa humana e o bem comum**. O movimento popular é um desses espaços de participação política.

Por outro lado, se não houver essa participação de homens e mulheres que inflam o processo político com esses princípios da Doutrina Social da Igreja, quem tomará as rédeas da política serão os que buscam desfrutar de um poder que privilegie a si próprio e dos interesses do seu grupo. Grupos econômicos e de negócios, fortalecem votos em prol de suas ideias, criando bancadas legislativas que não levam em consideração nenhum dos princípios da DSI. Estão a serviço de interesses e não de pessoas; promovem o Bem próprio e não o Bem Comum; não respeitam o princípio da Subsidiariedade, que promove a **Democracia** Representativa, permitindo a participação do povo.

Os cristãos leigos e leigas organizados se agregam a grupos populares para garantir que os princípios do Evangelho, da DSI, sejam respeitados. **Hoje, colocar nosso voto na urna significa arregaçar as mangas e participar da transformação para uma melhor sociedade. Ou, fazemos história, enquanto cidadãos, cidadãs, ou a história será feita contra nós.**



MÃOS NA MASSA

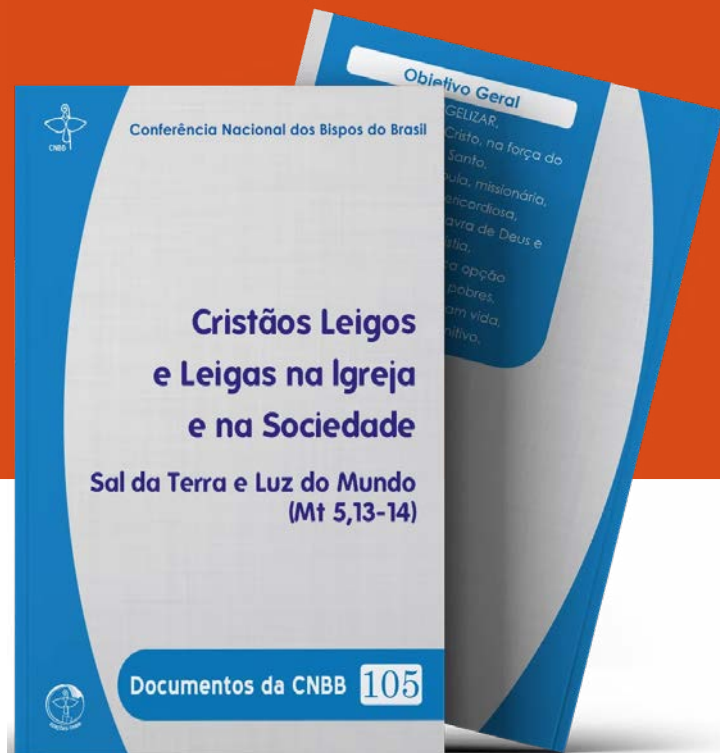
Tendo como base Paulo Freire: Se é um cientista, tenta “esconder-se” no que considera a neutralidade de sua atividade científica. [...] Se é um religioso, estabelece a impossível separação entre mundanidade e transcendência. Se opera no campo das ciências sociais, trata a sociedade, enquanto objeto de seu estudo, como se dela não participasse. [...] Sua concepção da realidade é mecanicista e fatalista. A história é o que foi e não o que está sendo e em que se gesta o que está por vir. O presente é algo que deve ser normalizado, e o futuro, a repetição do presente, o que significa a manutenção do status quo. (*Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos* 8ª ed./Paz e Terra/ p.90)

Para que o “status quo”, o estado das coisas não continuem como estão desfavorecendo a participação popular sugerimos:

O Orçamento Participativo – que muda toda a estrutura do Estado, cujo corpo técnico tem que se adequar e avançar junto com a população organizada. O governo não pode fazer o que quer, mas tem que consultar e dar respostas sobre a execução do que foi proposto pelo grupo popular. O OP questiona o Legislativo. Este tem no orçamento o momento da barganha, pede obras para redutos eleitorais, exige destinações as mais diversas, como por exemplo, shows milionários com cantores. Com o OP a própria elaboração das leis orçamentárias passa por ampla participação popular, quebrando assim a forma clientelista de proceder. Aplicado adequadamente, o OP é uma das formas mais profundas de construir a democracia participativa, já que questiona e dá ao Estado outra forma de se estruturar, a partir das bases.

Conselhos de Direitos – Surgiram do desejo da participação popular na gestão e na deliberação das políticas públicas; são órgãos colegiados, criados por lei, que formulam, supervisionam, controlam e avaliam políticas públicas. Exemplos: como os direitos da criança e do adolescente, saúde, educação, assistência social, direitos humanos, específicos, culturais.

É comum um Prefeito querer distribuir as ações públicas a seus redutos eleitorais ou ele próprio montar a seu gosto um Conselho de Direito como continuação de seu gabinete. O caminho a ser trilhado, qual seja, é a formação eficaz de seus conselheiros para que possam ter uma participação popular eficaz. Sua composição é paritária, uma porcentagem do governo, outra da população. Por isso, às vezes, o conselho de direitos é chamado de conselhos paritários.



10 anos do Doc. 105 CNBB

“Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade”

“A vocação própria dos leigos é administrar e ordenar as coisas temporais, em busca do Reino de Deus”. Essa afirmação da *Lumen Gentium* (n. 31), constituição dogmática do Concílio Vaticano II sobre a Igreja, distingue a missão específica do laicato. Em muitos contextos e realidades, as lideranças leigas são o rosto e as mãos da Igreja, testemunhando o Evangelho de Jesus, a opção pelos pobres, a luta em defesa da vida em todas as suas formas.

O Documento 105 (n. 11) confirma: “A partir da sua vocação específica os cristãos leigos e leigas vivem o seguimento de Jesus na família, na comunidade eclesial, no trabalho profissional, na multiforme participação na sociedade civil, colaborando assim na construção de uma sociedade justa, solidária e pacífica, que seja sinal do Reino de Deus inaugurado por Jesus de Nazaré”.

A maior parcela do Povo de Deus são os cristãos leigos e leigas, com seus muitos rostos: casais, solteiros, crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos, mulheres, viúvos e viúvas (Doc. 105, 51-58). São atuantes nas dioceses, paróquias, comunidades, pastorais, movimentos, ONGs, partidos políticos, sindicatos, Conselhos de Políticas Públicas, como homens e mulheres da Igreja no coração do mundo (Doc. 105, 59-62).

Eder D’Artagnan, marista e membro da presidência do CNLB

DATAS A SEREM LEMBRADAS



Apresentação do Senhor - (Lc 2,30-32). A Festa da Apresentação do Senhor é o presságio do mistério da Salvação, em que a Luz que ilumina as nações, a qual é o próprio Cristo, vem ao encontro de todos a fim de oferecer a misericórdia e a libertação tão esperada por Israel e por todos os confins da Terra.



Dia Nacional de Luta pelos Povos Indígenas – “ É indispensável prestar especial atenção às comunidades indígenas com as suas tradições culturais. Não são apenas uma minoria entre outras, mas devem ser ouvidas...quando se avança com projetos que afetam seus espaços... Para eles, a terra não é um bem económico, mas dom gratuito de Deus e dos antepassados que nela descansam, um espaço sagrado com o qual precisam interagir para manter a sua identidade e valores. Quando permanecem em seus territórios são quem melhor os cuida”. (LS 146)



Dia Internacional de Oração e Reflexão contra o Tráfico de Pessoas – Na festividade de Santa Josefina Bakhita, sudanesa que aos 9 anos foi vítima do tráfico, vendida e comprada diversas vezes. Nasceu em 1869 e faleceu em 1947; foi canonizada em 2000. O tema desse dia focaliza o drama do tráfico de pessoas entre as populações itinerantes, os migrantes, refugiados e os banidos. Somos convidados a acender uma luz e orar por eles/as.



Nossa Senhora de Lourdes - é um dos títulos da Virgem Maria, celebrada a partir das aparições a Santa Bernadete Soubirous em uma gruta em Lourdes na França, em 1858, sendo um ícone de cura e esperança, com a água milagrosa da fonte brotando sob seu pedido, é um convite à oração para todas as pessoas enfermas, onde neste dia celebramos o **Dia Mundial da Saúde**.



Carnaval - festa popular efervescente brasileira antes da quaresma, marcada por desfiles, fantasias, máscaras e muita música que representa nossa identidade, permitindo que as pessoas se divirtam e deixem de lado a rotina diária.



Quarta-feira de Cinzas, início da Quaresma – Os ramos bentos no Domingo de Ramos do ano anterior dos quais formam as Cinzas, lembram o Cristo vitorioso sobre a morte; assim, ele é símbolo de vitória e triunfo. Quaresma, momento de oração, penitência, jejum e ação concreta de caridade e conversão, porque a necessidade do irmão recorda a fragilidade da nossa vida diante das infinitas possibilidades do amor de Deus por nós.



Lançamento da CF – A Campanha da Fraternidade nasceu em 1962, em Natal (RN), por iniciativa de um grupo de padres que, sob a liderança de Dom Eugênio de Araújo Sales, buscavam arrecadar fundos para a Cáritas Brasileira. A campanha teve grande repercussão e, em 1964, foi assumida em âmbito nacional pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), impulsionada por Dom Helder Câmara.



Dia da Justiça Social – O conceito de justiça social surgiu como necessidade de alcançar uma **repartição equitativa** dos bens sociais. O **Bem Comum**, é um dos princípios da DSI.



Dia Mundial de Sensibilização das Doenças Raras - Lembrar que a intenção de oração do Papa para este mês, é rezar pelas crianças portadoras de doenças incuráveis. Entre essas, as de doenças raras.

EM PAUTA

Um novo tempo, um novo estatuto

No processo de atualização do Estatuto, outra necessidade foi adequá-lo ao Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC) para tornar o organismo elegível à captação de recursos, principalmente para garantir a formação do laicato e outras demandas pertinentes à atuação juntos aos regionais, dioceses e prelazias.

Assim, considerando que o CNLB é um organismo que representa institucionalmente o laicato do Brasil, nacional e internacionalmente, reunindo e articulando diversas organizações laicais e também atua em parceria com os demais Organismos do Povo de Deus, com os poderes públicos e entidades da sociedade civil nos termos do Estatuto, definiu no seu artigo 3º, “Objetivos institucionais e sociais”. Conforme parágrafo segundo deste artigo, na busca de alcançar os objetivos sociais, à luz da evangélica opção pelos pobres e orientado pelo Ensino Social da Igreja, pelo Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e demais princípios constitucionais, o CNLB se empenhará em promover o bem comum; defender o acesso universal à educação de qualidade e inclusiva; promover a articular ações na área das assistência social, saúde, educação e ecologia integral.

Importante ressaltar que foi contemplado no Estado no parágrafo terceiro sobre seus objetivos, que o CNLB poderá criar e manter atividades-meio como instrumento de captação de recursos e de suporte financeiro à promoção de suas finalidades institucionais e sociais, inclusive participar de editais para a execução de projetos.

Estão gostando de saber dessas mudanças no Estatuto? Continuem acompanhando as alterações feitas nos próximos meses.

Maria das Graças Silva Gervásio - Pastoral da Criança e membro do Grupo de Trabalho que redigiu o novo Estatuto do CNLB



CONHECENDO A REALIDADE DO CNLB

REGIONAIS – ORGANIZAÇÕES FILIADAS

O **MINEIREAR** nasce do desejo de fortalecer a caminhada dos CNLBs das Arquidioceses do Regional Leste 2- Minas Gerais, renovando o compromisso de formar cristãos leigos e leigas que vivam sua vocação com alegria, maturidade e espírito missionário. A formação integral que o CNLB oferece há décadas continua sendo um espaço privilegiado onde muitos encontram sua identidade de discípulos, aprofundam a fé, descobrem seus dons e se reconhecem como presença da Igreja no meio do povo.

Inspirados pelo convite do Papa Francisco a sermos uma “Igreja em Saída”, retomamos o verbo “**Primeirear**” como atitude missionária e o traduzimos, com carinho e criatividade, no gesto de “**Mineirear**”: ir ao encontro, escutar com atenção, discernir os sinais dos tempos e caminhar com as comunidades de Minas Gerais.

Em meio aos desafios que marcam a vida eclesial e social — como o avanço do clericalismo, do individualismo e da perda do sentido comunitário — o laicato é chamado a ser presença firme, solidária e profética, testemunhando o Evangelho nas periferias geográficas e existenciais.

Por isso, o itinerário formativo que propomos integra dimensões humanas, bíblicas, espirituais, sociais e pastorais. Queremos ajudar as lideranças a ler a realidade com olhar misericordioso, fortalecer a espiritualidade do discipulado missionário e fomentar a construção de comunidades mais sinodais, participativas e comprometidas com a vida. Os eixos do projeto de formação são: fortalecimento dos conselhos diocesanos de cristãos leigos e leigas, incidência política, sinodalidade/eclesialidade e bandeiras de luta que apontam para uma Igreja que acolhe, e que se deixa interpelar, que promove a justiça e que cuida da Casa Comum.

A metodologia prioriza a escuta das experiências, a partilha fraterna e o aprendizado comunitário, unindo teoria e prática. Realizaremos encontros formativos regionais, reuniões virtuais, visitas às Arqui/Dioceses e acompanhamento às lideranças locais, sempre cultivando a pertença ao Regional Leste 2 e a co-responsabilidade entre seus Conselhos. Queremos animar os jovens, valorizar as mulheres, fortalecer a comunicação e suscitar novas lideranças capazes de anunciar a esperança do Reino em todos os ambientes.

Assim, este projeto se coloca como um caminho de comunhão e missão, para que o laicato mineiro continue iluminando a realidade com a força do Evangelho, promovendo à vida digna, a justiça, a paz e o cuidado com toda a criação.

Leonardo Henrique de Souza Moura - Secretário Geral
CNLB- Regional Leste 2 e Membro da Equipe de Comunicação CNLB Nacional.



AGENDA FORMATIVA CNLB

MARÇO
2026

MULHER E SOCIEDADE

A mulher desempenha uma relevante importância desde os primórdios da sociedade. Logo: “Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”. Ângela Davis. Vale ressaltar a partir de Ângela Davis, a força, o movimento e a articulação das mulheres na estrutura da sociedade, embora elas não estejam presentes na maioria dos espaços de representatividade. Porém, assim como uma sankofa é necessário olhar para trás com foco na caminhada pela frente e reconhecer a sabedoria das nossas mulheres anciãs que nos cumula de bênçãos e sabedoria popular através da oralidade e o cuidado para garantir a permanência da cultura e memória quando se trata historicamente da população indígena e negra.

Lélia Gonzalez nos ensina que os valores são transmitidos tradicionalmente por uma função materna que é exercida também tradicionalmente em sua maioria por mulheres negras na história brasileira (Gonzalez, 2018. P,190)

Essas duas intelectuais nos fazem refletir sobre a potencialidade das mulheres na organicidade da cultura, memória e história. Por outro lado, há sempre que se perguntar: onde estão as mulheres em relação a atuação nas igrejas, espiritualidade, na educação, nos espaços de gestão, na economia, na política dentre outros?

É certo que nos dias atuais, temos o desafio da incipiência da presença das mulheres em diversos espaços, considerando a trajetória histórica da construção da sociedade brasileira pautada no machismo e racismo estrutural. Mas ainda com esse desafio, a mulher é presente em espaços estratégicos. Como podemos evidenciar segundo dados oficiais da educação. As mulheres são maioria no domínio da docência da educação básica, são as mulheres que ainda ocupam espaços na gestão escolar, as mulheres superam os homens no ensino superior, bem como são elas que também estão no ranking à frente dos homens com ensino superior completo.

Mas infelizmente os dados oficiais também evidenciam as mulheres no ranking da feminicídio e na baixa presença dos espaços de deliberação de poder, principalmente no poder político.

Esses dados são significativos para legitimar a potência das mulheres na educação porque acreditamos que a transformação da sociedade passa pela educação. Daí a expectativa de que através da educação há possibilidade de superar desafios em relação aos dados que não são favoráveis para a presença feminina. Sendo assim, é possível sonhar com uma sociedade que deve deixar quem dá a vida, VIVER. Por uma sociedade antirracista, que valorize, respeite e reconheça o protagonismo das mulheres.

Nosso sonho é para que todas as mulheres tenham vida em abundância e continuem com o legado de fazer história na sociedade. (Ref. Gonzalez, Lélia. Primavera para as Rosas Negras. Lélia Gonzalez em primeira pessoa. Diáspora Africana: Editora Filhas de África, 2018.)

Marinete da Silva Moraes, Pedagoga
Atuação na Cáritas Diocesana de Itabira e Pastoral Afro.

MEMÓRIA

Sônia Terra Ferreira, presidente da Associação SOS Atafona, em São João da Barra - RJ. Foi presidente do CNLB da Diocese de Campos/RJ, e seu testemunho de cristã leiga dedicando sua vida à missão de evangelizar e a incansável luta por um mundo mais justo e fraterno nos deixou uma marca profunda na caminhada daqueles que estiveram junto com ela na missão. Ela era filha do ex-deputado Alair Ferreira e ficou conhecida também por sua luta incansável e pelo amor profundo que tinha por Atafona, sempre presente na linha de frente das ações por melhorias para a localidade. Era uma das moradoras mais conhecidas e queridas da localidade, sempre foi muito atuante no meio cultural e religioso, tendo presidido por 15 anos a Irmandade de Nossa Senhora da Penha. Por sua contribuição ao município de São João da Barra, recebeu da Câmara, em 2022, a Medalha Narcisa Amália.



Sônia Terra +
Ferreira,

PALAVRA DE LEÃO XIV

Em uma época em que a ciência prolongou a expectativa de vida, a tecnologia aproximou continentes e o conhecimento abriu horizontes antes inimagináveis, permitir que milhões de seres humanos vivam e morram vítimas da fome é um fracasso coletivo, uma aberração ética e um pecado histórico.

(discurso no Fórum Mundial da Alimentação-2025)



INTENÇÃO DE ORAÇÃO DO PAPA CONFIADAS A REDE MUNDIAL DE ORAÇÃO PARA MARÇO DE 2026

Desarmamento pela paz.

Rezemos para que as nações avancem em direção a um desarmamento efetivo, especialmente o desarmamento nuclear, e para que os líderes mundiais escolham o caminho do diálogo e da diplomacia em vez da violência.



“o silêncio daqueles que morrem de fome grita na consciência de todos”

CONVERSANDO

Outras falas do papa Leão XIV no discurso sobre alimentação (2025) merecem uma reflexão mais aprofundada. Cada uma dá margem a um debate: “cenários dos conflitos atuais fizeram ressurgir o uso de alimentos como arma de guerra”; “o silêncio daqueles que morrem de fome grita na consciência de todos”; “a utilização de alimentos como arma de guerra”, e recorda ainda que o direito internacional humanitário **“proíbe, sem exceções”**, ataques contra civis ou bens essenciais à sua subsistência”; chegou o momento de assumir um compromisso renovado, que tenha um impacto positivo na vida daqueles que têm o estômago vazio e esperam de nós gestos concretos que os tirem da sua prostração.”

CONHECENDO MAIS A DSI

Continuando nossa reflexão sobre a DSI, este mês vamos nos aprofundar em um de seus princípios que fala sobre a **Destinação Universal dos Bens**.



“... o princípio da destinação universal dos bens requer que se cuide com particular solicitude dos pobres, daqueles que se acham em posição de marginalidade e, em todo caso, das pessoas cujas condições de vida lhes impedem um crescimento adequado.”

(Papa João Paulo II/discurso inaugural de Puebla)



Vemos em Gênesis(1), que o Criador destinou a terra e tudo o que nela contém para uso de homens e mulheres de todos os povos, de tal maneira que os bens criados devam ser usufruídos por todos e todas. Por isso, podemos dizer que o princípio da **Destinação Universal dos Bens** se deve a que Deus é o autor de tudo, e o dá a todos, para que faça frutificar a terra e usufruir de tudo aquilo que ela produz. Eis a raiz da Destinação Universal dos Bens da Terra que é um direito natural, inerente à pessoa e prioritário para se ter vida. A Sollicitudo Rei Socialis, 42, insiste em que, neste dramático momento histórico em que vivemos, “*esta opção não pode deixar de fora as multidões de famintos, de mendigos, sem teto, sem assistência médica e, sobretudo, sem esperança de um futuro melhor*”.

E, como relacionar o Destino Universal dos Bens com a **propriedade privada**? **“A propriedade individual é aquela que é adquirida pelo próprio trabalho”.** (Centesimus Annus/231) Porém, o Papa João Paulo II voltou a dizer que a propriedade dos bens seja equitativamente acessível a todos. (Centesimus Annus/A21) A DSI não se opõe ao direito à propriedade privada, mas indica a necessidade de regulá-lo, de ordená-lo para que numa acumulação de bens todos indistintamente sejam atendidos.



APROFUNDAN- DO O CONHECIMENTO

Como diz o Catecismo da Igreja Católica “quando damos aos pobres as coisas indispensáveis, não praticamos com eles grande generosidade pessoal, mas lhe devolvemos o que é deles. Cumprimos um dever de justiça e não um ato de caridade.” (CIC 2447) Os Padres conciliares recomendam fortemente que se cumpra tal dever “para que não ofereçamos como dom de caridade aquilo que já é devido por justiça; suprimam-se as causas dos males, e não apenas os seus efeitos; e, de tal modo se preste a ajuda que os que a recebem se libertem a pouco da dependência alheia e se bastem a si mesmos”.

(Apostolicam Actuositatem-8)

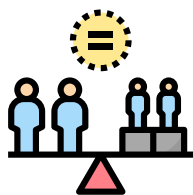
LER, REFLETIR, COMENTAR

“Nada é nosso, tudo é de todos, ninguém pertence a ninguém e todos somos passageiros. A dívida da vida é que podes ser e ter, mas a verdade é que ninguém é dono de nada, pois se fosses levaria contigo à última morada. Podemos duvidar da nossa existência, mas é impossível negar que somos todos seres transitórios e tudo o que tentamos segurar, escapa como a areia entre os dedos. A palavra “meu” não existe, é fruto imaginário da vaidade, da ilusão consciente. Saiba que os bens têm um preço, mas o que vive na alma tem valor”

...(trecho da fala do escritor Israel Domingos, conteúdo digital)

Sua casa própria, conseguida com seu suor, não excedeu. O que seria acumulação de bens? Em que situação a DSI afirma que há necessidade de repartir com os pobres o que excede? Dê exemplos. O que você acha de quem acumula terra e nela nada produz? E quem produz muito em fábricas e o salário do funcionário mal dá para sobreviver? E quando os negócios excedem em bens para o empresário, porém, quem trabalha para ele não possui nem casa para morar? e no caso de trabalhadoras/es de serviços gerais que trabalham em casa de pessoas mais abastadas e não recebem o suficiente para se manter? O que dizer de gastos exorbitantes com construções e reformas de igrejas, mas que não têm uma pastoral que atenda aos pobres?

RECORDANDO



Equitativamente/ Equidade - A palavra equidade vem do latim “aequitas”, e quer dizer justo, de justiça. Assim, a equidade é a justiça que trata as pessoas conforme as suas necessidades para terem as oportunidades iguais que outros tiveram. Não significa igualdade, mas desejo de equilibrar oportunidades.



Propriedade privada - É fundamental e deve ser preservada, como um bem de direito de quem a conseguiu com o suor de seu rosto. Porém, quem adquire muito a ponto de exceder às suas necessidades, não pode esquecer de alguma maneira de lutar pelos que nada têm por força de circunstâncias alheias à sua vontade, o que excede é, por direito, repartir com os mais pobres. Dessa forma ela cumpre o que a DSI chama de “hipoteca social”.

VOCÊ SABIA?

A Constituição Federal de 1988 estabelece que o direito de propriedade não é absoluto e deve atender à sua função social. No contexto rural, isso significa que a terra deve ser usada de forma racional e produtiva, preservando o meio ambiente e respeitando as relações trabalhistas.

Propriedades rurais que não cumprem sua função social podem ser desapropriadas pelo Estado, com o pagamento de indenização, e redistribuídas para fins de reforma agrária. O objetivo é tornar a terra produtiva e garantir o sustento de quem não tem acesso a ela.

Para um aprofundamento da DSI **sobre a propriedade e sobre a reforma agrária**, temos a coleção de temas da DSI, em três cadernos, que a CNBB lançou em 2004 a 2006 sobre 24 assuntos importantes da ética social, no contexto brasileiro e latino-americano.

Recomendamos também o documento 17 da CNBB, **“A Igreja e os problemas da terra”**, de 1980.



A DSI, A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E O ANO DE ELEIÇÕES

O tempo de eleições é propício para percebermos como os candidatos se apresentam; quais são seus interesses, que grupos querem fortalecer estando no Legislativo ou Executivo. Por isso, nosso voto não pode ser cego: o cristão leigo, leiga que é discípulo missionário de Jesus, tem como missão específica estar dentro da sociedade para transformá-la por dentro conforme os valores cristãos. Aí, fica valendo saber quem vai nos representar. Cuidado com bancadas que defendem a terra como direito de um grupo e não a “terra como dom de Deus e direito de todos”.

Uma boa consulta é conhecer uma herança da DSI em terras brasileiras que é a Pastoral da Terra, criada em 1975 pela CNBB. Suas orientações são muito importantes! Defende a reforma agrária, os trabalhadores rurais, os povos tradicionais, os indígenas, que sofrem a violência dos que concentram a terra; denunciam conflitos, assessoram comunidades para uma organização autônoma consciente; a grilagem, o desmatamento; propiciam formação unindo fé e luta com os princípios do evangelho como inspiração para ação.

Outro exemplo é o MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que defende que a propriedade privada deve cumprir sua função social, conforme a Constituição Federal, destinando terras improdutivas para a reforma agrária.

O MST argumenta que a reforma agrária é um dos instrumentos para que a terra cumpra sua função social e para garantir o direito à vida, especialmente em um país com pessoas em situação de fome. Para o movimento, não há sentido em uma propriedade estar acima da vida e do direito ao alimento.



MÃO NA MASSA

- Primeiro é bom entender melhor o que é reforma agrária: é uma política pública de redistribuição de terra aos que não possui nenhum bem, promovendo assim a justiça social e a democratização de acesso a terra com o objetivo de transformá-las em terras produtivas, beneficiando a quem as tornam produtivas, bem como ao povo em geral que se beneficia daquela produtividade.
- Depois, aprofundar a questão para melhor debate com quem se opõe à justiça social.
- Questões, como as seguintes, ajudam no aprofundamento da questão: por que a reforma agrária não é divulgada? Por que as pessoas são contra a reforma agrária? Por que esse é um tema difícil de se abordar mesmo entre os cristãos? Como pensa a bancada do agro, que interesses defendem?
- **Seu voto é precioso, procure saber como pensam os candidatos a respeito da justiça social.**

VOCÊ SABIA?

- Existe um programa nacional de reforma Agrária (PNRA).
- Para fazer parte do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e ser beneficiado como assentado, o interessado e sua família devem participar de seleção promovida exclusivamente pelo Incra.
- O portal do Incra é www.gov.br/incra/assuntos/reforma-agraria/selecao-assentamentos. Lá você vai entender melhor o que já está em lei sobre a questão da terra e tudo sobre assentamento.

10 anos do Doc. 105 CNBB

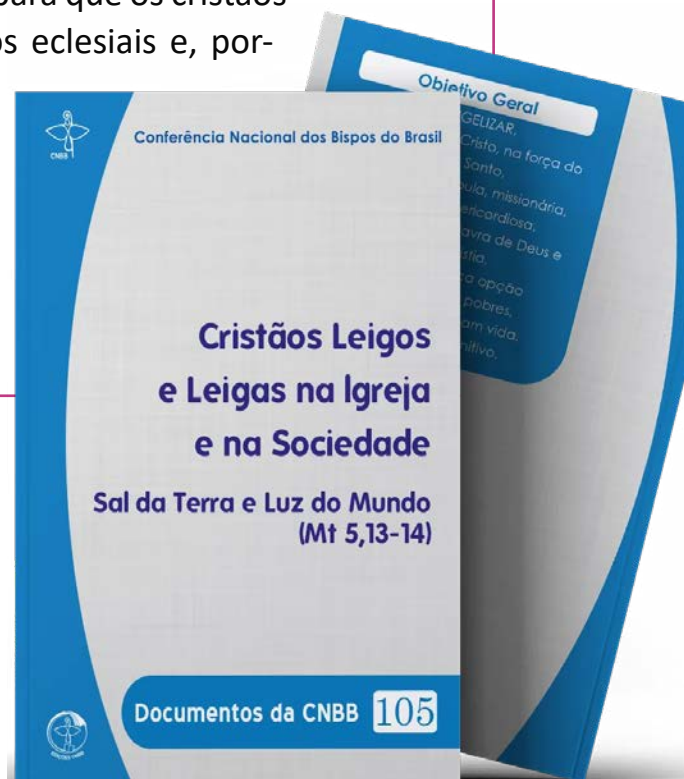
“Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade”

“Assim como o leigo não pode substituir o pastor, o pastor não pode substituir os leigos e leigas no que lhes compete por vocação e missão” (Doc. 105, 8). Na Igreja Povo de Deus, são diferentes as vocações, ministérios e serviços, que se complementam como ministérios ordenados, consagração à vida religiosa e discipulado missionário vivido pelos cristãos leigos e leigas nas realidades do dia a dia. Todas são formas de responder ao chamado de Jesus, assumir serviços específicos ao Reino de Deus e testemunhar a comunhão.

Um grande empecilho à Igreja Povo de Deus é o clericalismo, considerado pelo Papa Francisco como uma peste, pois provoca divisões e destaca o poder e a autoridade, em vez de dar foco no serviço. O Documento 105 (n. 81g) lembra como é comum a centralização das tarefas, das decisões e do poder em torno do padre. Muitos cristãos leigos e leigas também são clericais e, por isso, precisamos mudar a mentalidade e as estruturas para sermos mais fiéis ao Evangelho.

Alguns caminhos para superar o clericalismo são as Comunidades Eclesiais de Base, a religiosidade popular, os grupos bíblicos, os conselhos pastorais. A formação adequada também é necessária para que os cristãos leigos e leigas se reconheçam como sujeitos eclesiais e, portanto, co-responsáveis pela missão evangelizadora da Igreja: ser sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14).

Eder D’Artagnan, marista e membro da presidência do CNLB



DATAS A SEREM LEMBRADAS



Dia 08 – Dia internacional da Mulher - Neste dia comemora-se a luta da mulher por sua participação, em pé de igualdade com o homem, na sociedade e em seu desenvolvimento integral como pessoa.



Dia 19 - Solenidade de São José - celebrado pela Igreja Católica como o pai adotivo de Jesus, padroeiro Universal da Igreja e das famílias, sendo feriado em algumas cidades e estados brasileiros como Ceará e Amapá, mas não em nível nacional, com celebrações que incluem missas, procissões e festas populares que associam São José à esperança de chuvas, especialmente no Nordeste para produzir fartura.



Dia 21 – Dia Internacional contra a Discriminação Racial – Preconceito racial é sentimento. Discriminação racial é atitude de preconceito. Raça se refere a características físicas. Etnia acrescenta a isso a nacionalidade, afiliação tribal, religião, língua, tradições. A Constituição Federal diz que a prática do racismo é crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei (art.5º, XLII). Discriminação racial não se atém à raça negra, mas a todas as raças e muitas vezes aparecem sutilmente com piadas, xingamentos...



Dia 22 – Dia Mundial da Água – “O planeta poderá enfrentar a escassez de água global devido a extração de aquíferos insubstituíveis. Em 2050, pelo menos uma em cada quatro pessoas viverá em um país afetado pela escassez crônica de água potável. Isso, com certeza, afetará a produção da agricultura, gerando fome. A água determinará a capacidade universal e o destino dos seres vivos. Grande parte dos conflitos políticos e sociais do futuro deixarão de ter como objeto o petróleo, para ser a água”. (Texto base do VI Encontro Nacional do CNLB, 2015). Como reverter essa situação? Qual será a sua parte?



Dia 25 – Anunciação do Senhor - a Igreja celebra a Anunciação do Anjo Gabriel à Virgem Maria, um dos momentos mais grandiosos da história da salvação. Foi nesse dia que, por meio do Fiat “faça-se” generoso e consciente de Maria, o Verbo de Deus se fez carne e habitou entre nós.



Dia 29 – Domingo de Ramos - marca o início da Semana Santa, celebrando a entrada triunfal de Jesus em Jerusalém, onde foi aclamado com ramos e palmas, simbolizando a vitória e a realeza messiânica, mas também a humildade, pois montou em um jumento. Relembra a acolhida popular e os eventos que levaram à paixão, morte e ressurreição de Cristo, sendo um dia de reflexão sobre a fé, a cruz e a esperança da Páscoa, com procissões e leituras da Paixão.

EM PAUTA

Conhecendo o Novo Estatuto

UM NOVO TEMPO, UM NOVO ESTATUTO

Segue mais uma significativa alteração no estatuto, sua forma de organização. Conforme consta no artigo 7º, o CNLB se organiza nacionalmente e se faz representar em todo o país por meio de seus CNLBs Regionais, os quais se estruturam a partir dos CNLBs Arqui/ diocesanos e de Prelazias.

Dessa forma, se apresenta o princípio da organicidade, que é fundamental para a estruturação do CNLB em seus diversos níveis. Esse princípio implica, entre outras coisas, na adoção da nomenclatura atualmente em vigor: CNLB, para a instância nacional, responsável pela coordenação geral, unidade e comunhão do Organismo no país; CNLB Regional, abrangendo as coordenações regionais, que adaptam as diretrizes nacionais às realidades locais; e CNLB Arqui/Diocesano, nível fundamental e elementar do Organismo, operando nas Arqui/dioceses e Prelazias, e ponto de comunhão com a Igreja local.

É essa organicidade que precisa ser garantida para que independente da instância o CNLB possa se fortalecer como organismo representativo do laicato na Igreja e na sociedade.

Maria das Graças Silva Gervásio - Pastoral da Criança e membro do Grupo de Trabalho que redigiu o novo Estatuto do CNLB



CONHECENDO A REALIDADE DO CNLB

REGIONAIS – ORGANIZAÇÕES FILIADAS

Programa de Rádio Clareando o Caminho - Experiência do trabalho do Laicato no Regional NE 04 PI.

No Regional Nordeste 04 – Piauí, na Diocese de Picos, desenvolve-se uma significativa experiência de comunicação e evangelização por meio do programa de rádio “Clareando o Caminho”, que nasceu a partir da vivência do Ano Nacional do Laicato, em 2018. O programa é de responsabilidade do Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB) – Picos/PI, com o apoio da Rádio Cultura FM de Picos, administrada pela Fundação de Apoio à Comunicação Cristã (FACC), vinculada à Diocese local. O bispo diocesano, Dom Plínio José Luz da Silva, é presidente do Conselho Deliberativo da FACC.

A partir da proposta apresentada, o CNLB acolheu a iniciativa, articulou reunião com seu Colegiado e, posteriormente, convidou outros cristãos leigos e leigas para o planejamento, a produção e a apresentação do programa. Atualmente, o Clareando o Caminho é apresentado todas as sextas-feiras, das 13h às 14h, com duração de uma hora.

A equipe de produção e apresentação é composta por 12 membros, que se reúnem mensalmente para estudar, definir os temas e avaliar os programas realizados. A cada sexta-feira, o programa é apresentado por uma dupla da equipe, garantindo a participação de todos os integrantes ao longo do tempo.

Após a culminância do Ano Nacional do Laicato, a direção da rádio, em comunhão com os membros do Conselho Deliberativo, realizou uma avaliação positiva do programa, destacando seu caráter educativo, formativo e informativo, bem como sua boa audiência.

Os conteúdos apresentados são planejados nas reuniões mensais, com o uso de diversos subsídios, entre eles a Agenda Formativa do CNLB Nacional, Encíclicas Papais e outros documentos da Igreja. A metodologia do programa é organizada em quadros interativos, a saber: Apresentação do Tema, Clareando a Vida, Clareando a Missão e Conexão CNLB. Nos quadros *Clareando a Vida* e *Clareando a Missão* são apresentados testemunhos e experiências, com a participação de convidados presencialmente ou por meio de áudios. Já o quadro *Conexão CNLB* traz notícias e informações sobre eventos em âmbito nacional, regional e diocesano.

O programa Clareando o Caminho alcança um amplo público no Piauí, em cidades dos estados vizinhos do Ceará e Pernambuco, além de outras regiões do Brasil e do mundo, por meio da transmissão online em aplicativos digitais. Desde 2018 até os dias atuais, o programa é transmitido semanalmente, consolidando-se como um importante espaço de formação, comunicação e protagonismo do laicato.

Maria Aurenir da Silva Paiva

Vice- presidente do CNLB Regional NE 04- PI e membro da equipe de produção e apresentação do Programa de Rádio Clareando o Caminho.



CNLB

AGENDA FORMATIVA CNLB

ABRIL

2026

O TRABALHO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

O século 21 tem sido um tempo de profundas transformações no mundo do trabalho. Se no século XX o emprego formal e estável era o horizonte desejado, nos dias de hoje a realidade é marcada por incertezas, flexibilizações e novas formas de organização produtiva.

O que podemos chamar de a “quarta revolução industrial”, impulsionada por tecnologias como inteligência artificial, automação e plataformas digitais, vem, alterando significativamente as relações de trabalho em especial no meio juvenil que há muito tempo não têm visto na CLT a melhor maneira de se relacionar com o mundo do trabalho. Empresas como a Uber e a iFood entendendo o enfraquecimento desta política pública vem simbolizando um novo modelo, baseado em aplicativos e na lógica da “economia sob demanda”, onde muitos trabalhadores e trabalhadoras atuam de forma informal, sem garantias trabalhistas e proteção social.

Ao mesmo tempo, as tecnologias que prometem eficiência e produtividade também levantam questionamentos éticos e sociais. A automação substitui postos antes ocupados por pessoas, especialmente em setores industriais e administrativos, gerando desemprego estrutural e ampliando desigualdades. A inteligência artificial já executa tarefas de atendimento, análise de dados e até produção de conteúdo. O desafio que se coloca não é apenas técnico, mas humano: qual o lugar do trabalho na construção da dignidade e da identidade das pessoas?

Para as juventudes, o cenário é ambíguo. Por um lado, há maior acesso à informação, inovação e possibilidades de empreendedorismo digital. Por outro, cresce a precarização, a insegurança e a ansiedade diante de um futuro incerto. Muitos jovens ingressam no mercado por meio de trabalhos temporários, freelancers ou na informalidade, sem perspectiva de estabilidade. Isso impacta seus projetos de vida, sua autonomia financeira e sua participação social. Antes o que era sonho de possuir algo para lazer hoje se torna forma de trabalho obrigando estes jovens a utilizarem o que era para diversão como meio de ganhar dinheiro, exemplos, bicicletas, motos, carros, e até suas casas...

Diante dessa realidade, emergem alternativas que dialogam com a economia solidária e a sustentabilidade. As cooperativas, por exemplo, representa uma forma coletiva de organização do trabalho, baseada na autogestão, na partilha de resultados e na valorização da comunidade. Não podemos hoje não link ar o campo socioambiental com o mundo do trabalho, cooperativas de reciclagem, agricultura urbana e produção agro ecológica mostram que é possível gerar renda ao mesmo tempo em que se cuida da Casa Comum. A reciclagem, a compostagem e as hortas comunitárias não são apenas práticas ambientais, mas também estratégias de inclusão produtiva e justiça social e hoje um dos grandes horizontes para acabar com o êxodo rural.

O futuro do trabalho precisa estar conectado à transição ecológica. A crise climática exige novas profissões e novas competências: energias renováveis, gestão de resíduos, restauração ambiental, educação socioambiental e tecnologias limpas. O investimento hoje na educação socioambiental trata-se de uma oportunidade histórica para alinhar desenvolvimento econômico com responsabilidade ecológica. Em vez de uma economia baseada na exploração intensiva de recursos naturais e humanos, somos chamados a construir uma economia regenerativa, que respeite os limites do planeta e promova trabalho digno.

Portanto, o debate sobre o trabalho hoje não pode estar dissociado da ecologia integral. Precisamos repensar não apenas como produzimos, mas para quê e para quem produzimos. O trabalho do futuro deve estar a serviço da vida, da justiça social e do equilíbrio ambiental. A tecnologia, quando orientada por princípios éticos e sustentáveis, pode ser aliada; quando guiada apenas pelo lucro, pode aprofundar exclusões. O grande desafio das próximas décadas será harmonizar inovação, dignidade humana e cuidado com o meio ambiente, garantindo que ninguém fique para trás nessa transição.

Eder Francisco Silva

Especialista em Educação Socioambiental pela UNIFESP e Coordenador da Pastoral da Ecologia Integral da Arquidiocese de São Paulo.



**PALAVRA
DE LEÃO XIV**

REFLEXÃO

“Gostaria de retomar uma expressão que, por assim dizer, “herdei” do Papa Francisco: «Trabalhando, tornamo-nos mais pessoa, a nossa humanidade floresce, os jovens tornam-se adultos» (cf. Exortação Apostólica Dilexite, 115). Estas palavras recordam-nos que no centro de qualquer dinâmica laboral não se deve colocar o capital, nem as leis de mercado, nem o lucro, mas a pessoa, a família e o seu bem, em relação aos quais tudo o resto é funcional. Esta centralidade, constantemente afirmada pela Doutrina social da Igreja (cf. São João Paulo II, Carta Encíclica Centesimusannus, 3; 5), deve estar presente em cada programação e projeto empresarial, a fim de que os trabalhadores e as trabalhadoras sejam reconhecidos na sua dignidade e recebam respostas concretas às suas carências reais.”



**Intenção de oração do Papa confiadas a Rede Mundial
de Oração para abril de 2026**

Sacerdotes em crise

Rezemos pelos sacerdotes que atravessam momentos de crise na sua vocação, para que encontrem o acompanhamento necessário e para que as comunidades os apoiem com compreensão e oração.

Conversando com padre Júlio Lancelotti

“As estruturas são necessárias, mas precisam estar a serviço da vida e do amor — um amor que é decisão, que apanha, que exige coragem para insistir. Temos que calar o opressor que habita em nós”.

“Se nós queremos, como sociedade civil, contribuir, o nosso posicionamento deve ser o de questionar, não se conformar, rebelar-se e perguntar. Não vendam sua consciência ao dinheiro, aos poderosos de plantão, à especulação imobiliária ou financeira. Não se vendam. Muita gente vê a pobreza e a opressão e se cala para não perder o emprego. Essa fala é institucional, mas o nosso limite é o amor. Ou eu amo mais a minha segurança, ou sou capaz de amar a vida do irmão que está ameaçada?”, provocou.

“Precisamos de espaços como este para compreender que a luta de nenhum de nós é solitária; a luta de todos nós é histórica. Cada um de nós tem que ser uma flor e um espinho, um fruto e uma cobra. Temos que chamar a atenção, sem medo de incomodar. Partilhar o pão numa sociedade que mata de fome é um ato político e revolucionário. Alimentar os que têm fome é um ato de coragem. Aquecer os que sentem frios é um gesto de insubordinação diante de um sistema que retira até o cobertor dos pobres”.

Trechos da palestra do padre Júlio Lancelotti no Seminário Internacional de Pessoas em situação de rua publicado em: 23/10/2025/realizado na Fiocruz Brasília



Doutrina Social da Igreja e Trabalho

“Construirão casas e nelas habitarão, plantarão vinhas e comerão seus frutos. Ninguém construirá para outro morar, ninguém plantará para outro comer, porque a vida do meu povo será longa como a das árvores, meus escolhidos poderão gastar o que suas mãos fabricarem. Ninguém trabalhará inutilmente, ninguém gerará filhos para morrerem antes do tempo, porque todos serão a descendência dos abençoados de Javé, juntamente com seus filhos” (Is 65, 21-23).

“A Igreja vai encontrar logo nas primeiras páginas do Livro do Gênesis a fonte dessa sua convicção, de que o **trabalho** constitui uma dimensão fundamental da existência humana sobre a terra.” (*Laborem et Exercens*/ 2) Assim, o trabalho não é apenas o resultado da produção humana, mas “colabora no acabamento da criação divina.” Mais ainda: sabemos que, oferecendo a Deus o seu trabalho, o homem se associa à obra redentora de Cristo, o qual conferiu ao trabalho uma dignidade sublime, trabalhando com as suas próprias mãos em Nazaré. Daí nasce para cada um o **dever de trabalhar fielmente**, e também o **direito ao trabalho**; à sociedade cabe, por sua parte, ajudar em quanto possa, segundo as circunstâncias vigentes, os cidadãos para que possam encontrar oportunidade de trabalho suficiente.” (*Gaudium et Spes*/67)



“Pelo **trabalho**, homens e mulheres, garantem a sua **subsistência** e a dos seus dependentes; devem ser remunerados de forma digna e seus **salários** não devem ser deixados à vontade dos mais poderosos, mas devem estar no contexto da **justiça e da equidade**”. (*Pacem in Terris*/20)E, “com as exigências do bem comum,tanto da comunidade nacional como de toda a família humana”. (*Mater et Magistra* 68/69).“Às mulheres devem ser concedidas condições de trabalho compatíveis com as suas necessidades e responsabilidades enquanto esposas e mães.” (*Pacem in terris*/19)



“Devem considerar-se exigências do **bem comum** no plano nacional: dar emprego ao maior número possível de trabalhadores; evitar que se constituam cate-

gorias privilegiadas, mesmo entre trabalhadores; manter uma justa proporção entre salários e preços; tornar acessíveis bens e serviços de interesse geral ao maior número de cidadãos; eliminar ou reduzir os desequilíbrios entre os setores da agricultura, da indústria e dos serviços; realizar o equilíbrio entre a expansão econômica e o desenvolvimento dos serviços públicos essenciais...”. (*Mater et Magistra*/79)



APROFUNDANDO O CONHECIMENTO

A Constituição Federal de 1988 reconhece que o **direito ao trabalho** é um direito fundamental, no entanto, esse direito ainda não alcançou toda a população brasileira: ainda há muitos trabalhadores sem direito a aposentadoria; sem licença remunerada por questões de saúde ou maternidade; sem carteira assinada; trabalho por conta própria sem proteção social e que não contribuem com a previdência social; a informalidade, por vezes desfavorável com relação ao gênero e à cor.

“A idolatria de mercado parece mesmo não ter limites: em nome de uma certa **“estabilidade dos preços”** e da **“confiança dos investidores”**, justifica-se a subida dos juros, os quais aumentam o endividamento das famílias, restringem a geração de novas oportunidades de emprego e sugam os recursos do governo para entregá-los ao setor financeiro, às custas das famílias que precisam de ser-

viços públicos. Apesar do sacrifício – em vida – dessa imensa maioria da população, o preço dos alimentos segue em nível elevado, corroendo o poder de compra do **salário mínimo** que, de acordo com cálculos do DIEESE, deveria, hoje, ser de R\$7.398,94 para dar cabo das necessidades de moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social de uma família trabalhadora (2 adultos e 2 crianças). *(de texto de O Gancho/Pastoral Operária de Campinas/ 2025)*

Lembrando ainda, que no Brasil, a partir da década de 1990, assistimos ao desmonte progressivo dos mecanismos institucionais de regulação entre o capital e o trabalho. As **Contra Reformas Trabalhistas** de Temer (2017) e Jair Bolsonaro (2019) levaram ao extremo a retirada de direitos dos trabalhadores e à diminuição significativa da sua proteção social.

LER, REFLETIR E COMENTAR

“Mulheres e homens são sujeitos e fim de todo processo econômico, por isso o “trabalho não deve ser considerado como simples mercadoria”. (LE/ 7)

Nessa leitura, lembramos da **Economia Solidária** que é uma alternativa para geração de trabalho e renda e pode se dar através de cooperativas, ou projetos solidários ou outras formas de organização, “congrega práticas de colaboração solidária, inspiradas nos valores culturais que colocam o **ser humano como sujeito e finalidade** da atividade econômica, em vez de anulação privada de riqueza em geral e de capital em particular. Tem como princípios gerais: a valorização social



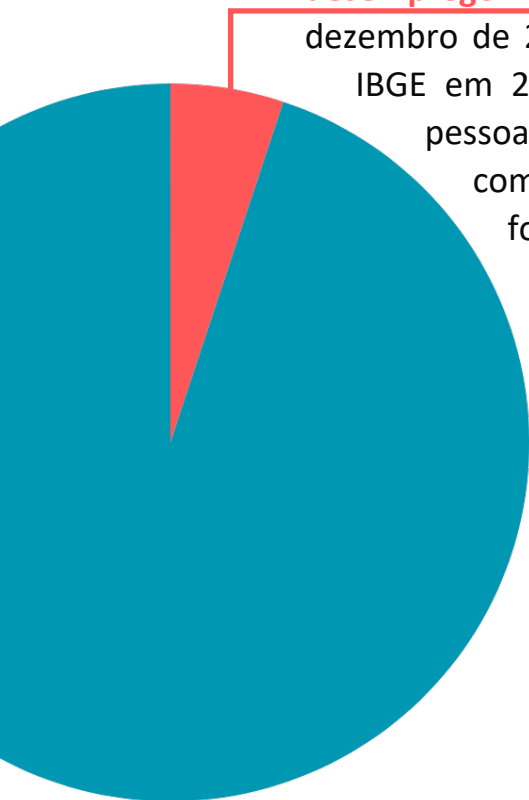
do trabalho humano, a satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica; o reconhecimento do lugar da mulher e do feminino numa economia fundada na solidariedade; a busca de relação de intercâmbio respeitosa com a natureza e os valores da cooperação e solidariedade. (Carta de princípios do Fórum Brasileiro de Economia solidária/ disponível em < www.fbes.org.br>)



Que trabalhos de economia solidária acontecem na sua cidade? A sua diocese e pastorais sociais organizam, apóiam trabalhos de economia solidária? Como divulgar esse projeto de Economia Solidária na sua cidade, região?

RECORDANDO

Também temos alguns avanços: hoje, nos últimos meses, o [IBGE/2026](#) tem registrado uma taxa de desemprego muito próxima da menor que o Brasil já teve. Isso significa que há sinais de aumento de emprego; a taxa de **desemprego no Brasil caiu para 5,1%** no trimestre encerrado em dezembro de 2025, o menor patamar da série histórica iniciada pelo IBGE em 2012. A população desocupada, (5,5 a 5,6 milhões de pessoas), diminuiu, refletindo um mercado de trabalho aquecido com destaque para o setor de serviços e aumento de vagas formais. A taxa de informalidade no trabalho no Brasil no início de 2026 situa-se em aproximadamente 37,8% da força de trabalho, com cerca de 39,3 milhões de pessoas sem carteira assinada, indicando uma leve queda nesse final de ano e começo deste ano. O número de Microempreendedores Individuais (MEI) cresceu, com 11,6 milhões de registros, afetando a composição da informalidade. (*Dados do IBGE*)



39,3 milhões
de pessoas sem carteira assinada

VOCÊ SABIA?

01

Trabalhadores subocupados

estatisticamente contando como empregados são pessoas que trabalham menos horas do que gostariam, provavelmente porque a renda delas é menor do que a necessária para suas necessidades. (15,9% dos trabalhadores). Trabalhadores **desalentados**, (2,8%) que são os que não procuram trabalhar porque, às vezes, não têm dinheiro para o ônibus. *(Brasil de fato/05-2025/Prof. Manzano/Unicamp)* Mas, há também trabalhadores/as que preferem não ter um vínculo formal para poder ter flexibilidade.

02

Igualdade Salarial entre Homens e Mulheres

No Brasil, mulheres recebem em média cerca de 21% a menos que homens, mesmo exercendo as mesmas funções. A [Lei 14.611/2023](#) busca alterar esse cenário, exigindo transparência salarial e fiscalização em empresas com mais de 100 funcionários, com penalidades para a discriminação de gênero. A desigualdade é mais acentuada para mulheres negras, que recebem cerca de 50,2% do salário

de homens não negros. Na hipótese de discriminação por motivo de sexo, raça, etnia, origem ou idade, prevê indenização por danos morais, consideradas as especificidades do caso concreto. (§6)

03

A isenção do Imposto de Renda

para trabalhadores/as CLT, aposentados e pensionistas do INSS com rendimentos tributáveis mensais de até R\$ 5.000 vale desde 1º de janeiro de 2026, com reflexo imediato nos contracheques recebidos em fevereiro.

04

Discriminação

Dados do IBGE e [CNTE-CUT](#) mostram que trabalhadores/as negros, enfrentam dificuldades para alcançar ascensão profissional, muitas vezes sendo preteridos por candidatos brancos em processos seletivos e promoções, um reflexo do racismo estrutural; sofrem também maior desemprego sendo que a mulheres negras são as mais prejudicadas.

05

Cotas raciais

A nova legislação brasileira (PL 1.958/2021) aprovada em 2025 ampliou de 20% para **30% a reserva de vagas** para pretos, pardos, indígenas e quilombolas em concursos públicos federais. A medida vale para cargos efetivos e empregos públicos, incluindo autarquias e empresas públicas, com validade de 10 anos e exigência de banca de [heteroidentificação](#). (*caracterização física*) Atualmente, **não há lei federal** que obrigue cotas para pessoas negras no setor privado, mas a

implementação é permitida como ação afirmativa (discriminação positiva).

06

Trabalho escravo:

Diz respeito à falta de liberdade e dignidade do trabalhador. A legislação brasileira define essa condição através de quatro elementos principais, que podem ocorrer de forma isolada ou em conjunto: trabalho forçado; jornada exaustiva; condições degradantes; servidão por dívida. Para denunciar trabalho escravo, acesse o sistema Ipê: <https://ipe.sit.trabalho.gov.br/>

A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA E O ANO DE ELEIÇÕES

De grata lembrança esta fala do Papa Francisco para os Movimentos Populares em setembro de 2014. Dá-nos pistas para nossa reflexão e ação sobre o dever de decidir os rumos de nossa nação, nas próximas eleições:

“O nosso caminho continua a sonhar e a trabalhar em conjunto para que todos os trabalhadores tenham direitos, todas as famílias um teto, todos os agricultores terra, todas as crianças educação, todos os jovens futuro, todos os idosos uma boa reforma, todas as mulheres direitos iguais, todos os povos soberania, todos os indígenas território, todos os migrantes acolhimento, todas as etnias respeito, todos os credos liberdade, todas as regiões paz, todos os ecossistemas proteção. É um caminho permanente, haverá avanços e retrocessos, haverá erros e sucessos, mas não tendes dúvida: é o caminho certo!”

Por isso, quando a realidade parecer não ser sensível aos problemas sociais, aos cristãos leigos e leigas não deve faltar a **esperança, a persistência** na construção de novo céu e nova terra. Por isso, nestas eleições, o laicato brasileiro, será sujeito da construção de sua nação democrática quanto mais se inteirar dos projetos dos candidatos e ter o olhar clínico do projeto de nação de quem realmente luta pelo bem comum, pela justiça, pela solidariedade e paz entre os cidadãos. / cidadãs.

Pergunte-se:



Que Estado queremos?
Qual o meu papel na construção de uma nação?



MÃOS NA MASSA

- 1 **Celebrar o 1º de maio, Dia do Trabalhador, trabalhadora**, com reflexões sobre o “Trabalho” como um dos centros das questões sociais. **Sugestão:** os CNLBs diocesanos poderão fazer parceria com as **Pastorais Operárias** diocesanas para chamar a debates, fóruns, grupos de reflexão sobre o tema do desemprego, falta de moradia, moradores em situação de rua, sem trabalho e sem moradia e fazendo link com o tema da **Campanha da Fraternidade 2026** que é “moradia”, importante para se conseguir vida digna como fruto do trabalho.
- 2 **Economia solidária-** Conhecer, apoiar, divulgar alternativas de trabalho cooperativo e associativo que geram trabalho e renda. Consumir produtos ou serviço de trabalhos solidários.
- 3 **Exercer a caridade, a sinodalidade, a ajuda, a escuta cristã** das famílias que passam necessidade pelo desemprego, ou estão em situação de rua. Há pessoas na sua comunidade sem trabalho? Como a comunidade pode ajudá-las?

10 anos do Doc. 105 CNBB

“Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade”

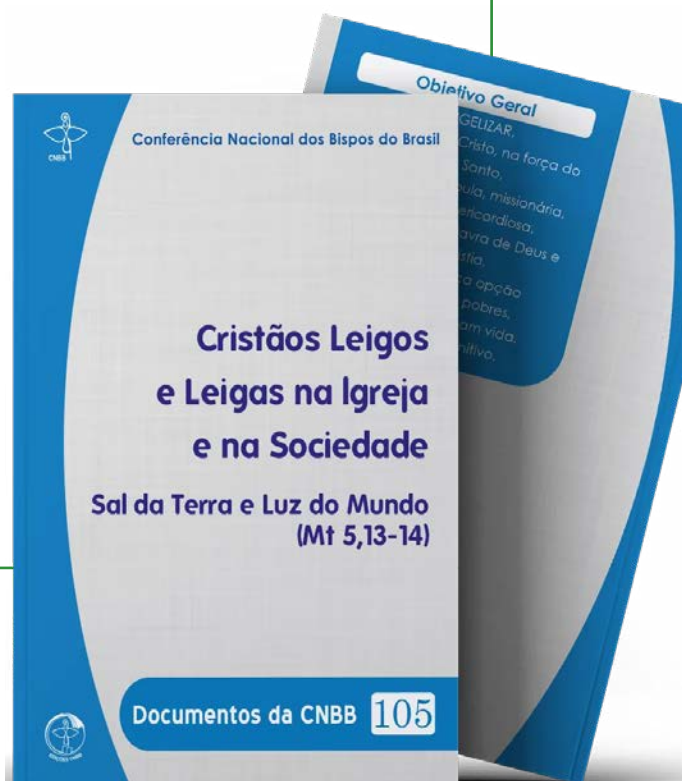
Um tema central no Doc. 105 é o cristão leigo e leiga como sujeito eclesial. O que isso quer dizer? Que, pelo batismo, cada cristão recebe a cidadania eclesial e se torna corresponsável pela missão evangelizadora da Igreja. O laicato não é um simples destinatário da evangelização, nem depende do clero para ter papel ativo na vida eclesial e social. “Ser sujeito eclesial significa ser maduro na fé, testemunhar amor à Igreja, servir os irmãos e irmãs, permanecer no seguimento de Jesus, na escuta obediente à inspiração do Espírito Santo e ter coragem, criatividade e ousadia para dar testemunho de Cristo” (Doc. 105, n. 119).

Entretanto, muitos batizados ainda não têm plena consciência de serem sujeitos eclesiais. Como diz o Documento de São Domingo (n. 96), “sentem-se católicos, mas não Igreja”. Não se reconhecem protagonistas da evangelização, então vivem de forma limitada sua vocação e missão, deixando de ser presença transformadora nos espaços da Igreja e da sociedade.

“O cristão leigo, sujeito na Igreja e no mundo, é discípulo missionário, seguidor e testemunha de Jesus Cristo. (...) Ele se coloca na escuta do Espírito e se percebe enviado à edificação da comunidade e à transformação do mundo como lugar do Reino de Deus, já iniciado, até sua consumação definitiva.” (Doc. 105, 132).

Para que o Reino aconteça, precisamos ajudar o laicato a reconhecer sua identidade, vocação, missão e espiritualidade. Cabe aos cristãos leigos e leigas, sujeitos eclesiais, discípulos missionários, permear e transformar as realidades temporais com o espírito do Evangelho.

Eder D’Artagnan, marista e membro
da presidência do CNLB



DATAS A SEREM LEMBRADAS



Tríduo Pascal - O período mais importante do ano litúrgico cristão, que celebra a Paixão, Morte e Ressurreição de Jesus Cristo.



Quinta-feira Santa (Missa da Ceia do Senhor): Celebra a instituição da Eucaristia, o sacerdócio e o lava-pés, simbolizando o amor e o serviço de Jesus.



Sexta-feira Santa (Paixão do Senhor): Dia marcado pelo jejum e abstinência as reflexões se voltam para a contemplação da crucificação e morte de Jesus Cristo. Neste dia não há celebração da Eucaristia.



Sábado Santo/Vigília Pascal: Tempo de silêncio e espera, culminando com a celebração da vitória de Cristo sobre a morte na noite de sábado.



Páscoa: É domingo! É a Páscoa da Ressurreição! Na vitória de Jesus nós saboreamos a nossa própria vitória sobre as forças da morte que imperam neste mundo, e nos animamos a continuarmos firmes na luta pela justiça e bem de todos e todas.



Dia Mundial da Saúde: Visa promover ações que melhorem a saúde e o bem-estar em todo o mundo.



Dia dos Povos Indígenas: Importante comemorar esta data para ajudar as pessoas a reconhecerem: a pluralidade de culturas, línguas e etnias existentes, a luta contra o preconceito, pela preservação de territórios e a valorização da cultura indígena.



Dia de Tiradentes: Joaquim José da Silva Xavier, popularmente conhecido por “Tiradentes” (referência ao seu ofício de dentista), foi um participante da Inconfidência Mineira, enforcado em 1792. A data celebra sua luta pela independência do domínio português e liberdade, tornando-o Patrono da Nação Brasileira e símbolo da luta por justiça.

Parte superior do formulário



Dia do Descobrimento do Brasil: O Brasil foi “descoberto” em 22 de abril de 1500 por Pedro Álvares Cabral, um navegador português. A expedição chegou à costa da Bahia, marcando o início da colonização portuguesa no país.

EM PAUTA

Conhecendo o Novo Estatuto

UM NOVO TEMPO, UM NOVO ESTATUTO

Agora que já entendemos a importância do princípio da organicidade do CNLB, no capítulo IV do Estatuto, tratamos das Organizações Laicais como membros filiados ao Conselho. E aqui tem uma novidade bem interessante. Considera-se para admissão as organizações laicais católicas com expressão nacional, mas também as **organizações com expressão regional**.

Mas para isso, é necessário cumprir um itinerário, que vai desce ao pedido de filiação por escrito, onde constará necessariamente a explícita aceitação da integralidade do Estatuto, de seus princípios norteadores e das normas definidas no Regimento Interno.

Merece destaque nesse capítulo, o artigo 13, que trata da **filiação em caráter pessoal** de membros do laicato católico do Brasil, nos CNLBs Arqui/diocesanos e Prelazias, podendo inclusive participar das instâncias Regionais e Nacional, mas essa participação fica condicionada à indicação feita pela instância de filiação.

Maria das Graças Silva Gervásio - Pastoral da Criança e membro do Grupo de Trabalho que redigiu o novo Estatuto do CNLB



CONHECENDO A REALIDADE DO CNLB

REGIONAIS – ORGANIZAÇÕES FILIADAS

A Comissão de Juventude do CNLB Regional NE 2 deu um passo significativo na organização e no fortalecimento do trabalho com as juventudes por meio da criação da Rede de Juventudes. Essa iniciativa nasceu do desejo de ampliar a participação juvenil nos espaços de articulação do laicato e de fortalecer a comunhão entre as diversas (arqui)dioceses do Regional.

A Rede de Juventudes tem se constituído como um espaço de encontro, escuta e formação, reunindo jovens que já atuam como lideranças pastorais em suas Igrejas particulares. A partir dessa articulação, tornou-se possível partilhar experiências, desafios e iniciativas, criando vínculos fraternos e fortalecendo a identidade do laicato jovem comprometido com a missão da Igreja e com a transformação da realidade social.



Um dos frutos mais significativos desse processo é a ampliação da voz da Comissão de Juventude do Regional NE 2, que, por meio da Rede, consegue chegar com mais força às bases, favorecendo a comunicação, a corresponsabilidade e o protagonismo juvenil.

Os próprios jovens passam a ser pontes entre o CNLB e suas comunidades, contribuindo na organização de encontros, na mobilização para formação e na presença ativa nos espaços eclesiais e sociais.

Essa experiência tem demonstrado que, quando os jovens são acompanhados, valorizados e chamados à missão, respondem com generosidade e criatividade. A Rede de Juventudes, portanto, não é apenas uma estrutura organizativa, mas um caminho de sinodalidade, onde os jovens caminham juntos, assumindo seu papel como sujeitos eclesiais e sociais, fortalecendo o laicato e semeando esperança nas realidades onde estão inseridos.



CNLB

AGENDA FORMATIVA CNLB

MAIO
2026

LAUDATO SI UMA ESPERANÇA DE JUSTIÇA SOCIO CLIMÁTICA DIANTE DO CAOS

A Amazônia majestosa, narrada como esplendorosa pela sua sociobiodiversidade, ecossistema que sustenta o equilíbrio do planeta, nutrindo e sustentando a natureza, a vida, as culturas na diversidade de povos, com um potencial hídrico que é fonte de vida, apresenta-se um espaço vivenciado em harmonia entre povos e a natureza, “buen vivir” somado a sabedoria e tecnologia ancestral a modernidade sem se autodestruir.

Porém, essa realidade foi abalada pelo avanço insano que ataca a natureza amazônica, beleza ferida e deformada, transformando-a em um lugar de dor e violência, impactando as diversas comunidades indígenas, tradicionais, camponesas, urbanas amazônicas, devido ao avanço de grandes projetos, monoculturas e agronegócio, grilagem de terras, exploração dos recursos naturais e minerais, mercantilismo da natureza, ocasionando vários riscos sociais, ambientais, culturais e econômicos às populações e territórios locais.

Mas o clamor dos povos e da Terra, ecoado, toca o coração da Igreja. Esse clamor ferido e deformado em dores de parto a gemer. O Senhor escuta, ver e reage através de Santa Igreja que por meio do Pontificado de Papa Francisco diante do risco do ponto do não retorno e apresenta ao mundo a Encíclica Laudato Si em 2015, antes do Acordo de Paris.

Essa encíclica denominada documento verde da Igreja, não só para nós cristãos, mas para toda humanidade, nos ecoa a “Ecologia Integral”, todo seu conteúdo contrapõe-se com tudo que a Amazônia tem vivenciado de violação em seus territórios. Ela conclama a um exame de tomada de consciência e conversão integral, nos convoca a uma atitude de mudança radical para uma vida mais simples e sóbria nutrida de espiritualidade e da Palavra de Deus a cuidar da Integridade da Criação, a compreender que há só uma única crise a socioambiental, e se faz necessário o enfrentamento e o combate ao ecocídio e ao genocídio da humanidade, hoje, pois se deixarmos para amanhã será tarde por demais.

Hoje é nítido as consequências das mudanças climáticas, a problemática do acesso à água a perda de biodiversidade, a deterioração da vida humana, a desigualdade planetária, o multilateralismo e a volta ao armamentismo e guerras. Mas a Encíclica, nos apresenta o dom precioso: “a ESPERANÇA”.

E transmite essa esperança convocando a humanidade a implementara ecologia que considere os aspectos do cuidado com a casa comum, o ambiente, mas que pense economia sem agredir o ambiente, combata a pobreza, a miséria, a desigualdade social e as injustiças e violações de direitos inalienáveis universais; aspectos que preservem patrimônio histórico, artístico e cultural dos povos em suas diversidades; uma melhoria global na qualidade de vida humana, o cuidado ao bem comum e a busca pela paz universal. Princípios estes bem firmados no Magistério da Igreja.

Aí então, nos perguntamos: Sim, mas o que isso tudo indica para Amazônia, como se coloca no contraponto diante das feridas deformadas dos clamores dos povos e dos territórios da Amazônia?

Digamos e assumamos o compromisso que a Laudato Si nos convoca como Igreja, como sociedade local a global, em relação ao chão sagrado tão impactado e violado, a lutar e trabalhar para que alcançar:

- A demarcação e regularização territorial dos povos indígenas e comunidades tradicionais, campesinas e urbanas amazônica;
- Atingir o ponto zero do desmatamento;
- Alcançar o fim do uso de combustíveis fósseis;
- A proteção as terras raras, evitando a implementação de projetos petrolíferos e minerários na região;
- Prevenção e combate à pobreza, a miséria, a desigualdade social na Amazônia e promoção da economia circular, familiar, agroecológica, sociobiodiversidade;
- Combate ao racismo estrutural e ambiental;
- Prevenção e combate à violência contra mulheres, crianças, adolescentes e juventude e equidade de gênero;
- Transição econômica, energética, ecológica: justa, popular e inclusiva que considera as diversas iniciativas dos povos amazônicos;
- Reconhecimento jurídico e aplicação dos protocolos de consulta livre prévio e informada de acordo com a Resolução 169 da OIT;

- Incidir para implementação de políticas públicas básicas e adequadas as realidades das populações amazônicas como incluir mitigação, adaptação e perdas e danos e reparação histórica diante das consequências das mudanças climáticas e dos impactos aos territórios de vários séculos de exploração e destruição.
- A proteção e defesa dos defensores de direitos humanos, ambientais e comunicadores ameaçados em seus territórios, de acordo com a ratificação do Acordo de Escazú e demais tratados internacionais que o Brasil é signatário;
- A formação, educação para sensibilização e consciência e prática da Ecologia Integral e da justiça e da paz para uma comunicação não violenta em nossas comunidades e territórios.

Se queremos cuidar da Amazônia. A LaudatoSi, nos conclama, a ter a consciência de que o caminho para essa transformação se faz pela tomada de consciência cristã e ecológica, no comprometimento que temos que não somos donos, e sim guardiães da criação, e temos como dever a justiça intergeracional com as gerações futuras. A nossa ORAÇÃO esteja na prática de exercer um diálogo de incidência junto a campo político e internacional, intervir como cidadãos na política nacional e local para mudanças em nossos territórios comprometidas com o bem comum, espaços de participação social com transparência e participação decisórias nas instancias de decisões, promover uma economia que valorize a plenitude da vida humana, buscar caminhos de diálogo entre as instituições religiosas e as instituições científicas para o bem e a integridade da criação, fortalecer a educação e espiritualidade ecológica nas nossas grupos sociais e a comum união na convivência fraterna, na promoção da paz, do bem, da fé, do amor, sendo peregrinos da esperança a caminho e em AÇÃO, contribuindo no plano salvífico do Senhor.

Paz e Bem!!!

Dorismeire Almeida de Vasconcelos

Leiga da Ordem Franciscana Secular- OFS, membro do Serviço de Justiça, PA e Integridade da Criação- JPIC/OFS do Brasil, graduada em Letras e Especialista em Linguagem e Ensino da Linguística e Literatura pela Faculdade Dalcídio Jurandir UFPA- Altamira Pará.



PALAVRA DE LEÃO XIV

*“Com efeito, os **movimentos populares** convidam a superar «aquela ideia das políticas sociais concebidas como uma política para os pobres, mas nunca com os pobres, nunca dos pobres e muito menos inserida num projeto que reúna os povos». Se os políticos e os profissionais não os ouvirem, «a democracia atrofia-se, torna-se um nominalismo, uma formalidade, perde representatividade, vai se desencantando porque deixa de fora o povo na sua luta diária pela dignidade, na construção do seu destino». O mesmo se deve dizer das instituições da Igreja.”*

(Dilexi te /81)



**Intenção de oração do Papa confiadas a
Rede Mundial de Oração para abril de 2026**

Alimentação de qualidade para todos

Rezemos para que todos, dos grandes produtores aos pequenos consumidores, se comprometam a evitar o desperdício de alimentos e para que todos tenham acesso a uma alimentação de qualidade.





CONVERSANDO COM PADRE ALFREDINHO

ESPIRITUALIDADE DA MONTANHA E DA RUA

Lucas, (11,1-4) fala que Jesus reza na montanha, local de conversão, de encontro com Deus e ensina o Pai Nosso. Em Mateus (9,35-38), Jesus caminha pelas ruas e vê a multidão cansada e abatida. Esses dois textos nos ensinam a compreender a prática de Jesus. O segredo desses dois textos é que eles não se excluem, eles se complementam: montanha e rua, e se intercalam. Quanto mais Jesus sobe à montanha, mais a montanha devolve Jesus à rua. Quanto mais Jesus busca a intimidade com Pai, mais aprofunda seu compromisso com os pobres. Quanto mais aprofunda seu compromisso com os pobres, mais tem necessidade de subir à montanha para conversar com o Pai. O que é isso? Fé Política.

Papel da Igreja é também retomar uma espiritualidade que não crie dicotomia. O que se vê hoje são os que lutam e os que louvam, mas eles se antipatizam. Eu chamo isso de Cristianismo esquizofrênico. A gente até reza e luta, mas sem que o contato com Deus transforme nossa prática pastoral. Com os companheiros, mulheres, com os pobres. Existe ainda na Igreja uma luta pelo poder, brigas pelos “paninhos do altar”. Hoje há doutores em Liturgia, que tudo o que sabem é sobre os paninhos de Jesus. Fora da Igreja não entende nada, nem desemprego, de pobres, -de morador em situação de rua-. Que liturgia é essa?

Ou retomamos uma espiritualidade em que montanha e rua se interpelam, se complementam, se exigem, ou não sei onde vamos parar. Para isso é preciso descer ao inferno: aos prostíbulos, à cadeia, às favelas, às ruas... Sem fortalecer as pequenas organizações de base, as novas relações, os novos laços de resistência, não iremos longe. (*Padre Alfredinho/Caderno 1/ CIDOC/ Políticas Públicas*)



A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA, A CIDADANIA E A PARTICIPAÇÃO POPULAR

“Construir a cidade, lugar de existência dos homens, e das suas comunidades ampliadas, criar novos modos de vizinhança e de relações, descortinar uma aplicação original da justiça social, assumir, enfim, o encargo deste futuro coletivo que se preanuncia difícil é uma tarefa em que os cristãos devem participar”.

A esses homens amontoados numa promiscuidade urbana que se torna intolerável, é necessário levar uma **mensagem de esperança**, mediante uma fraternidade vivida e uma justiça concreta que os cristãos, conscientes desta responsabilidade nova não se deixem desacorçoar, diante da imensidade amorfa da cidade” (...). *(OctogesimaAdveniens/n.12 ao senhor cardeal Maurício Roy, do Conselho dos Leigos e da Pontifícia Comissão “Justiça e Paz” por ocasião do 80º aniversário da encíclica RerumNovarum)*

A **cidade** é esse espaço onde as pessoas que se convivem, se realizam umas com as outras. A construção da humanidade do ser humano se dá, portanto, na construção de uma **sociedade** de convivência plena, de corresponsabilidades mútuas. Esse processo se chama **cidadania** e se dá quando todos se convencem de que o bem do outro com o seu, o bem da sociedade é mais importante do que seu bem particular e individual. Enfim, o que quer dizer **cidadania**?

APROFUNDANDO O CONHECIMENTO

O conceito de cidadania se origina nas **cidades** gregas (**polis**) onde os homens livres e adultos (isso mesmo, só eles) participavam das decisões sobre ações e práticas para a realização do bem público. Esse conceito de **participação** vai mudando, à medida que na história vão surgindo novas lutas por novos objetivos e direitos e com novos sujeitos emergentes.

Observe como são inseparáveis as palavras **cidadania**, **política** e **participação**: **cidadania** deriva de cidade para nós hoje; **política** é derivada de polis, que ontem eram as cidades gregas e **participação** que une a duas, tendo entre elas uma relação bastante profunda entre si.

A História nos mostra que, como tempo, esse conceito antigo de cidadania, das polis gregas, vai mudando à medida que a participação se amplia para todos e todas igualmente e à medida que surgem novos sujeitos emergentes, com novas buscas de concretização de novas aspirações das classes sociais ou do conjunto de classes (hegemônicas).

É fundamental, entretanto, que entendamos que a construção da cidadania é permanente e não vem como uma doação dos mais ricos aos mais pobres, mas é extraída das classes que buscam direitos iguais para se ter vida digna.

A busca da **Cidadania** exige **Participação Política** que significa lutar pela ocupação dos espaços permitidos a todos, todas na busca pelo bem comum. Mas há que se reforçar que como seres sociais que somos, só nos realizamos como cidadãos, cidadãs, em sociedade, quando lutamos em conjunto, coletivamente: significa que só nos realizamos quando os outros que conosco convivem também se realizam. Isso se chama **solidariedade, ética comunitária**.

Quando chegamos nesse ponto é porque conseguimos antes de tudo nos **de salientar**, deixar de sermos **objetos**, manipulados e retomamos nosso ser pessoal e social como **sujeitos** na História. Isso é exercer a própria cidadania como plenos cidadãos, cidadãs. E nesse sentido é o mesmo processo de construção da plena humanidade de ser humano.



LER, REFLETIR, COMENTAR

Cidadãos, cidadãs, ativos, ativas, são aqueles e aquelas que não esperam sentados que os outros ajam por eles e que sabem que nada cai como doação da parte do poder dominante, mas que o que se quer conseguir, por direito, é fruto da sociedade civil organizada.

O Papa Francisco nos alenta: “Uma das tentações mais sérias que sufoca o fervor e a ousadia é a sensação de derrota que nos transforma em pessimistas lamurientos e desencantados com cara de vinagre. Ninguém pode empreender uma luta, se de antemão não está plenamente confiado no triunfo. Quem começa sem confiança, perdeu de antemão metade da batalha e enterra os seus talentos. Embora com a dolorosa consciência das próprias fraquezas, há que seguir em frente, sem se dar por vencido, e recordar o que disse o Senhor a São Paulo: «Basta-te a minha graça, porque a força manifesta-se na fraqueza» (2 Cor 12, 9). O triunfo cristão é sempre uma cruz, mas cruz que é, simultaneamente, estandarte de vitória, que se empunha com ternura batalhadora contra as investidas do mal. O mau espírito da derrota é irmão da tentação de separar prematuramente o trigo do joio, resultado de uma desconfiança ansiosa e egocêntrica.”.

(Discurso do Papa Francisco aos Movimentos Populares/ 2014/ 85)



Quais movimentos sociais organizados você conhece? Você consegue perceber onde está a diferença de um movimento organizado de classes sociais que lutam por vida digna e outros que lutam por interesses financeiros? Pode dar um exemplo? Como você refletiria sobre o seguinte tema: a construção da cidadania se dá na construção de uma sociedade de convivência plena, de corresponsabilidades mútuas? Na luta coletiva, como participar sem manipular ou ser manipulado, sendo sujeito e não com atitudes de objeto? O Conselho de Leigos e Leigas de sua Diocese tem orientado os cristãos leigos e leigas a serem cidadãos na Igreja, mas também na Sociedade?

RECORDANDO

A noção de “ **participação popular**” vai além da pessoa ter seus direitos civis e políticos no uso de seus documentos pessoais. A Nossa Constituição de 1988, quando diz que “todo poder emana do povo”, reconhece que o Estado Democrático de Direito se submete à vontade do povo. E, para isso acontecer, ela garante a participação popular dos cidadãos, cidadãs.

A nossa Constituição assegura “o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos”. (art1º/incisos II e III) E o que alicerça esses direitos são a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

Portanto, a **participação popular** está atrelada à **Democracia**, garantindo “aos indivíduos, grupos e associações, o direito não apenas à representação política, mas também à informação e à defesa de seus interesses, a atuação e a efetiva interferência na gestão dos bens e serviços públicos. (Dallari (1996, p.13-51) Por isso, também, que a nossa Carta Magna, a nossa Constituição, é chamada de Carta Cidadã, determinando que a nossa Democracia não é somente representativa, mas também participativa.



VOCÊ SABIA?

01 A participação cidadã/popular, entre outros meios, dá-se pelo Voto, Conselhos de Políticas Públicas; Iniciativa Popular (Cidadãos propõem projetos de lei (exigindo assinaturas) ou apresentam sugestões via portais legislativos (Câmara, Senado) 5% do eleitorado previsto na Constituição Federal – art. 29 .XIII/ como também Defesa de projeto de iniciativa popular; Consultas e Referendos/Plebiscitos (Consultas diretas sobre leis ou decisões governamentais, antes ou depois da decisão); Orçamento Participativo (OP) (População decide sobre a aplicação de parte do orçamento público; Ação Popular (Instrumento jurídico para questionar atos administrativos lesivos ao patrimônio público ou coletivo); Júri Popular (Participação na Justiça para julgar crimes dolosos contra a vida); Plataformas Digitais (e-Cidadania) (Ferramentas online para ideias legislativas, consultas e eventos interativos), Movimentos populares, Mutirões, Manifestações, Fóruns, Assembleias, Associações de bairro, Grupos de luta por questões étnicas, de gênero, etárias, indígenas, meio ambiente. Enfim, participação popular/participação cidadã é a mesma coisa, o que muda são as formas, como ela se dá, quer direta ou indiretamente.

Outras formas de Participação popular de cidadãos, entidades, associações, movimentos, nas Câmaras Legislativas: Acompanhamento das sessões/Tribuna Livre (inscrição prévia)/Discussão de Projeto de Lei/Reclamações-representações /Prestar depoimento/Denúncia de irregularidades-Audiências públicas (solicitação prévia de Comissões da Câmara) todas previstas pela Lei Orgânica, Regimento Interno e Constituição.

Lembrar das leis de iniciativa popular que tiveram na CNBB um de seus principais proponentes: a Lei 9840 contra a corrupção eleitoral e a lei da Ficha Limpa, Lei complementar 135 de 2010.

02 Conheça o [Portal e-Cidadania](#) que está completando 13 anos de funcionamento. Recebe perguntas, comentários, mensagens, ideias que são lidas pelos senadores. Algumas transformaram-se em projetos de lei ou propostas de emenda à Constituição. Pelo portal milhões de pessoas já votaram em consulta pública dando seu parecer sobre as matérias que tramitam na Casa. O portal foi lançado um dia antes do início da vigência da Lei de Acesso à Informação ([LAI – Lei 12.527, de 2011](#)), com a proposta

de promover a participação dos cidadãos no processo legislativo. Ao longo do tempo, o programa tornou-se uma das principais ferramentas de participação popular do Parlamento brasileiro. (Agência Senado)

A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA E O ANO DE ELEIÇÕES

“É a todos os cristãos que nós dirigimos de novo ainda e de uma maneira insistente, um apelo à ação. Na nossa Encíclica *Populorum Progressio* (sobre o Desenvolvimento dos povos), insistíamos já, para que todos pusessem mãos à obra: «**Os leigos** devem assumir como sua tarefa própria a renovação da ordem temporal. Se o papel da Hierarquia consiste em ensinar e interpretar autenticamente os princípios morais que hão de ser seguidos neste domínio, **pertence aos leigos, pelas suas livres iniciativas e sem esperar passivamente ordens e diretrizes, imbuir de espírito cristão a mentalidade e os costumes, as leis e as estruturas da sua comunidade de vida**”.”Seria bom que cada um procurasse examinar-se, para ver o que é que já fez até agora e aquilo que deveria fazer. Não basta recordar os princípios, afirmar as intenções, fazer notar as injustiças gritantes e pro-



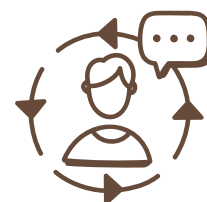
ferir denúncias proféticas; estas **palavras ficarão sem efeito** real, se elas não forem acompanhadas, para cada um em particular, de uma **tomada de consciência** mais viva da sua própria responsabilidade e de uma ação efetiva. É por demais fácil atirar sobre os outros a responsabilidade das injustiças sem se dar conta ao mesmo tempo de como se tem parte nela, e de como, antes de tudo o mais, é necessária a conversão pessoal.”—(*Octogesima Adveniens*/ n.48)

“Nesta estimativa renovada das ideologias, o cristão haurirá nas fontes da sua fé e no ensino da Igreja os princípios e os critérios oportunos, **para evitar de deixar-se fascinar e depois aprisionar num sistema, cujas limita-**

ções e cujo totalitarismo ele se arriscará a ver só quando é já demasiado tarde, se não se apercebe deles nas suas raízes. Contornando, pois, todo e qualquer sistema, sem por outro lado deixar de se comprometer concretamente, ao serviço dos seus irmãos, o cristão deve procurar afirmar, no âmago mesmo das suas opções, aquilo que é específico da contribuição cristã, para uma transformação positiva da sociedade”.(OctogesimaAdveniens/36)

Nesse ano de eleição, votar vai além de escolher nomes ou partidos é escolher com quem e como se quer estar para juntos exercer a cidadania

MÃOS NA MASSA



01 Sugerir temas sobre a Cidadania, para o currículo escolar e formações eclesiais.

Grande parte do povo imagina que governo são os políticos eleitos e diante de desvios, corrupções, mentiras, desacreditam da política e se acomodam deixando a situação como está desde que não o atinja. Mal percebe ele, que tudo que é decidido de cima para baixo o atinge e interfere no preço do seu pão. Cuidado! A **Educação** aqui é essencial para o entendimento da verdadeira cidadania. “Relembramos, pois, a necessidade de os nossos filhos não receberem apenas instrução social, mas também educação social.” “**A educação cristã deve ser integral**; quer dizer, deve compreender a totalidade dos deveres. “Há de, pois, fazer nascer e fortificar nas almas a consciência de terem de exercer cristãmente as atividades de natureza econômica e social.” (Mater et Magistra n. 226/227) Nunca esqueça disso: Um dos pilares do CNLB é a formação do laicato.

02 Examinar a própria consciência sobre o que aceitamos ou não.

O verdadeiro cidadão, cidadã, vai a fundo para não se deixar levar por falsas notícias, meias verdades, deixar-se enganar. Mas, tem o **discernimento** de procurar saber a raiz dos fatos, a quem interessa esta ou aquela notícia, da forma como é passada e a serviço de quem, antes de tomar suas decisões. Vamos pensar: **de que lado estamos?** ”Uma doutrina social não

se enuncia apenas; aplica-se na prática, em termos concretos. Isto vale, sobretudo quando se trata da doutrina social cristã, cuja luz é a verdade, cujo fim é a justiça, cuja força dinâmica é o amor.” (Mater et Magistra/225)

03

Ao participar

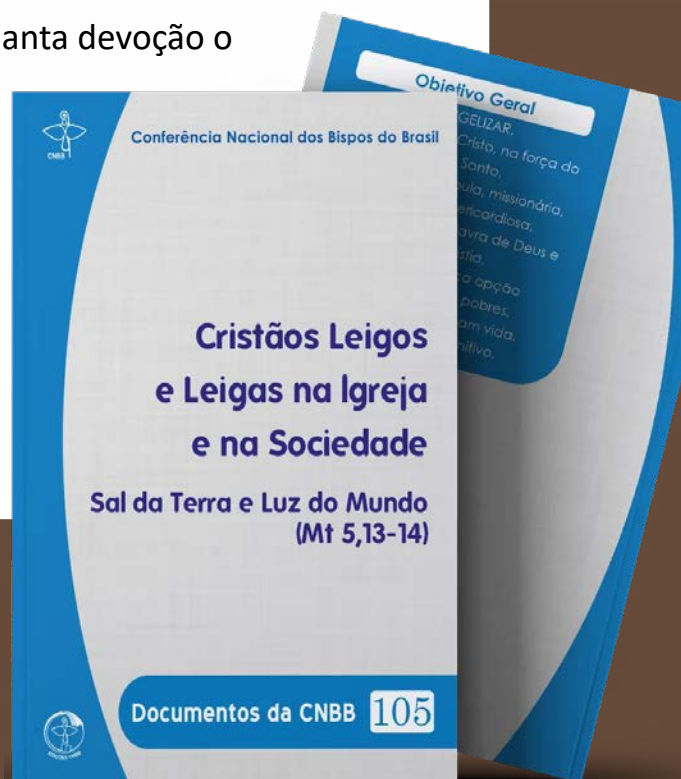
“(…) na diversidade das situações, das funções e das organizações, cada um deve individuar a sua própria responsabilidade e discernir conscientemente as ações nas quais está chamado a participar. Misturadas com as diversas correntes e a par das aspirações legítimas insinuam-se também orientações ambíguas; por isso, o cristão deve operar uma seleção e evitar de comprometer-se em colaborações incondicionais e contrárias aos princípios de um verdadeiro humanismo, mesmo que tais colaborações sejam solicitadas em nome de solidariedades efetivamente sentidas.” (Octogesima Adveniens/n.48)

10 ANOS DO DOC. 105 CNBB

“Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade”

Segundo o Doc. 105 (n. 115), “o perfil mariano da Igreja abre muitos horizontes e oferece luzes para maior e melhor compreensão do ser e da missão dos leigos e leigas no seio do povo de Deus. Em Maria, mulher leiga, santa, Mãe de Deus, os fiéis leigos e leigas encontram razões teológicas para a compreensão de sua identidade e dignidade no povo de Deus”.

Neste mês dedicado a Maria, lembramos quanta devoção o povo tem a ela. A piedade popular alimenta a fé e celebra Maria com vários nomes, rostos, culturas e contextos. No entanto, costuma destacar seu lugar na vida de Jesus somente como sua mãe. Isso é verdade, Maria gerou o filho de Deus, mas sua importância na Igreja vai além: ela é a discípula perfeita do Senhor.



Em Maria vemos as características dos discípulos e discípulas de Jesus:

- Acolhida à Palavra de Deus. Não entende por inteiro o que Deus quer dela e, ainda assim, acolhe no corpo a vontade divina. “Eu sou uma serva de Deus; que aconteça comigo o que o Senhor acabou de me dizer!” (Lc 2,38).
- Peregrina na fé. Ela não precisa de certezas para confiar em Deus e caminhar atenta aos sinais dele. Guarda todas as coisas no coração, medita sobre elas e cultiva no dia a dia a intimidade com o Senhor.
- Companheira de caminhada. Na Anunciação, no Magnificat, na Visitação, nas Bodas de Caná, no Pentecostes, nas primeiras comunidades cristãs, Maria é presença que anima, afeto que acolhe, ternura que revoluciona. Junto com outras mulheres, celebra a memória de Jesus Ressuscitado.
- Atenta no serviço aos outros. Maria não apenas cumpre a vontade de Deus, como também ajuda outras pessoas a seguirem Jesus: “Façam tudo o que ele vos disser” (Jo 2,5). A missão do discípulo é a missão do mestre, atualizada nas tarefas, desafios e realidades de hoje.
- Contemplativa do mistério de Deus no mundo, na história e na vida diária de cada um e de todos. É a mulher orante e trabalhadora em Nazaré, mas é também nossa Senhora da prontidão, que sai às pressas para ajudar os outros (EvangeliiGaudium, n. 288).
- Profetisa do Deus Libertador. No Magnificat, resgata a promessa que Deus fez ao seu povo: libertá-lo da escravidão no Egito e caminhar do lado dos que sofrem, buscam a justiça, colocam sua esperança no Deus da Vida. Maria anuncia e testemunha a missão de seu filho.

Maria é o rosto maternal da Igreja. É a primeira discípula. É a Odigitria, aquela que indica e guia o caminho. Ela inspira os cristãos leigos e leigas a seguirem o Evangelho de Jesus no cotidiano, no trabalho, na comunidade, na vida familiar, profissional e social.

Eder D’Artagnan,
marista e membro da presidência do CNLB

DATAS A SEREM LEMBRADAS



Dia do Trabalhador:

A data simboliza a luta histórica dos trabalhadores por melhores condições laborais. Além disso, representa um momento de reflexão sobre os direitos conquistados e os desafios que ainda existem no mundo do trabalho.



Dia das Mães:

Agradecemos o amor, cuidado e dedicação das mães.



Dia da Abolição da Escravatura:

Assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel.



EM PAUTA

Conhecendo o Novo Estatuto

UM NOVO TEMPO, UM NOVO ESTATUTO

No mês passado, foi tratado do capítulo sobre membros filiados ao CNLB. Este mês será tratado sobre os **Direitos e Deveres** desses membros, conforme previsto no capítulo V. Com relação aos direitos, foram mantidos direitos básicos, como participar das Assembleias Gerais e Encontros Nacionais, ser informado sobre diretrizes, decisões e posicionamentos do CNLB. Mas vamos destacar aqui, os **incisos que foram acrescentados** no artigo 14, quais sejam: **votar e ser votado; propor ações de interesse geral; participar da Comissões de Trabalho; e recorrer sobre atos da Presidência que contrariem o presente Estatuto ou as deliberações da Assembleia Geral.**

Quanto aos deveres, também reafirma-se que é dever dos membros, a participação nas Assembleia Gerais e Encontros Nacionais, além de respeitar e cumprir o Estatuto nos seus princípios fundamentais e nas determinações da Assembleia Geral e seguir as diretrizes emanadas dos encontros nacionais; contribuir financeiramente para a manutenção do CNLB.

A novidade é que foi incluído um capítulo para tratar mais especificamente sobre as **infrações ao Estatuto** que comprometam a a ética ou as finanças do CNLB e destacadas a sanções para os membros, conforme consta nos artigos 16 a 23, que são: advertência, suspensão dos seus direitos por até 150 (cento e cinquenta) dias; e desligamento como membro individual ou do quadro de organizações filiadas.

E aí, estão gostando de aprender um pouco mais sobre o novo Estatuto? Então fique atento o que será tratado no próximo mês.

Maria das Graças Silva Gervásio - Pastoral da Criança e membro do Grupo de Trabalho que redigiu o novo Estatuto do CNLB



A participação da Juventude Franciscana do Brasil (JUFRA do Brasil)

CONHECENDO A REALIDADE DO CNLB

REGIONAIS – ORGANIZAÇÕES FILIADAS

A participação da Juventude Franciscana do Brasil (JUFRA do Brasil) na Cúpula dos Povos e na COP 30 expressou o nosso compromisso concreto com a defesa da vida, da justiça socioambiental e do cuidado com a Casa Comum. Em sintonia com a espiritualidade de São Francisco e Santa Clara de Assis, a JUFRA reafirma sua identidade como presença profética diante das feridas da criação, articulando fé, ação e transformação social.

Inserida nas iniciativas da Conferência da Família Franciscana do Brasil (CFFB), especialmente por meio da Ação Francisclariana em Defesa da Casa Comum, a JUFRA do Brasil marcou presença na Cúpula dos Povos como espaço de escuta, diálogo e articulação com movimentos sociais, organizações da sociedade civil e

redes de fé e justiça. A Cúpula, tradicionalmente realizada de forma paralela às conferências oficiais do clima, constitui-se como um ambiente plural de debate e mobilização popular, fortalecendo propostas que emergem das bases e dos territórios.

Na COP 30, que se realizou em Belém do Pará, a Juventude Franciscana se comprometeu em intensificar sua atuação formativa e mobilizadora. Inspirada pelo Cântico das Criaturas e pelos ensinamentos da Doutrina Social da Igreja, especialmente na perspectiva da Ecologia Integral, a JUFRA compreende que a crise climática não é apenas ambiental, mas também social, econômica e espiritual. Por isso, sua presença nesses espaços não se limita à representação institucional, mas se traduz em compromisso contínuo com processos formativos, incidência política e ações concretas nas fraternidades locais.

A participação na Cúpula dos Povos reforçou a importância da construção de alianças amplas em defesa dos direitos humanos e da justiça socioambiental. A Juventude Franciscana levou para o debate a espiritualidade do cuidado, destacando que o enfrentamento das mudanças climáticas exige conversão pessoal e estrutural. Nesse sentido, a JUFRA do Brasil em articulação com a JUFRA da América Latina, promoveu a Jornada Latino-Americana pelos Direitos Humanos, fortalecendo uma juventude protagonista, crítica e comprometida com transformações reais.

Além disso, a mobilização em torno da COP 30 tem impulsionado momentos de estudo, rodas de conversa, produção de subsídios formativos e incentivo à participação ativa das fraternidades. A proposta é que cada jovem franciscano e franciscana se reconheça como guardião da Casa Comum, assumindo práticas ecológicas e engajamento sociopolítico coerente com o Evangelho.

Assim, a presença da JUFRA do Brasil na Cúpula dos Povos e na COP 30 representa mais do que um evento pontual: é expressão de uma caminhada contínua de compromisso com a vida, com os pobres e com toda a criação. À luz do carisma franciscano, a juventude reafirma que cuidar da Casa Comum é missão evangélica e responsabilidade histórica, assumida com alegria, coragem e espírito fraterno.



CNLB

AGENDA FORMATIVA CNLB

JUNHO
2026

OS ECOS DA COP30 À LUZ DA ECONOMIA DE FRANCISCO E CLARA

“Não se trata de dar pinceladas de tinta, não: é preciso mudar a estrutura.”

Papa Francisco

No sistema econômico atual, a natureza é vista como mero instrumento de acumulação. O capitalismo articula empresas e estados para criar novas formas de colonização e extração, transformando tudo em produto. Essa lógica atravessa tanto as interações cotidianas, marcadas pelo individualismo, pela meritocracia e pela competição, quanto às dinâmicas globais de desigualdade (LS 51), que condenam os países do chamado Sul Global à condição de zonas de sacrifício para a extração de bens comuns.

É nesse cenário contraditório que se inserem as Conferências das Partes (COPs) e outros espaços de governança climática global. Mesmo assim, é necessário que sejam ocupados e disputados como arenas políticas fundamentais para, ao menos, buscar garantir a continuidade da vida humana no planeta. Nesse sentido, a COP30 apresentou alguns avanços importantes, entre eles a própria realização do evento na Amazônia brasileira. A COP de Belém, que ficou conhecida como a COP da implementação, foi considerada por especialistas como um ponto de inflexão nas discussões climáticas. O chamado “Pacote de Belém”, resultado das duas semanas de negociações entre os países, reuniu 29 decisões centrais para o esforço de contenção do aumento da temperatura global em até 1,5°C, como sinalizado em 2015 no Acordo de Paris.

Ainda assim, esteve profundamente marcada por contradições. Por um lado, a COP30 representou um marco ao fortalecer o Brasil como formulador de respostas climáticas. Para além dos espaços formais, foi possível testemunhar a força da mobilização popular e a potência dos povos indígenas



nas inúmeras manifestações dos movimentos sociais, simbolizadas pela histórica Cúpula dos Povos, que bateu recordes de participação e engajamento. Por outro lado, foi evidente a inserção dos interesses das grandes empresas nas discussões ambientais, oferecendo apenas “pinceladas de tinta” - como alerta o Papa Francisco - em vez de se comprometerem com a transformação estrutural de um sistema econômico que produz, sistematicamente, morte e destruição.

Dessa forma, ainda que as COPs concentrem atenção internacional sobre a crise climática, elas não necessariamente apontam horizontes proféticos de transformação, como aquele inaugurado pelo Papa Francisco em 2019, ao convocar o mundo a “realmar” à economia e romper com o paradigma econômico antropocêntrico. À luz da Economia de Francisco e Clara, tais espaços tornam-se relevantes ética e politicamente na medida em que nos permitem explicitar o que queremos construir e, sobretudo, *para quem*.

A Economia de Francisco e Clara propõem, justamente, uma ruptura com o modelo econômico que transforma a natureza em mercadoria e os territórios em zonas de sacrifício. Trata-se de um chamado a um comprometimento radical. Francisco convocou, e nós respondemos cotidianamente, ao desafio de construir relações econômicas que coloquem a vida - humana e mais-que-humana - no centro, reconhecendo as pessoas empobrecidas, os povos tradicionais e a própria Terra como sujeitos (Gudynas, 2019), e não como entraves ao desenvolvimento.

Como evidenciado nos debates críticos sobre a transição ecológica no Brasil, especialmente a partir das experiências comunitárias, o modelo hegemônico do chamado “capitalismo verde” tem reproduzido antigas lógicas coloniais (Bringel; Svampa, 2022). Essas contradições também se fizeram presentes na COP30. As falsas soluções promovem expropriações, conflitos territoriais e graves danos socioambientais, sobretudo no Sul Global, além de impulsionarem a expansão neoextrativista, em especial da mineração, sobre territórios historicamente vulnerabilizados da América Latina.

A Economia de Francisco e Clara tensiona diretamente esse modelo ao afirmar que não há ecologia sem justiça social, nem cuidado da Casa Comum sem uma economia política da convivência dos ecossistemas. Como alertam Acosta e Viale (2024), as falsas soluções verdes transformam a crise climática em negócio, preservando intactas as estruturas responsáveis pelo colapso ecológico. Assim, ainda

que seja legítimo reconhecer avanços técnicos decorrentes da COP30, qualquer resposta à crise climática só terá sentido se abrir espaço real para as vozes dos territórios, reconhecendo os saberes comunitários, o direito ao consentimento livre, prévio e informado e a energia como bem comum, e não como mercadoria.

Mais do que adjetivar a transição como “justa” ou “sustentável”, é imprescindível assumir uma mudança estrutural, como propõe a Economia de Francisco e Clara: uma economia enraizada no cuidado, na sobriedade, na solidariedade e na participação popular. Sem isso, o verde seguirá sendo apenas uma nova cor do mesmo sistema de exclusão. Não bastam pinceladas de tinta.

Para refletir:

- Como a Economia de Francisco e Clara podem inspirar práticas concretas de transição ecológica e justiça socioambiental em nossas comunidades?
- Que compromissos precisam ser assumidos para que a COP30 não reforce o capitalismo verde?

Indicação para leitura e aprofundamento em grupos pastorais: A Mensagem por ocasião da COP30 [“Um chamado por justiça climática e a Casa Comum: conversão ecológica, transformação e resistência às falsas soluções.”](#), elaborado pelas Conferências e Conselhos Episcopais Católicos da África, América Latina e Caribe, e Ásia.

Gabriela Consolaro Nabozny

Membra da Articulação Brasileira de Francisco e Clara; Doutoranda e mestra em Direito;
Advogada popular e pesquisadora em conflitos sócioambientais



PALAVRA DE LEÃO XIV

Intenção de oração do Papa confiadas a Rede Mundial de Oração para junho de 2026

Valores do esporte

Rezemos para que o esporte seja um instrumento de paz, encontro e diálogo entre culturas e nações, promovendo valores como o respeito, a solidariedade e a superação pessoal.



CONVERSANDO COM D. HELDER CÂMARA

Quando um Leigo, uma Religiosa ou um Padre são amigos de verdade dos Pobres e fazem de tudo para ajudá-los com alimentos, roupas, remédios, consertos de casa, pagamento de dívidas, como são entendidos e louvados...

Se este mesmo Leigo, esta Religiosa, este Padre, sempre por amor aos Pobres, e sem deixar de acudi-los em suas necessidades começam a falar em direitos dos Pobres e em deveres dos Ricos, começam a falar em justiça, acabou-se a com-

preensão. Parece que eles foram mordidos por pessoas perigosas e que estão assumindo uma linguagem perigosa, entrando de política adentro e, se não são comunistas, estão fazendo o jogo deles... Nada disso!

Eis como o problema se coloca. Caridade é Amor. Amor é Deus. O Amor e a Caridade são infinitos como Deus. Ninguém é capaz de abranger totalmente o Amor, a Caridade, como ninguém pode abranger totalmente a Deus. Quase que cada geração ou cada século descobre alguns ângulos de Caridade. Ora, o nosso tempo é marcado por injustiças terríveis. As Nações Unidas dizem certo quando afirmam que, em nossos dias, mais 2/3 da Humanidade se acham em condição abaixo da condição humana, sub-humana, de miséria e de fome. Em áreas como a nossa, a realidade aí está, tristíssima, confirmando plenamente o que as Nações Unidas proclamam. Sendo assim – e é assim – guardando sempre o cuidado de acudir o Irmão ou a Irmã que está em necessidade e precisando de nós, a Gente acaba descobrindo que uma das grandes Caridades do nosso tempo é ajudar a obter justiça, no amor. Que vai haver levante pela justiça, vai.

Os Cristãos não querem ódio em nosso coração.

Sabemos que o ódio é o contrário do Amor.

Deus é amor, o Ódio é o anti-Deus.

Os Cristãos sabem que violência atrai violência e sabem, ainda mais, que é loucura apelar para as armas. Nossas armas são diferentes. cremos em nosso irmão, não para pisar nos direitos dos outros, mas para não deixar que ninguém venha pisar os direitos do Povo, que não são presentes, nem de Governo, nem de Ricos. São presentes do Criador e Pai. Mas eis o que é curioso: aquelas mesmas Pessoas que eram louvadas e tidas como santas passam a ser julgadas como fazendo política, e sendo subversivas e comunistas. Como esquecer a 8ª Bem-aventurança, Cristo proclama felizes os que sofrem por amor da Justiça!... (Dom Hélder Camara /14/08/1981/No programa “Um Olhar sobre a cidade”/ Rádio Olinda)

A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA

Desenvolvimento Humano e dos Povos entendido como desenvolvimento integral de homens e mulheres todos e de todos os homens e mulheres. (PP/44)



“As excessivas disparidades econômicas, sociais e culturais provocam, entre os povos, tensões e discórdias, e põem em perigo a paz.”

(Populorum Progressio/PP/n.76)



A partir do Concílio Vaticano II, a Doutrina Social da Igreja fala mais sobre o **desenvolvimento humano e dos povos**, uma vez que estes deveriam se complementar. “O **desenvolvimento integral do homem** não pode realizar-se sem o desenvolvimento **solidário da humanidade**. Ou nos salvamos solidariamente ou isolados, nos perdemos (...) “O homem deve encontrar o homem, as nações devem encontrar-se como irmãos e irmãs, como filhos de Deus. “Nesta compreensão e amizade mútuas, nesta comunhão sagrada, devemos começar também a trabalhar juntos para construir o futuro comum da humanidade”. (PP/Populorum Progressio n. 43).

Porém, o que temos visto é uma nação querendo determinar outra, muitas vezes sem chance de nações em desenvolvimento se defenderem; guerras, genocídios, aumento do armamentismo; mídias sociais usadas para comandar interesses escusos; o fascismo que se manifesta um perigo para as democracias; empresas internacionais que comandam e manipulam; um poder exacerbado de quem quer mais; a busca desenfreada do lucro; grandes taxações; falta de diálogo; armamentismo; aumento das distâncias entre elas...

Quem paga o preço são os mais vulneráveis, os mais pobres, cada dia mais invisíveis. A Igreja, nos seus documentos, aponta para que o desenvolvimento dos povos, das nações caminhe junto com o desenvolvimento humano, sem opressões, sem exploração. Afinal, a destinação universal dos bens, criados por Deus é para toda a humanidade. “**O desenvolvimento é o novo nome da paz**”. Trabalhar para o desenvolvimento integral de homens e mulheres e dos povos é **evangelizar**.



APROFUNDANDO O CONHECIMENTO

A palavra **desenvolvimento** é composta de “des” que indica ação contrária e “envolvimento” que indica liberar o que estava embrulhado, (en) coberto, envolvido. Daí, deduzir que o **desenvolvimento humano** se dá à medida que se desembrulha o que oprime, se descobre as causas das desigualdades para que as aspirações do ser humano se realizem, quais sejam: “Ser libertos da miséria, encontrar com mais segurança a subsistência, a saúde, um emprego estável; ter maior participação nas responsabilidades, excluindo qualquer opressão e situação que ofendam a sua dignidade de homens e mulheres; ter maior instrução; numa palavra, realizar, conhecer e possuir mais, para ser mais”. (Pequena Enciclopédia da DSI/Fernando Bastos) “Mas, cada homem é membro da sociedade: pertence à humanidade inteira. Não é apenas tal ou tal homem; são todos os homens, que são chamados a este pleno desenvolvimento.” (PP n. 17)

Infelizmente, uma grande porcentagem de mulheres e homens está à margem, são considerados invisíveis. “Assim teve início a cultura do «descartável», que, aliás, chega a ser promovida. Já não se trata simplesmente do fenômeno de exploração e opressão, mas duma realidade nova: com a exclusão, fere-se, na própria raiz, a pertença à sociedade onde se vive, pois quem vive nas favelas, na periferia ou sem poder, já não está nela, mas fora. **Os excluídos não são «explorados», mas resíduos, «sobras».** (Evangelii Gaudium n.53)

“Soou a hora da ação: estão em jogo a sobrevivência de tantas crianças inocentes, o acesso a uma condição humana de tantas famílias infelizes, a paz do mundo e o futuro da civilização. Que todos os homens e mulheres e todos os povos assumam suas responsabilidades. (Populorum Progressio/80)

O **Desenvolvimento Humano dos Povos acontece** quando há, um crescimento econômico e social, que garanta aos seus cidadãos e cidadãs o seu pleno desenvolvimento humano. Por isso, o **desenvolvimento humano e dos povos devem caminhar juntos**, embora tenham capacidades diferentes: o crescimento econômico tem a ver com quantidade, enquanto desenvolvimento tem a ver com qualidade. Um exemplo: uma nação governada por uma ditadura pode estar crescendo economicamente, mas se tira a liberdade do ser humano, não reconhece a sua capacidade de ser por si próprio, ser o agente de suas reivindicações de bem estar material e espiritual, não pode ser considerada desenvolvida.

A Igreja reconhece que a sociedade tem sua autonomia no desempenho de suas ações, mas alerta que o conhecimento do ser humano, por si, não alcança o pleno desenvolvimento, de homens e mulheres. Por isso, insiste numa **espiritualidade** alimentada com valores da **solidariedade, da justiça social, da caridade universal, da verdade.**



LER, REFLETIR, COMENTAR

01 “As nações altamente industrializadas exportam sobre tudo produtos fabricados, enquanto as economias pouco desenvolvidas vendem apenas produtos agrícolas e matérias primas”. (...) Você poderia enumerar as nossas matérias primas aqui no Brasil e que são exportadas? Relembre as tarifas de importação de 50% de impostas pelos Estados Unidos sobre o Brasil e outros países e assim parte dos produtos teriam taxas desproporcionais para entrar nos EUA. O que poderia acontecer se muitas delas não fossem revogadas? Houve aí, justiça social? O que o Brasil apresenta como grande riqueza natural e que é cobiçado por outros países desenvolvidos?

02 Há países que, no discurso de ajuda ou repressões utilizam, sobre outro países, o poder da força, com violência, armamentismo superando o limite do razoável. Que países atualmente estão em guerra, com modernas armas, colocando em risco a paz mundial? Ultimamente vimos verdadeiros genocídios de algumas nações por nações mais poderosas. Você se lembra quais?

03 “As excessivas disparidades econômicas, sociais e culturais provocam, entre os povos, tensões e discórdias, e põem em perigo a paz.”(PP/76) As televisões estão sempre pedindo ajuda humanitária para países em tensões e disparidades de toda sorte. O que causa essa provocação da fome, segurança, grandes migrações?

04 “O imperialismo internacional e os monopólios do dinheiro são uma grande força. Sua motivação maior não é o desenvolvimento do ser humano, mas o lucro desenfreado e que para tal precisa do consumo e assim provoca dependência econômica entre os países gerando uma verdadeira ditadura econômica.”(QA/Pio XI e PP/Paulo VI) Como isso vai na contramão do bem comum, da solidariedade, da justiça social, da destinação universal dos bens da criação?

RECORDANDO

“Este dever diz respeito, em primeiro lugar, aos mais favorecidos. As suas obrigações enraízam-se na fraternidade humana e sobrenatural, apresentando-se sob um tríplice aspecto: o do **dever de solidariedade**, ou seja, o auxílio que as nações ricas devem prestar aos países em via de desenvolvimento; o do dever de **justiça social**, isto é, a retificação das relações comerciais defeituosas, entre povos fortes e povos fracos; o do **dever de caridade** universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros. O futuro da civilização mundial está dependente da solução deste grave problema. (*Populorum Progressio*/44)



Solidariedade universal - A humanidade tem um destino comum, por isso **solidariedade** é a condição concreta entre pessoas e povos à medida do **empenho na promoção comum**, num entendimento de que um país precisa do outro, porque são interdependentes.



Justiça social: A justiça é o próprio ser de Deus, é imparcialidade, ele alimenta e sustenta a pessoa de fé, pois o justo, por causa da sua fé pratica a justiça. (*RM 1,17*) A justiça não é apenas o julgamento ou a aplicação de um código jurídico, mas é um ato de equidade e bom senso voltado ao outro. Procura retificar “relações comerciais defeituosas, entre os povos fortes e povos fracos. A Justiça consiste em “dar a cada um o que lhe é devido”. É baseada na destinação universal dos bens da criação. Justiça é missão da Igreja para a redenção e libertação do gênero humano em todas as situações opressivas “(*Sínodo dos Bispos n.6*)



Caridade universal – Caridade não é esmola, é compromisso com a fé e tem ligação com a justiça social e solidariedade na cooperação no bem comum, na vontade de paz, num mundo mais justo. Dever de caridade universal, quer dizer, a promoção, para todos, de um mundo mais humano e onde todos tenham qualquer coisa a dar e a receber, sem que o progresso de uns seja obstáculo ao desenvolvimento dos outros. O futuro da civilização mundial está dependente da solução deste grave problema. (*PP/38*)

VOCÊ SABIA?

01 Algumas das organizações internacionais que funcionam como mediadoras de relações internacionais, criando normas e ajudando a enfrentar desafios que ultrapassam as fronteiras nacionais. **Organização das Nações Unidas (ONU)**: promove a paz, segurança e desenvolvimento global; **Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)**: Aliança militar voltada para a segurança coletiva; **Fundo Monetário Internacional (FMI)**: Promove a cooperação financeira e estabilidade econômica; **Banco Mundial**: Foca no desenvolvimento econômico e redução da pobreza; **Organização Mundial do Comércio (OMC)**: Regulamenta o comércio internacional; **Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE)**: Fomenta políticas econômicas e sociais; **Organização Mundial da Saúde (OMS)**: Gerencia questões de saúde pública internacional; **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**: Estabelece normas de trabalho; **Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)**: Protege e assiste refugiados; **União Europeia (UE)**: União política e econômica regional; **Organização dos Estados Americanos (OEA)**: Fomenta a cooperação no continente americano; **Mercosul**: Bloco econômico na América do Sul; **União Africana (UA)**: Promove a integração no continente africano.

02 Entre os Povos, o Brasil saiu oficialmente do Mapa da Fome da Organização das Nações Unidas (ONU), conforme anunciado em julho de 2025 no relatório da FAO. A **FAO** (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, é uma agência especializada da ONU, criada em 1945. Sua principal missão é liderar os esforços internacionais para combater a fome, garantir a segurança alimentar e promover a agricultura sustentável em todo o mundo.

03 A **Igreja Católica** atua globalmente por meio da Santa Sé (Vaticano), que mantém relações diplomáticas internacionais. Seus principais organismos humanitários e de assistência incluem a **Cáritas Internacional** (rede de caridade), a **Fundação Pontifícia ACN (Ajuda à Igreja que Sofre)**, apóia projetos de auxílio a cristãos perseguidos ou necessitados em mais de 140 países e a **Comissão Católica Internacional para as**

Migrações (ICMC), Com sede em Genebra, protege e cuida de pessoas desenraizadas, refugiados e migrantes. Essas organizações, muitas vezes ligadas ao **Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral**, colaboram com a Santa Sé para promover a doutrina social da Igreja e assistência humanitária mundial. *(dados da internet)*

04 Faz 10 anos que “o Papa Francisco constituiu no Vaticano, em 2016, o **Dicastério (organismo) para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral**, com a missão de promover o desenvolvimento da pessoa à luz do Evangelho. Atuarão nas áreas relacionadas com as migrações, os necessitados, os enfermos, as vítimas dos conflitos armados e desastres naturais, os encarcerados, os desempregados e os que sofrem qualquer forma de escravidão e de tortura. Também recolherá informações e resultados de pesquisa sobre a justiça e a paz, o desenvolvimento dos povos, a promoção e proteção da dignidade humana e dos direitos humanos; avaliará esses dados e informará às Conferências Episcopais suas conclusões, oferecendo material de estudo e apoio. Poderá estabelecer relações com associações, instituições e organizações não governamentais, mesmo fora da Igreja Católica, comprometidas com a promoção da justiça e da paz. *(Jornal O São Paulo/06/10/2017)*



A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA E O ANO DE ELEIÇÕES

Como a reflexão sobre o desenvolvimento integral de homens e mulheres e dos povos nos ajuda a construir um projeto de país neste ano de eleições?

A *Gaudium et Spes*, n.39 diz que não devemos confundir progresso temporal com Reino de Cristo; entretanto, o progresso social «enquanto pode contribuir a ordenar melhor a sociedade humana, interessa em grande medida o Reino de Deus». (GS/39) Daí concluirmos, que como cristãos, cristãs, devamos sair da indiferença e assumir responsabilidades pessoais e coletivas. Saber distinguir, quando um candidato nos apresenta seu projeto de governo, se promove ou não o desenvolvimento integral de seus cidadãos, cidadãs, e escolher o que mais se aproxima do compromisso com a dignidade humana, o bem comum na construção de um país mais fraterno, onde reine mais o amor que o ódio.

A Palavra de D. Helder Câmara, que colocamos na coluna “Conversando” nos ajuda no discernimento quando votar. Repassamos novamente a conclusão: *“Os Cristãos, não queremos ódio em nosso coração. Sabemos que o ódio é o contrário do Amor. Deus é amor, o Ódio é o anti-Deus. Os Cristãos sabem que violência atrai violência e sabem, ainda mais, que é loucura apelar para as armas. Nossas armas são diferentes. Cremos em nosso irmão, não para pisar nos direitos dos outros, mas para não deixar que ninguém venha pisar os direitos do Povo, que não são presentes, nem de Governo, nem de Ricos. São presentes do Criador e Pai.*

Preste atenção nos discursos e apresentações de programas dos candidatos: polarizam ainda mais questões como ódio, fake News, falsas notícias; propõem violência com armas, defendem mais seus direitos pessoais e de interesses do que os direitos do povo?

Procure se reunir em algum grupo para refletirem as questões eleitorais, grupos que seguem o pensamento cristão d Igreja. Se estamos ligados à socialmente à nossa cidade, estado, país, à nossa comunidade de vida é porque não nascemos para estarmos isolados, mas com responsabilidades conjuntas; porque a história das sociedades, das cidades, dos estados, dos países se faz coletivamente, na soma de múltiplas e diversas ações.



MÃOS NA MASSA

- 1 Orientar nossa pregação, catequese e liturgia no sentido social e comunitário do cristianismo
- 2 Formar homens e mulheres comprometidos na construção solidária de um mundo de paz, começando pela família, catequese e pastorais. Enfatizar na educação das crianças, adolescentes e jovens os valores da solidariedade, da justiça e da caridade.
- 3 Denunciar fortemente os abusos e as injustiças, consequências das desigualdades excessivas entre ricos e pobres, entre poderosos e fracos, mostrando laços de solidariedade e fraternidade entre pessoas e entre povos.
- 4 Buscar uma espiritualidade própria do **laicato**, baseada em sua própria experiência de compromisso com o mundo, ajudando-os a se entregarem a Deus, entregando-se à humanidade.
- 5 Acompanhar as notícias sobre o que acontece no seu país e no mundo e responder positivamente aos pedidos de solidariedade.

10 ANOS DO DOC. 105 CNBB

“Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade”

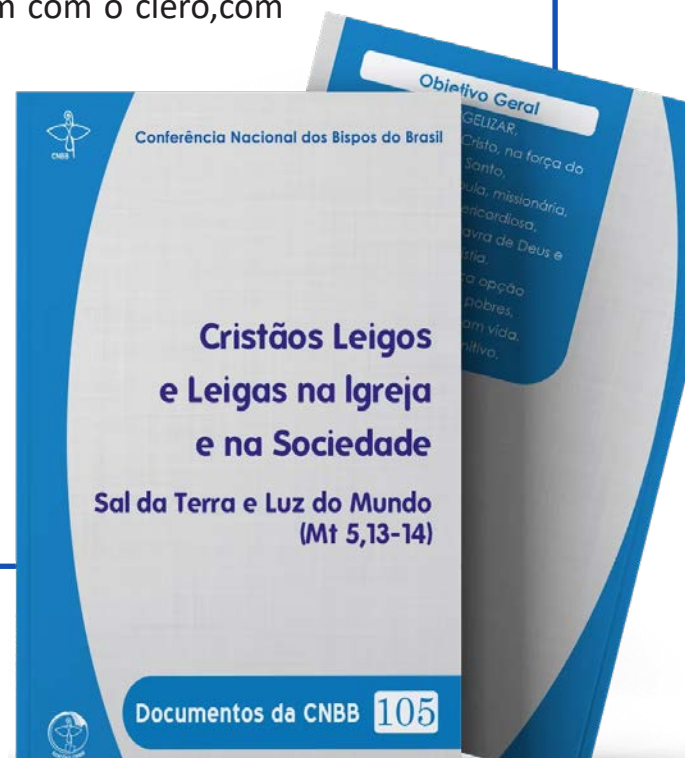
O Doc. 105 (n. 128) afirma que os cristãos leigos e leigas “têm um lugar insubstituível no anúncio e serviço do Evangelho”. Não apenas porque são a maioria do povo de Deus, mas também porque têm a missão específica de transformar os diferentes espaços eclesiais e sociais. O que seria da Igreja sem a presença das mulheres e homens leigos nas pastorais, movimentos, serviços, associações, organizações e carismas?

Neste mês acontece a 44ª Assembleia Geral do Conselho Nacional do Laicato do Brasil, em Goiânia/GO. O tema “Cristãos leigos e leigas: no coração do mundo chamados a ser Igreja profética e servidora” retoma os 10 anos do Doc. 105 e reflete a identidade, o lugar e a missão do laicato hoje. A Conferência de Santo Domingo (n. 98) já destacava a importância de “promover os Conselhos de Leigos, em plena comunhão com os pastores e adequada autonomia, como lugares de encontro, diálogo e serviço, que contribuam para o fortalecimento da unidade, da espiritualidade e da organização do laicato”.

O laicato não existe de forma isolada, mas integrado na comunidade de fé: “É na Igreja e como Igreja que o cristão leigo vivencia a liberdade, a autonomia e a relacionalidade”, sinais de verdadeira comunhão entre os sujeitos eclesiais e da corresponsabilidade pela missão cristã (Doc. 105, n. 126). Assim, é fundamental que as lideranças leigas conheçam o chão onde pisam, se inseram nas realidades locais, criem laços de pertença e se relacionem com o clero, com as pessoas de vida consagrada, com diferentes expressões laicais.

Tudo isso fortalece o laicato, dá visibilidade ao CNLB e coloca o povo de Deus no caminho da Igreja Sinodal – Comunhão, Participação e Missão.

Eder D’Artagnan,
marista e membro da presidência do CNLB



DATAS A SEREM LEMBRADAS



Corpus Christi:

É a solenidade que celebra de forma pública e solene a presença real de Jesus Cristo na Eucaristia. Não é apenas um símbolo, nem uma recordação: é o próprio Senhor que, por amor, permanece conosco sob as aparências do pão e do vinho consagrados.



Dia Mundial do Meio Ambiente:

é fundamental e urgente cuidar da casa comum e fomentar ações de preservação da natureza e das crises climáticas.



Dia dos Namorados:

Dia para celebrar o amor.



Dia de Santo Antônio:

Conhecido como Santo casamenteiro.
Abre as festas juninas.



Dia de São João:

Considerado o precursor de Cristo.



Dia de São Pedro:

Considerado o primeiro Papa, escolhido por Jesus para ser o chefe da Igreja



EM PAUTA

Conhecendo o Novo Estatuto

UM NOVO TEMPO, UM NOVO ESTATUTO

Agora serão apresentadas as novidades com relação ao Encontro Nacional que tem como objetivo contribuir para a articulação do laicato do Brasil, **estabelecer diretrizes gerais e definir as grandes linhas de ação institucional, social e cultural** do CNLB.

Vale reforçar que é também objetivo dos Encontros Nacionais oferecer aos seus participantes uma oportunidade de aprofundar temas ligados à sua **identidade, vocação, espiritualidade e missão** específicas na Igreja e no mundo, em comunhão com os demais Organismos do Povo de Deus.

A novidade é que agora mais cristãos leigos e leigas podem participar dos Encontros Nacionais, pois **aumentou o número de delegados e delegadas**, ficando assim definido. São delegados os membros do Colegiado Nacional e do Conselho Fiscal; **30 (trinta) representantes de cada CNLB Regional** (contemplando o nível diocesano); e **10 (dez) representantes de cada Organização filiada**.

Também a critério da Presidência do CNB, podem participar assessores e outros convidados, com direto a voz, mas sem direito a voto.

Aqui destaca-se que o Encontro Nacional acontecerá com periodicidade definida pelo Regimento Interno.

Maria das Graças Silva Gervásio - Pastoral da Criança e membro do Grupo de Trabalho que redigiu o novo Estatuto do CNLB

CONHECENDO A REALIDADE DO CNLB

REGIONAIS – ORGANIZAÇÕES FILIADAS

PROGRAMA PAPO CIDADÃO - PORQUE, SER CRISTÃO TAMBÉM É SER CIDADÃO!

Em setembro e outubro de 2020, a “Faculdade João Paulo II” de Marília-SP (FA-JOPA), o “Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara” (o CEFEP) e o “Conselho Nacional do Laicato do Brasil” (CNLB Nacional) ofereceram a todas e todos os brasileiros, uma formação online sobre o **Compêndio da Doutrina Social da Igreja (CDSI)**. Foram sete encontros, sempre às terças-feiras, das 20h às 22h e conduzidos pelo doutor padre Antônio Aparecido Alves, que apresentou de forma didática e completa os 12 capítulos do documento.



Quer saber mais sobre o papel do Leigo e da Leiga na Sociedade?

PAPO CIDADÃO!

Em 2026, agora, em novo horário: 20h

Porque ser Cristão, também é ser cidadão!

Toda terça-feira, às **20h** na Rádio Colmeia!

Realização:  Conselho Nacional do Laicato do Brasil - Arquidiocese de Maringá

 **98.7FM** RÁDIO COLMEIA

Na Arquidiocese de Maringá, Regional Sul 2, o CNLB Arquidiocesano vivia um processo de reorganização e fortalecimento. Nada menos que 33 integrantes do CNLB local participaram da formação, motivados pela clareza e entusiasmo do padre Toninho que não apenas introduziu o tema, mas desafiou os fiéis a levar o conteúdo da Doutrina Social da Igreja (DSI) para todos aqueles que sonham com a construção da **Civilização do Amor**.

Assim, animado por essa provocação, o CNLB da Arquidiocese de Maringá decidiu traduzir a experiência de então em um programa de rádio difusão. Nasce o **Papo Cidadão**, que de forma sinodal, foi ouvindo as comunidades e dialogando para então ganhar o seu formato e identidade atuais e que busca empoderar o laicato através do acesso a riqueza da nossa DSI. Ao final, as mais de sete horas da for-

mação foram transformadas em 93 blocos de aproximados 5 minutos e que são transmitidos em um programa semanal de rádio difusão de 1 hora.

Além da DSI, o programa incorporou também, quadros que fortalecem a fé e estimulam a participação dos ouvintes: o quadro **“Laicato em Ação”**, com depoimentos de leigas e leigos, que mostram como pequenas iniciativas podem ser determinantes para a construção da Civilização do Amor. O quadro **“História da Igreja”**, que aborda temas universais e locais, como o Concílio Vaticano II, as Conferências Episcopais Latino-Americanas, o Catecismo da Igreja Católica, o Ano Litúrgico e demais documentos da CNBB e do Vaticano e ainda, buscando contar a história de cada uma das paróquias da arquidiocese e ainda o quadro **“Palavra do Assessor”**, que é um espaço onde o CNLB local traz temas atuais e relevantes para a formação do laicato, sempre à luz da DSI.

Mas, não é só de formação que vive o programa Papo Cidadão! A **“Música”** e a **“Oração”** têm também um lugar especial. Em cada programa são apresentadas **quatro canções**, escolhidas para reforçar a mensagem do programa do dia e sempre finalizamos com a nossa **“Oração do Dia”** que remete aos padroeiros das paróquias da Arquidiocese de Maringá.

E desta forma, passando pela **Doutrina Social da Igreja**, pelo fortalecimento do laicato e por uma catequese permanente de **Iniciação à vida cristã**, o **Papo Cidadão** já está a seis anos no ar, com a exibição de nada menos que 217 programas. E para acompanhar este projeto, basta acessar o site da Rádio Colmeia FM (<https://colmeiafm.com.br>) toda terça-feira, às 20h e clicar em **“Play”**, que nos encontraremos por lá! E lembrando que é possível a participação ao vivo dos nossos ouvintes e que pode ser feita também pelo WhatsApp (+55 44 3245-1776).

Papo Cidadão: porque ser cristão também é ser cidadão!

CNLB da Arquidiocese de Maringá
Regional Sul 2 da CNBB



CNLB

AGENDA FORMATIVA CNLB

JULHO
2026



IMPLEMENTAÇÃO DA SINODALIDADE NA NOSSA VIDA ECLESIAL

A Sinodalidade já é uma realidade na caminhada histórica da Igreja. Sua prática sempre foi vivenciada pelas comunidades cristãs, cujos exemplos estão descritos nas comunidades dos Atos dos Apóstolos. Como sinodalidade significa caminhar juntos, era esta a prática destas comunidades. Contudo, com o passar dos tempos, foi esquecida. O que era definido colegialmente passa a ser hierarquizado e conduzido por um pequeno grupo. Práticas que temos presenciado nos últimos tempos nas assembleias, nos conselhos de pastoral de muitas dioceses do Brasil.

Durante o II Concílio Ecumênico, esta prática foi retomada, justamente por ser a sinodalidade, constitutiva na vida da Igreja, ou seja, é de sua natureza caminhar juntos, decidir juntos, exercer comunitariamente. Mas nem o Concílio conseguiu reestruturá-la de modo a voltar a fazer parte da caminhada eclesial. Mais uma vez, a sinodalidade foi esquecida, deixada de lado. Mas com a chegada do Papa Francisco, ela volta ao cenário eclesial. Francisco buscou o que o Concílio havia definido e novamente a colocou na pauta de suas prioridades.

Muitos receberam a notícia com espanto, outros acharam que era uma novidade e traria “trabalho demais” e outros ainda continuam insistindo que trata-se de um “evento” e vai passar logo.

Desde 2021, Papa Francisco instalou um processo de retomada da sinodalidade.

Aconteceram Sínodos Eclesiais (assembleias eclesiais), pesquisas desde as comunidades eclesiais para sentir como as dioceses, paróquias “caminhavam juntas”, qual e como era a participação de leigos e leigas na Igreja, nos conselhos, nas assembleias ou em outros espaços de comunhão e participação.

O resultado foi alarmante. Tanto as assembleias quanto os conselhos pastorais, já vinham com suas pautas definidas, leigos/as pouco podiam interferir. Constatou-se o exercício de uma Igreja autorreferenciada, centrada em si mesma e em sua comodidade. Fortaleceu-se o clericalismo, tudo centrado na pessoa do ministro ordenado e muitos serviços pastorais em queda. Estes resultados voltaram para a Secretaria Geral do Sínodo, pois os mesmos dariam elementos para a construção de um caminho sinodal.

Em outubro de 2024, houve o Sínodo dos Bispos sobre a sinodalidade com a presença de várias pessoas de todo o mundo. Do Brasil participaram três pessoas. Deste Sínodo, saiu o chamado Documento Final, elaborado pela Secretaria Geral do Sínodo, intitulado: Pistas para a fase de IMPLEMENTAÇÃO do Sínodo 2025-2028, com o objetivo de orientar e estimular ações concretas desde as igrejas locais. A ideia é tirar o conteúdo do sínodo do papel, promovendo ações efetivas que contribuam na transformação da vida comunitária, fortalecendo a caminhada sinodal.

Cada grupo, organização, instituição pode contribuir com este processo. Para isso, é importante reuni-los, estudar o Documento Final e levantar proposições que reconstituam a Igreja onde caminhamos juntos, sobretudo, nos espaços de decisão.

Neuza Mafra – Cáritas/CEBs do Brasil

MEMÓRIA



Carlos Francisco Signorelli

19/06/1948 – 07/04/2026 †

A SUA MENSAGEM É A SUA PRÓPRIA VIDA.

A memória de Carlos Francisco Signorelli está muito ligada e lembrada, pelo serviço ao Reino, numa convicção muito grande de sua vocação laical e na construção de um mundo mais igualitário e fraterno conforme o Evangelho.

Carlos com 16 anos recebeu a fita de “Marianinho” de congregado mariano, na Catedral de Campinas, SP, e curiosamente, ao lado da que seria sua esposa, que também recebia a fita de “Filha de Maria”. E a Catedral acabou sendo sua segunda casa e lá passava o dia e nos finais de semana ajudava nas celebrações; o Cura arrumara ali uma sala para ele estudar, haja vista que a sua casa era uma pensão.

Aos 17 anos, em encontro diocesano para estudo da *Gaudium et Spes*, deu a sua primeira palestra. Gostava de ler e era bom comunicador. Também nesse ambiente é que foi organizada a Primeira Comunidade de Jovens de Campinas, fruto das orientações do Concílio, onde ele foi grande articulador e formador. Como Igreja em saída o grupo saiu a evangelizar na periferia, durante anos, com os círculos bíblicos, visitas, celebrações e organizando a população para conseguir escola e paróquia. Carlos teve forte presença em movimentos populares, sindicato dos professores e pastorais ligados à Arquidiocese a que pertencia.

No CNLB/Conselho Nacional do Laicato do Brasil exerceu a presidência tanto do CNLB Regional Sul 1 quanto do CNLB Nacional, (2004 a 2010); participou como representante dos cristãos leigos e leigas, pelo CNLB, na Conferência Episcopal Sul Americana e do Caribe, que aconteceu aqui no Brasil, na cidade paulista de Aparecida, sendo relator do seu grupo. Participou também da criação do CEFEP, Centro Nacional de Fé e Política D. Helder Câmara, organismo da CNBB, (Comissão Nacional dos Bispos do Brasil).

Conceituado professor de Matemática, formado pela PUC-Campinas, lecionou em vários colégios. Mestre em Urbanismo, também cursou Filosofia. Escritor, deixou várias obras editadas e colaborou com outras tantas, abrangendo assuntos de Matemática, Política e Teologia.

Na vida política foi vereador por 4 mandatos, exercendo também a presidência da Câmara, onde por essa ocasião comprou prédio próprio para o Legislativo separando- do prédio do Executivo para reforçar as devidas autonomias. Foram mandatos frutíferos, de muitas realizações. Também, foi presidente do Partido dos Trabalhadores da cidade, por um período e serviu como prefeito, substituindo a prefeita em viagem.

Como vereador, acreditava ele, que só o povo organizado e unido podia obter as mudanças que fossem favoráveis para uma vida digna, para o bem comum, fruto da fidelidade ao Evangelho e do Ensino da Doutrina Social da Igreja. Acreditava na luta coletiva, em estar junto com as populações, orientando na consecução das suas aspirações, na sua organização e orientando o povo a ser sujeito de sua própria vida; por isso, colocava sempre o seu gabinete e sua estrutura a serviço da mobilização popular.

Quando ele Criou a Comissão de Direitos Humanos na Câmara, dizia: “A Construção de uma agenda de DDHH para nós cristãos, tem uma pauta; já sabemos o caminho a seguir e a melodia a compor. Com certeza é o Evangelho”. E assim, sempre foi coerente na sua vida social, profissional e política, com seus valores cristãos, despertando nas consciências o sentido de fé e vida, a serviço de uma sociedade mais fraterna e humana.

Carlos é conhecido na sociedade campineira, como o homem coerente e de atitude, do diálogo, justo e ético e que na simplicidade do seu ser, viveu o que o Papa Francisco dizia:” A política é uma vocação de serviço”.

Casado com Márcia, deixa três filhos de nomes significativos: Cristiano, o ser cristão; Mariano, em louvor a Maria porque se conheceram os pés da Imaculada e Luciana, lembrando a vocação laical, ser luz no mundo. Fazendo jus ao nome Francisco, foi um homem simples, generoso, solidário, pai e marido amoroso, carinhoso. Reconhecido pela Câmara com o título de “cidadão emérito de Campinas” recebeu homenagens pelos relevantes serviços prestados à cidade. Sua presença no CNLB continua em tantas publicações, formações e um amor muito grande pelo Organismo.

Márcia Signorelli



PALAVRA DE LEÃO XIV



*“Não penso que a mensagem do Evangelho deva ser deturpada como alguns estão fazendo. Eu continuo a falar com força contra a guerra, buscando promover a paz, promovendo o diálogo e o multilateralismo com os **Estados** para encontrar soluções aos problemas. Muitas pessoas estão sofrendo hoje, muitos inocentes foram mortos e acredito que alguém deve se levantar e dizer que há um caminho melhor”. (sobre crítica de Trump a ele)*

Intenção de oração do Papa confiadas a Rede Mundial de Oração para julho de

Respeito à vida humana

Rezemos pelo respeito e pela proteção da vida humana em todas as suas etapas, reconhecendo-a como um dom de Deus.



CONVERSANDO COM FREI BETTO

Não se justifica o argumento de que a Palavra de Deus, a Bíblia nada tem a ver com política. Ela é política do começo ao fim e defende a política da vida, dos direitos dos oprimidos, da libertação dos despossuídos, da inclusão dos excluídos. Esse é o propósito do projeto de Deus na história humana, Eu, às vezes, **brinco: parece que Jesus leu Paulo Freire porque ele educa fazendo o educando se educar.**

Próximo, não são apenas as pessoas que encontramos pelo nosso caminho; também são aqueles que nós mudamos o nosso caminho em função das necessidades deles. Nem sequer os conhecemos, mas ousamos nos colocar no caminho daquele que está em situação de rua, daquele que está sem terra, sem moradia, do que está sendo vítima do preconceito, da discriminação. Ou seja, colocar-se no lugar do outro não só no lugar da fala, o lugar da postura.

Quando a gente sai da nossa zona de conforto e se situa no lugar do outro, do oprimido, do excluído, do marginalizado, a nossa visão de mundo, muda. A nossa visão de dignidade humana, a nossa visão em relação a bens, muda. E é isso que faz a gente imprimir sentido à vida, ser mais feliz. (para o ICL/Instituto Conhecimento Liberta)



A DSI, O ESTADO, A SOBERANIA E O BEM COMUM

*“Não é difícil determinar qual seria a forma e o caráter do **Estado** se fosse governado segundo os princípios da **filosofia cristã**. O instinto natural do homem o impele a viver em sociedade civil, pois, vivendo isolado, ele não pode prover a si mesmo as necessidades da vida, nem obter os meios para desenvolver suas faculdades mentais e morais. Portanto, é **divinamente ordenado** que ele conduza sua vida – seja familiar ou civil – com seus semelhantes, entre os quais somente suas diversas necessidades podem ser adequadamente supridas. Mas, como nenhuma sociedade pode se manter unida a menos que alguém esteja acima de todos, dirigindo a todos a lutarem com afincos pelo **bem comum**, toda **entidade política** deve ter uma autoridade **governante**, e essa autoridade, tanto quanto a própria sociedade, tem sua origem na natureza e, conseqüentemente, **tem Deus** como seu Autor”.(Immortale Dei/ Leão XIII 1885/n.3)*

APROFUNDANDO O CONHECIMENTO

Está bem claro, pelo Ensino Social da Igreja, como vimos acima, na fala de Leão XIII, que o **Estado** organiza a sociedade em vista do **Bem Comum**; **portanto, o Estado não é maior que a Pessoa humana, porque está a serviço dela**. Só por isso o Estado existe; para organizar o poder político de uma nação, onde ninguém é maior ou menor em dignidade quanto ao direito à vida e à sua soberania nacional.



Esse Estado, para ser democrático se organiza em Três Poderes autônomos, Executivo, Legislativo e Judiciário e tem um nome: **Estado Democrático de Direito**. E é pautado pela Constituição do país, que construído, votado e aceito pelo povo, garante os direitos dos cidadãos, a sua liberdade e o poder popular.

A nossa Constituição no seu início, diz: “Todo poder emana do povo”; portanto, quando um golpe de Estado esquece a sua Constituição, a sua **soberania** resulta em uma **Ditadura**, onde não são permitidos a crítica, as manifestações, não há liberdade de expressão, participação popular. Isso acontece pelo medo de sua segurança, de se manter no poder como superiores à vontade do povo. Esse Estado existe pela força, com prisões, tortura, a falta de defesa, a manifestação contrária. É o chamado Estado de Exceção. São Estados autoritários, violentos, que fazem apologia das armas, que calam o povo, e decidem para além de sua competência porque ignoram a Constituição. Geralmente, são garantidos pelas Forças Armadas. Assim, ao invés do “poder emanar do povo”, organizado pelos três Poderes, como uma Democracia, o poder emana a critério pessoal de um ditador, que naturalmente, tem grupos ou poderes paralelos, de interesse.

LER, REFLETIR, COMENTAR

A crise do Estado

Hoje viemos uma profunda “Crise do Estado”, que não responde mais aos anseios de necessidades dos novos sujeitos históricos que, com suas lutas, insistem em novas agendas para o Estado, que lhes responda às suas buscas. Estamos falando de questões étnicas, de gênero, etárias, indígenas, sobre o meio ambiente, sobre as surpresas de uma nova tecnologia, sobre a imigração e que querem ser ouvidos e determinar novas ações do Estado.

Por que parece que esse Estado que aí está já esgotou seu caminho? Porque o Estado que foi pensado séculos atrás, tinha como centro, outro sujeito, (a propriedade) outra perspectiva e não introduzindo nele os novos sujeitos históricos, (e não somente algumas pautas deles) o Estado continua a se entender como único planejador, tanto do projeto econômico, cultural, social e político, muitas vezes minimizando o cuidado com os menos favorecidos e maximizando atenção aos grandes sistemas econômicos, a interesses próprios pessoais.

Há uma sensação, de que também os partidos políticos, por mais alinhamento com as mudanças que tenham em seus membros e em seus estatutos, não conseguem levar a cabo as políticas desejadas, ou os que os levaram ao poder. No mínimo, se atém a atuarem no caldo político que já existe, profundamente viciado e no máximo, eles ou seus membros, são cooptados pelas forças conservadoras, econômicas ou ideológicas.



Como poderes paralelos, demonstrada continuamente, mostra a impossibilidade de este mesmo Estado agir em função do bem comum, razão última de sua existência.

“O problema não é o Estado, mas esse Estado que temos.”

(Doc 91/CNBB) Por isso, já se conversou sobre reformar ou refundar o Estado. Na verdade, propomos conservá-lo no seu sentido universal, porém ultrapassar o que não funciona e construir o novo.

O que propomos é assumir o Estado como estrutura necessária, em vista das aspirações dos novos sujeitos históricos, das classes emergentes. As estruturas do Estado, muito embora possam e devam permanecer naquilo que são conquistas da própria humanidade, devem sofrer alterações para abarcar aos novos sujeitos, à nova ética, às formas do poder que devem ser reestruturadas. A burocracia estatal não pode mais continuar construindo um Estado para si mesma, mas entender-se e assumir-se como sujeito coletivo da construção de um Estado Democrático de Direito, tendo como centro, o coletivo e o social. *(de texto de Carlos Francisco Signorelli, em apostila produzida para o CNLB/ A crise da civilização e em estudos do Doc. de Aparecida))*

RECORDANDO

“De fato, a experiência ensina que, onde falta a iniciativa pessoal dos indivíduos, domina a tirania política”.

(Mater et Magistra/57)

“É preciso ficar bem claro que o magistério da Igreja não aprova formas totalitárias ou ditatoriais, porque afrontam os direitos das pessoas e grupos sociais”. (Gaudium et Spes/ 75) Por isso, o Estado Democrático de Direito é o melhor regime, porque abre a possibilidade do poder estar nas mãos do povo. Porém, a maioria do povo deixa o poder à deriva do Estado, propiciando a que este se feche em si mesmo, desarmonizando os poderes constituintes por causas de interesses pessoais ou de grupos. A Mater et Magistra, acima, faz alusão à iniciativa de pessoas e de grupos para um Estado democrático e não ditatorial. Quais interesses havia em 01 de janeiro de 2023, quando setores da sociedade brasileira resolveram ultrapassar o Estado Democrático de Direito? Seria a volta à Ditadura como a de 64? O que de fato pretendiam? Caso tivesse dado certo, como o Brasil estaria sendo governado hoje?

VOCÊ SABIA?

01

O Código Penal define como crime de **abolição violenta do Estado Democrático de Direito** (Art 359-L) o ato de “tentar, com emprego de violência ou grave ameaça, abolir o Estado Democrático de Direito, impedindo ou restringindo o exercício dos poderes constitucionais”. Já o crime de **golpe de Estado** (Art. 359-M) é configurado pelo ato de “tentar depor, por meio de violência ou grave ameaça, o governo legitimamente constituído”. (Observatório da Democracia/Advocacia Geral da União)

02

“Havendo **atos de planejamento ou preparatórios de um golpe** de Estado ou do rompimento agressivo das regras do Estado Democrático de Direito, já estão efetivamente praticados os respectivos crimes. E não poderia ser diferente, sob o ponto de vista lógico, afinal se o golpe de Estado ou a abolição do Estado Democrático de Direito resultassem exitosos, não existiriam condições adequadas para aplicação das normas inibidoras ou sancionatórias correspondentes. Daí porque tais delitos se apresentam já perpetrados desde que se demonstre ter havido a mera tentativa”. (Observatório da Democracia/Advocacia Geral da União) A Constituição Federal determina que a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático é um crime inafiançável e imprescritível.

03

Diferença de Golpe e Revolução: Enquanto revoluções costumam surgir da população, golpes de Estado geralmente partem de dentro do próprio aparelho estatal.

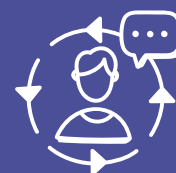
A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA E O ANO DE ELEIÇÕES

“Um dos maiores desafios para o Cristianismo no mundo de hoje é a presença efetiva dos cristãos na sociedade, assumindo com responsabilidade e coerência a vida política, econômica e cultural. “Sal da terra” e “Luz do mundo” são expressões empregadas por Jesus, para definir, com forte simbolismo, o ser e o agir dos

cristãos no mundo. A participação responsável na construção da sociedade é tarefa permanente que desafia a todos, políticos e eleitores. O caminho a ser percorrido se faz com passos incansáveis de fraternidade, de diálogo e de paz. Esta Mensagem, embora dirigida a todo o povo brasileiro, interpela os cristãos e, de modo particular, os católicos.

As constatações desses tempos difíceis não podem nos limitar, nem servir para que as soluções sejam adiadas. As estruturas do Estado, os poderes da República, as autoridades públicas, as lideranças sociais, as organizações religiosas, os meios de comunicação, as plataformas e as redes sociais, cada um e cada uma, com sua competência, devem apoiar-se reciprocamente para o bem do País. Precisamos criar um “espaço de corresponsabilidade capaz de iniciar e gerar novos processos e transformações. Sejam os parte ativa na reabilitação e apoio das sociedades feridas” (Fratelli Tutti, 77). *(da mensagem da 62ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil /CNBB).*

MÃOS NA MASSA



- 1 Procurar **entender o processo político** deste momento para entender quem são os concorrentes às eleições de outubro e verificar se são projetos que têm em vista o bem comum.
- 2 **Um voto tem consequência**, por isso entender que não estamos votando nas pessoas, embora pessoas também devem ter perfil ético e democrático, mas em projetos que beneficiem a população e não somente a banqueiros, fazendeiros, corporações e afins, mas o bem comum, especialmente aos mais necessitados.
- 3 Procurar saber se as notícias que aparecem, nas tvs e especialmente nas redes sociais, são verdadeiras ou plantadas para derrubar concorrentes e financiar projetos específicos. Não deixe as “Fakes News” manipularem suas consciências. Não repassem “Fake News”. Verifique a informação antes de compartilhar. Denuncie notícias falsas nas redes. Como? O Site de “fact-checking” (que checa mentiras) especializado no combate à desinformação. <https://www.aosfatos.org> pode te ajudar. Há também o Site #Brasil contra a fake da Secretaria Nacional de Comunicação, informa “Fake News” sobre dados do governo brasileiro.

DATAS A SEREM LEMBRADAS



Dia Nacional de Combate à Discriminação Racial: O combate ao racismo é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e antirracista.



Santa Madre Paulina do Coração Agonizante de Jesus (primeira santa do Brasil).



Dia do Amigo: “Um amigo fiel é uma poderosa proteção, quem o achou, descobriu um tesouro” (Eclesiástico 6, 14-17)



Dia da Mulher Negra Latina e Caribenha: Esta data representa a resistência, o protagonismo e a luta de milhões de mulheres negras em toda a América Latina e no Caribe.



Dia dos Avós: A data é uma celebração tradicional da Igreja Católica, em homenagem a São Joaquim e Santa Ana, pais de Maria e avós de Jesus. O saudoso Papa Francisco então, instituiu essa data como o Dia Mundial dos Avós e dos Idosos. Para esse ano do tema escolhido para a VI Jornada é: “Eu nunca te esquecerei” (Is 49,15), um tema que destaca o amor de Deus, a esperança e consolação, especialmente para idosos que vivem na solidão.



Dia Mundial contra o tráfico de pessoas: Dia de conscientizar sobre esta grave violação de direitos humanos que afeta milhões de pessoas, focando em prevenção, proteção a vítimas e combate à exploração sexual e ao trabalho forçado, principalmente mulheres e crianças.



EM PAUTA

CONHECENDO O NOVO ESTATUTO

UM NOVO TEMPO, UM NOVO ESTATUTO

Como concluímos o texto do mês de junho, comentando sobre o Regimento Interno, vale informar que foi aprovada na assembleia extraordinária sua revisão em 11 de abril, detalhando alguns temas tratados neste estatuto.

Trataremos da estrutura do nosso organismo e que se faz necessária para cumprir as finalidades legais e estatutárias. Importante informar que foram alterados os nomes de alguns órgãos para melhor atender as ações que serão desenvolvidas. São estes os seguintes órgãos: de direção, a Assembleia Geral, o Colegiado Nacional e a Presidência; de controle, o Conselho Fiscal; e de assessoria, as comissões nacionais permanentes e provisórias.

A Assembleia Geral, órgão máximo de deliberação, seguido do Colegiado Nacional e da Presidência, cada um com suas competências específicas. Uma das novidades, está no parágrafo único do artigo 29, onde define que as assembleias podem acontecer remotamente e no artigo 30, onde define que a convocatória será realizada por correio eletrônico, com aviso de recebimento.

Continuem atentos e atentas às novidades do nosso estatuto!

Maria das Graças Silva Gervásio - Pastoral da Criança e membro do Grupo de Trabalho que redigiu o novo Estatuto do CNLB

CONHECENDO A REALIDADE DO CNLB

REGIONAIS – ORGANIZAÇÕES FILIADAS

Mais de um século de Evangelização no mundo!

Este ano a Legião de Maria faz 104 anos de fundação. Um jovem irlandês, de nome Frunk Duff fundou em 07 de setembro de 1921 em Dublin uma associação de leigos católicos. Leigos que em unidade com a igreja e o CNLB tem atuado junto às famílias da sociedade. No ano em que o organismo celebra os 50 anos, a legião pelo dobro do tempo caminha na evangelização. A caminhada da legião é em unidade com a igreja, pautada por valores, atendendo aos mais vulneráveis e como leigos do Brasil, presentes em todas as atividades promovidas pelo Conselho Nacional dos Leigos. Entre elas: assembleias nacionais e regionais, encontros formativos, seminários e reuniões específicas. Hoje compomos o conselho na condição associação filiadas.

Conheça a Legião de Maria

A finalidade da Legião de Maria é a glória de Deus através da santificação de seus membros. Uma associação de homens e mulheres, tendo duas categorias centrais de membros: ativos e auxiliares. Os ativos participam de uma reunião semanal e são designados a exercerem um trabalho semanal.

Este trabalho é marcado pelo presidente do *praesidium* – palavra latina – que significa grupo e os auxiliares, outros que já não conseguem ir às reuniões e realizar as tarefas, ficando a seu encargo, rezar constantemente pelos demais. Os trabalhos acontecem essencialmente em assistência às famílias (sempre dois a dois), como visitas aos hospitais, visitas domiciliares, pastoral carcerária, terços em família, preparação de batizados e sacramentos, atuar nas comunidades como protagonistas e prestar assistência espiritual em geral.

Os legionários não se propõem apenas em rezar, mas à AÇÃO. A Legião não trabalha para Maria, mas com ela, por meio de Jesus Cristo, sendo sal e luz no mundo (Mt 5, 13-16). E no ano jubilar da igreja, onde somos chamados a esperar, CNLB de mãos dadas com a Legião de Maria, exercem um papel fundamental.



Paulo José a Silva

Presidente do Senatus de Recife Jornalista



AGENDA FORMATIVA CNLB

AGOSTO
2026



TEMPO DA CRIAÇÃO: AÇÃO E ORAÇÃO PELO CUIDADO DA NOSSA CASA COMUM

O Papa Francisco, na Carta Encíclica *Laudato Si'*, lançada em 2015, nos lançou o seguinte apelo: “Lanço um convite urgente a renovar o diálogo sobre a maneira como estamos construindo o futuro do planeta. Precisamos de um debate que nos una a todos, porque o desafio ambiental que vivemos e as suas raízes humanas dizem respeito e têm impacto sobre todos nós” (LS, 14).

Mais adiante expressa que há “uma única e complexa crise socioambiental” e que “as diretrizes para a solução requerem uma abordagem integral para combater a pobreza, devolver a dignidade aos excluídos e, simultaneamente, cuidar da natureza” (LS, 139). Em um sistema-mundo que explora, degrada e mata, o chamado do Papa Francisco torna-se um farol de esperança!

Mesmo diante da crise climática, do desmatamento, das queimadas, das inúmeras formas de poluição do ar, dos rios, das violações dos direitos humanos e da natureza, somos convocados/as enquanto irmãos e irmãs na fé a transformarmos nossas realidades a partir de um fiel compromisso com a Criação. Entendida e assimilada pelo Povo de Deus como expressão de projeto amoroso do Pai que cuida com ternura do trabalho de suas mãos e que manifesta um sonho de fraternidade para toda a humanidade. A qual devemos “cultivar e guardar” (Gn 2, 15).

Na Bíblia, há muitas referências à obra criadora de Deus, que “contemplou toda a sua obra, e viu que tudo era muito bom” (Gn 1, 31). Quando falamos de Criação, falamos da natureza, dos animais, das paisagens, do sol, da lua, porém não podemos esquecer das pessoas. No ápice do Seu trabalho criativo, surge o ser humano. “Tudo está interligado”, pois a preocupação pelo meio ambiente deve estar constantemente unida ao amor sincero pelos seres humanos e a um compromisso contínuo com os problemas da sociedade (LS, 91).

É nesse contexto que, ainda em 2015, o Papa Francisco oficializou o Tempo da Criação. A ideia deste tempo propício para a oração e ação surge em 1989, quando o Patriarca Ecumênico Dimitros I proclama 1º de setembro como Dia de Oração pela Criação para os Ortodoxos. Mais adiante, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) estendeu essa celebração até o dia de São Francisco de Assis, 4 de outubro. Neste tempo ecumênico, somos encorajados/as à conversão ecológica, por meio de gestos concretos, celebrações, mobilizações que fortaleçam nossa fé e esperança em estabelecer um novo rumo para a forma como estamos tratando nossa Casa Comum.

Enquanto família global, precisamos reconhecer o esforço de muitos grupos, movimentos e pessoas que seguem incansavelmente defendendo a vida por meio dos biomas, águas, culturas... Reconhecer as lutas e resistências dos povos indígenas e comunidades tradicionais pela defesa de seus territórios e dos bens comuns, que são dom e graça, e não mercadoria. Enquanto Igreja atuante, e que não separa a fé da vida, acreditamos que “viver a vocação de guardiões da obra de Deus não é algo opcional nem um aspecto secundário da experiência cristã, mas parte essencial de uma experiência virtuosa” (LS, 217).

Que o Tempo da Criação seja celebrado e vivido intensamente por meio de diferentes iniciativas de conscientização e sensibilização de grupos e comunidades, gestos concretos de solidariedade e defesa da natureza e das populações mais vulneráveis, anúncio das belezas e denúncia frente aos projetos de destruição que aprofundam as injustiças socioambientais.

Cuidar da Criação também é uma das formas de cultivo de uma paz “desarmada” (que não se baseia no medo, na ameaça ou nas armas) e “desarmante” (que é capaz de dissolver conflitos, abrir corações e gerar confiança, empatia e esperança), conforme nos indica o Papa Leão XIV. Ele próprio nos ensina que “somente

um olhar contemplativo pode transformar nossa relação com a Criação e nos fazer sair da crise ecológica, cuja causa é a ruptura das relações com Deus, com o próximo e com a terra”.

Em 2026, o tema escolhido para o Tempo da Criação é “Água Viva”, inspirado no texto bíblico de Ezequiel 47,1-12. O símbolo deste ano é a “imersão em água viva”, representando o chamado à transformação pessoal e comunitária diante da crise ecológica. A passagem bíblica descreve a água que brota do templo de Deus e se transforma em um rio capaz de restaurar terras áridas, revitalizar ecossistemas e gerar vida abundante. A proposta do tema é recordar que a água é fonte de vida, de cura e de renovação espiritual, mas também um bem comum ameaçado pela exploração predatória, pela contaminação e pelas desigualdades de acesso.



A partir do tema deste ano, lanço as seguintes reflexões:

- Como nossas comunidades podem transformar a espiritualidade cristã em ações concretas de defesa das águas e dos territórios?
- De que forma somos chamados a reconhecer a interdependência entre cuidado ambiental, justiça social e dignidade dos povos e culturas?

Espero que neste Tempo da Criação, e para além dele, possamos viver em nossa inteireza, uma verdadeira Ecologia Integral. Sendo testemunhas do amor de Deus, do cuidado com a vida das pessoas e de toda a Criação, restabelecendo laços e abrindo caminhos por onde jorre a água viva da esperança e da caridade!

Diego Gomes Aguiar

Comissão Nacional de Formação – Conselho Nacional do Laicato do Brasil
Arquidiocese de Manaus – Regional Norte 1 da CNBB

MEMÓRIA



WANDA CONTI VIROU SEMENTE!

25 de agosto de 1943 † 13 de abril de 2026

Wanda Conti, uma cristã leiga, sujeita consciente de seu papel transformador na Igreja e na Sociedade. Atuante e referência histórica na organização do Laicato, participou efetivamente na constituição e construção do Conselho de Leigos na Arquidiocese de Campinas/São Paulo, no Regional Sul 1/SP e no Conselho Nacional do Laicato do Brasil/CNLB.

Profissionalmente, como petroleira, na Refinaria de Paulínia (1972), Wanda Conti fez história. Ajudou a fundar o Sindicato dos Petroleiros, a Central Única dos Trabalhadores e o Partido dos Trabalhadores. Uma lutadora histórica da classe trabalhadora, primeira mulher a ingressar na direção do Sindicato dos Petroleiros do Estado de São Paulo, - SINDIPETRO.

Wanda Conti foi pioneira na atuação feminina no movimento sindical petroleiro, em um período em que a presença de mulheres em espaços de liderança ainda era rara. Como fundadora e dirigente do Sindicato dos Petroleiros de Paulínia e Campinas, ela teve papel importante na organização da categoria durante a Ditadura Militar, enfrentando repressão e riscos em um dos períodos mais duros da história recente do país. Desafiou a ditadura militar na greve dos petroleiros em 1983, quando foi demitida junto a outros trabalhadores e participou da mobilização que garantiu a readmissão coletiva: “Eu não sou dirigente sindical para fazer cafezinho, fui eleita para lutar”.

Uma vida dedicada à organização, à construção coletiva, à formação política, sindical, social, eclesial e à construção de uma sociedade justa e democrática e uma Igreja participativa, toda ela ministerial.

Wanda nasceu no Carandiru/SP, bairro periférico e viveu em Ribeirão Preto e Campinas. De família simples, herdou do pai, homem sem estudo, a honestidade, a ética, a visão de mundo de vida digna para todos e todas.

Católica praticante, ligada às Comunidades Eclesiais de Base, também construiu um caminho influenciado pela Teologia da Libertação, unindo fé e compromisso social. Vivia profundamente a dimensão fé e vida, sem estabelecer separação, divisão entre profano e sagrado, mundo e Igreja:

“quando eu digo que fui para a luta sindical por causa da fé, muita gente estranha, mas para mim era muito claro que não dava para falar de dignidade humana e não falar das condições de trabalho, das condições de vida, de um mundo que desse possibilidade para todo mundo viver com dignidade”.

“Na luta sindical a gente tinha condição de pleitear um outro tipo de vida, não só para nós, mas para a classe trabalhadora como um todo, porque uma coisa que sempre ficou muito clara para nós é que não bastava o petroleiro ganhar melhor, não bastava olhar só para a nossa categoria. A gente tinha uma visão mais ampla, tanto que nas nossas pautas apareciam temas como reforma agrária, coisas que muita gente perguntava: o que o petroleiro tem a ver com isso?, e para nós tinha tudo a ver”. (<https://fup.org.br> – Federação Única dos Petroleiros).

É nesse contexto de cristã e cidadã consciente, que Wanda participou da construção do Partido dos Trabalhadores e da Central Única dos Trabalhadores, abrindo caminhos e possibilidades da participação efetiva das mulheres, nesses espaços, antes, puramente masculinizados e preconceituosos: “Eu fui uma das primeiras mulheres na direção do sindicato, e o preconceito existia... eu estava ali em igualdade de condições. E foi assim que eu me coloquei sempre, discutindo de igual para igual, enfrentando quando era necessário, porque se a gente não se colocasse dessa forma, não teria espaço”. (<https://fup.org.br> – Federação Única dos Petroleiros).

Na Arquidiocese de Campinas, Wanda contribuiu efetivamente nos processos de formação tanto para seminaristas, quanto para o Laicato, atuando, inclusive, na Coordenação de Pastoral da Arquidiocese de Campinas.

Wanda compôs a Comissão de Formação do CNLB Regional Sul 1 bem como na Comissão de Formação do Conselho Nacional do Laicato do Brasil, Organismo que tanto amou e ao qual, nos últimos anos, oferecia sua contribuição atuando

na Comissão de Assessoria Permanente/CAP, ajudando a pensar o Organismo para além de sua atuação na Igreja, mas, propiciando que os cristãos leigos e leigas tomassem consciência de seu protagonismo como Igreja na sociedade. Nem mesmo a doença a afastou de sua missão!

Em toda sua vida, Wanda colocou a vida e a dignidade de todos e todas em primeiro lugar, ou melhor, como o lugar central de sua própria vida: “Eu não tenho preocupação de ser lembrada como pessoa. Eu acho que o mais importante é que a luta seja lembrada, que a história não seja apagada. Mas eu tenho um sonho, que é muito simples de dizer e muito difícil de realizar: que a classe trabalhadora goste de ser trabalhadora, que tenha orgulho disso, que se reconheça, que se organize e que lute pelo que é seu”. (<https://fup.org.br> – Federação Única dos Petroleiros).

E assim, Wanda se fez semente! Nasceu, cresceu, produziu e morreu para que outros e outras continuem, nesta vida, plantadores e plantadoras da boa semente da vida, do amor ao próximo, com coragem, coerência e compromisso com a dignidade humana, ligando fé e vida, política e solidariedade, irmandade, fraternidade, democracia, direitos humanos e da terra e justiça social a todos os trabalhadores e TRABALHADORAS!

À família que fica, agradecemos por nos ter entregado esta BOA SEMENTE!



PALAVRA DE LEÃO XIV

“A compreensão do poder legítimo encontra uma de suas maiores expressões na autêntica **democracia**. Longe de ser um mero procedimento, este tipo de **democracia** reconhece a dignidade de cada pessoa e convoca cada cidadão a participar ativamente da vida pública. No entanto, a **democracia** permanece saudável apenas quando está enraizada na lei moral e em uma verdadeira visão da pessoa humana. Sem este alicerce moral, a **democracia** corre o risco de degenerar em uma tirania da maioria ou em uma fachada para o domínio de elites econômicas e tecnológicas. “A **democracia** só se mantém saudável quando está enraizada na lei moral e numa visão verdadeira da pessoa humana. Sem esse fundamento, corre o risco de se tornar uma tirania da maioria ou uma máscara para a dominação das elites econômicas e tecnológicas”.
(para **Pontifícia Academia das Ciências Sociais/04/2026**)



**Intenção de oração do Papa
confiadas a Rede Mundial de
Oração para agosto de 2026**

Evangelização na cidade

Rezemos para que nas grandes cidades, muitas vezes marcadas pelo anonimato e pela solidão, encontremos novas formas de anunciar o Evangelho, descobrindo caminhos criativos para construir comunidade.



A CNBB

“Esta Mensagem, embora dirigida a todo o povo brasileiro, interpela os cristãos e, de modo particular, **os católicos**. Um dos maiores desafios para o Cristianismo no mundo de hoje é a **presença efetiva dos cristãos na sociedade, assumindo com responsabilidade e coerência a vida política, econômica e cultural**. “Sal da terra” e “Luz do mundo” são expressões empregadas por Jesus, para definir, com forte simbolismo, o ser e o **agir dos cristãos no mundo**. A participação responsável na construção da sociedade é tarefa permanente que desafia a todos, políticos e eleitores. **O caminho a ser percorrido se faz com passos incansáveis de fraternidade, de diálogo e de paz**”. (trecho da mensagem dos Bispos do Brasil ao Povo de Deus final da 62ª assembleia da CNBB/ 04/2026)



A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA E A DEMOCRACIA

*“A Igreja encara com simpatia o sistema da **democracia**, enquanto assegura a participação dos cidadãos nas opções políticas e garante aos governados a possibilidade quer de escolher e controlar os próprios governantes, quer de os substituir pacificamente, quando tal se torne oportuno; **ela não pode, portanto, favorecer a formação de grupos restritos de dirigentes, que usurpam o poder do Estado a favor dos seus interesses particulares ou dos objetivos ideológicos. Uma autêntica democracia** só é possível num Estado de direito e sobre a base de uma reta concepção da pessoa humana. Aquela, exige que se verifiquem as condições necessárias à promoção quer dos indivíduos através da educação e da formação nos verdadeiros ideais, quer da «subjetividade» da sociedade, mediante a criação de estruturas de participação e corresponsabilidade”. (Centesimus Annus/n.46/ Papa João Paulo II)*

APROFUNDANDO O CONHECIMENTO

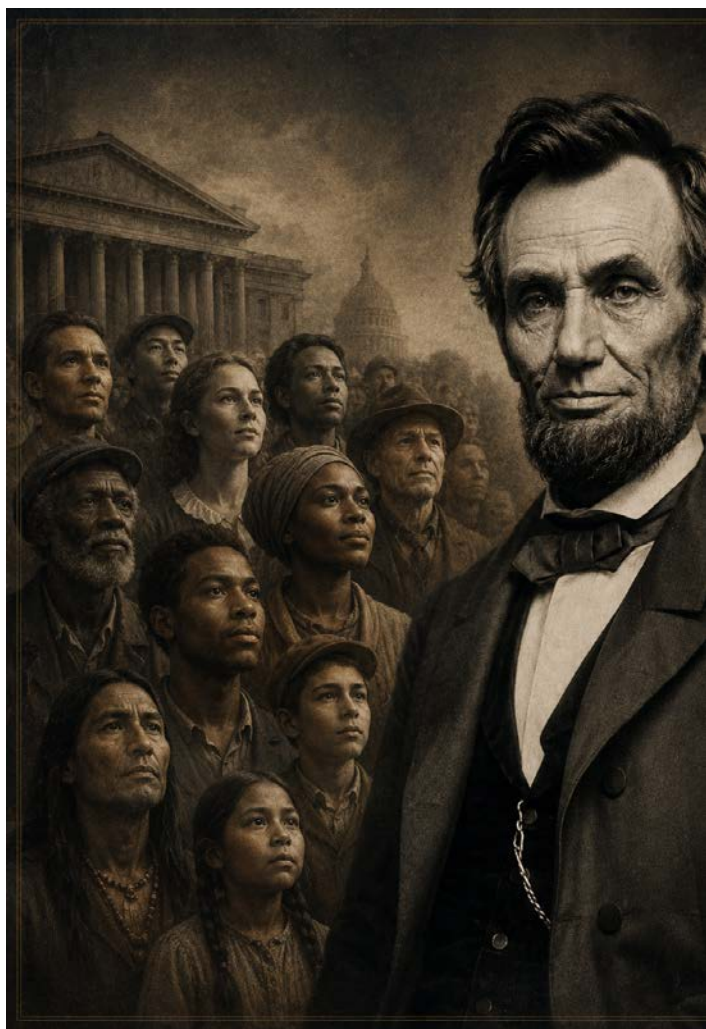
Do grego, “demos”, que quer dizer povo + “kratos” que quer dizer “poder”, entendemos assim a **democracia como “governo do povo”**. Alguns poderão lembrar a famosa frase de Abraham Lincoln:”

Democracia é o governo do povo, pelo povo, e para o povo.

A questão é: governo exercido pelo povo, diretamente, ou em seu nome, indiretamente. Nesse último caso, dizemos que existe uma Democracia Representativa, onde se espera que os representantes realmente governem ouvindo os representados.

O que temos visto, parece que simplesmente, ao povo, fica a tarefa só de designar seus representantes; embora haja muitas organizações populares atentas, reivindicando, lutando, nem sempre o que vigora é a lei do povo, mas de legisladores que priorizam e colocam em votação grandes interesses pessoais ou de grupos.

Reinhold Niebuhr, filósofo americano, disse que “a capacidade do homem para a justiça faz a democracia possível, mas a inclinação do homem para a injustiça faz a democracia necessária”. Uma **democracia** só há, quando igualdade, liberdade, justiça andam de mãos dadas. Aí, sim, podemos dizer que temos um Estado Democrático de Direito, onde ninguém, tem poder absoluto e a lei está acima de todos e todas; onde a justiça é feita se as leis não forem respeitadas. Não é o respeito da lei pela lei, mas pelo ser humano por sua dignidade, pelo direito ser tratado igualmente. Por isso a justiça deve ser “cega” porque deve chegar a todos e todas e, por isso mesmo, as leis devem ser respeitadas, seja pelo povo, pelos governantes, pelas autoridades.





“O reto exercício da democracia não é simples, nem é fácil. É, muitas vezes dificultado por uma série de interesses opostos que lhe criam obstáculos: a exploração da ignorância dos eleitores, o suborno, as fraudes eleitorais, as pressões políticas e econômicas exercidas sobre o eleitor”.

(Fernando Bastos de Ávila, SJ /Pequena Enciclopédia da DSI)



E infelizmente, os representantes foram votados pelos mesmos cidadãos que colocam seu voto na urna para escolher quem vão representá-los. E aí, temos os **partidos políticos**, cuja missão é o de ser o **mediador do povo com o poder**. Em sendo, assim hoje, a **democracia só representativa** não tem contemplado a participação popular. O ideal seria uma **democracia participativa**, claro, e representativa ao mesmo tempo, mas, inverter as funções: a representatividade a serviço do poder popular.

LER, REFLETIR, COMENTAR

- 1 Num Estado Democrático de Direito os **três Poderes são autônomos**, porém, devem ser harmoniosos, sem medo, sem represálias, sem tentativas de derrubadas entre si, não desautorizando um ao outro, respeitando a soberania da Constituição.
 - a) Dê um exemplo da atuação do Legislativo com relação aos outros Poderes, aqui no Brasil. Quais projetos de lei priorizam?
 - b) Por que temos visto tantos desencontros nas sessões do Legislativo? E entre os três Poderes entre si?
- 2 “Se a gente quer barrar, proteger a **democracia**, é preciso regulamentar os algoritmos; existem 3 ou 4 empresas no mundo que estão comandando tudo e não há como uma **democracia** resistir dessa maneira que é manipular ideias nas mãos de empresas que estão cooptando tudo. *(jornalista He-loisa Vilela no programa com Demori)*



- a) Observe que se trata do mal uso dos algoritmos, de um poder paralelo onde não é preciso eleição; a internet, a inteligência artificial, as redes sociais, a internet em mãos de determinados interesses vão estabelecendo novas formas de governar, manipulando as mentes. Que medidas deveriam ser tomadas para isto não acontecer? Como pessoalmente devemos nos comportar para não cairmos nas redes de intrigas, de polaridades que destroem as relações entre as pessoas destroem a democracia? Como entendemos essa fala do papa Leão XIV? *“Grandes fortunas estão sendo investidas nesse setor (tecnologia e inteligência artificial) sem considerar o valor do ser humano. A Igreja precisa intervir para que não sejamos reduzidos a peças de um sistema.”* (Papa Leão XIV, em entrevista à jornalista Elise Ann Allen, do portal Crux).

RECORDANDO

*“Segue-se claramente, portanto, que os católicos têm justas razões para participar na condução dos assuntos públicos. Pois, ao fazê-lo, **não assumem, nem devem assumir, a responsabilidade de aprovar o que há de censurável nos métodos reais de governo**, mas procuram direcionar esses mesmos métodos, na medida do possível, para o genuíno e verdadeiro bem público, e empregar os seus melhores esforços para, ao mesmo tempo, infundir, por assim dizer, em todas as veias do Estado a seiva e o sangue saudáveis da sabedoria e da virtude cristãs.”* (*Immortale Dei* (1885/ Papa Leão XIII/n.45)

Anunciar o Reino de Deus, evangelizar é também zelar para que os governantes se esforcem para o bem comum. A DSI, orienta que os cristãos, especialmente leigos e leigas, pela sua missão específica, de ser missionário, discípulo de Jesus no coração do mundo denunciem tudo o que for contra a mensagem do Evangelho, no seu eixo maior, vida digna em abundância para todas e todos, em igual condição, por justiça. Mas, nós cristãos, estamos tão divididos, polarizados! Ao invés de ser um povo só, na conquista da “Terra prometida” onde “jorre leite e mel” para todas e todos sem distinção”, nos dividimos no meio da caminhada e aí, entendem como querem as orientações do magistério da Igreja. Que espiritualidade é essa?



VOCÊ SABIA?

Um regime que se fala muito em voga, e sempre aparece quando o capitalismo decresce, é o **fascismo**. O fascismo é um regime político de extrema-direita e autoritário, com todo poder centralizado em uma pessoa e que tem por finalidade manter a ordem, a unidade e a glória nacional (ultranacionalismo) por meio da força. Embora, os termos sejam usados frequentemente juntos, fascismo e nazismo, eles têm focos ideológicos diferentes. Enquanto o fascismo italiano prioriza o Estado acima de tudo (tudo no Estado, nada fora do Estado, nem as pessoas, nem o bem comum), o nazismo alemão baseia-se centralmente em teorias de superioridade racial.

Aqui no Brasil, o **Integralismo** foi um movimento político de extrema-direita fundado no Brasil em 1932 por Plínio Salgado. Inspirado no **fascismo italiano**, defendia o ultranacionalismo, o anticomunismo, o autoritarismo e a centralização do poder. Seu famoso lema era *“Deus, Pátria e Família”*.

Hoje, ainda esse lema “Deus, Pátria e Família”, volta com força, e por certo, com a mesma finalidade fascista, do autoritarismo e menosprezo pelas classes mais necessitadas. Nós temos representantes eleitos pelo povo, que defendem com fanatismo esta ideia. Se for a volta do integralismo fascista brasileiro, a proposta é um governo não democrático, mas de pensamentos conservadores, onde o bem comum, conforme o magistério da Igreja não aparece. Seria um Estado a serviço do Estado e não da pessoa. Contraria tudo o que diz a Doutrina Social da Igreja.

A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA E O ANO DE ELEIÇÕES



“(...) não participar de assuntos públicos seria tão errado quanto não se preocupar com o bem comum ou não se empenhar por ele, e tanto mais porque os católicos são admoestados, pelas próprias doutrinas que professam, a serem íntegros e fiéis no cumprimento do dever, enquanto que, se mantiverem afastados, homens cujos princípios oferecem pouca garantia para o bem-estar do Estado tomarão com mais facilidade as rédeas do governo”.

(Leão XIII/Immortale Dei/1885/).



Está claro, pelos ensinamentos que a Democracia, bem encaminhada é um regime de governo que pretende ser do povo, se assim o povo reivindicá-la. Então, é preciso começar por entender que Democracia não é sinônimo de eleição, embora a eleição faça parte da Democracia. Que a Democracia requer que o povo, fique esperto, para além das eleições, que ela é um exercício de intervenções do povo, dos grupos organizados, para fazer valer o bem comum. Nós queremos um país onde todos tenham condições de trabalho, teto, terra, segurança, desenvolvimento, progresso, mas, dentro de uma Democracia, preferencialmente uma Democracia participativa. Para início de conversa, seria bom se perguntar e procurar responder para si próprio/a: Como é que vejo a “ligação entre as eleições e a construção do Reino de Deus? Como é que Cristo reagiria frente à realidade e nas campanhas eleitorais?





MÃO NA MASSA

1

Construir a democracia participativa com um sistema político através de plebiscitos, referendos, iniciativas populares de leis, orçamento participativo e com a cidadania controlando o estado, que seja soberano, recuperar as riquezas nacionais, respeite e valorize a biodiversidade, a soberania, a democratização dos meios de comunicação; empenhar-se para as formações em nível geral levem à missão de luta por direitos sociais, ambientais, políticos, civis, econômicos e culturais de todas as pessoas. (5ª Semana Social Brasileira,/CNBB/ O Estado que temos e o Estado que queremos))

2

Cuidado com **a mentira, o mentiroso não quer convencer o povo de que aquela mentira é verdade**, mas, destruir o discernimento das pessoas para que não saibam distinguir o que é **verdade e o que é mentira. E aí, o perigo de se acreditar, mesmo que mentira, no que se quer acreditar.** (Hannah Arendt/ensaio Verdade e Política) Daí as polarizações, que separam até famílias, intrigas entre paroquianos, entre o povo em geral. A CNBB, em sua mensagem após a sua 62ª assembleia conclama: “Conclamamos toda a sociedade brasileira a construir um amplo projeto de reconciliação e pacificação, a partir de um diálogo franco e aberto, que possibilite superar o que nos afasta, com o objetivo de assegurar o que nos une: o país, o seu povo e a criação. O ponto de partida dessa construção se dá nas famílias, comunidades, relações sociais, profissionais, eclesiais e políticas, através da amizade social que promove a cultura do encontro.”



EM PAUTA

CONHECENDO O NOVO ESTATUTO

UM NOVO TEMPO, UM NOVO ESTATUTO

Continuamos com as novidades da estrutura do CNLB. Com relação ao Colegiado, passa à denominação de Nacional, com uma nova formação, agora formado agora pelos presidentes dos CNLBs Regionais, pelos presidentes, coordenadores ou representantes ou representantes das Organizações Filiadas, pela Presidência, e não apenas o ou a presidente e também pelos coordenadores das comissões nacionais permanentes. Essa mudança proporciona um maior número de pessoas de diferentes órgãos encaminhando as decisões do organismo.

Mas para além do número de pessoas, o mais importante numa dinâmica sinodal, como define no artigo 38, são apresentadas as competências do Colegiado Nacional, dentre elas, aprovar e acompanhar os programas, convênios e projetos elaborados, segundo as metas e os planos de ação aprovados pela Assembleia Geral, levando em consideração as diretrizes e prioridades determinadas nos Encontros Nacionais.

O Conselho Fiscal por sua vez, foi reforçada no artigo 49, a necessidade de ser composto por pessoas reconhecidas por sua ciência e experiência administrativas, contábeis e financeiras para exercer a função fiscalizadora sobre a gestão patrimonial e financeira dos bens da entidade.

Maria das Graças Silva Gervásio - Pastoral da Criança e membro do Grupo de Trabalho que redigiu o novo Estatuto do CNLB

DATAS A SEREM LEMBRADAS



Santa Dulce dos Pobres:

Primeira santa nascida no Brasil



Dia do Padre:

Data da memória litúrgica de São João Maria Vianney, proclamado pelo Papa Pio XI padroeiro dos párocos e dos sacerdotes, em 1929.



Dia dos Pais:

No Brasil comemorado no segundo domingo do mês.



Dia da Assunção de Nossa Senhora.



Dia de luta da População em situação de Rua: A Campanha da Fraternidade deste ano, “Fraternidade e Moradia”, com o lema “Ele veio morar entre nós”(João 1, 14) nos lembra que ninguém escolhe a calçada como endereço. Desemprego, saúde mental, racismo, abandono familiar, dependência: a rua tem muitos nomes, mas o mesmo rosto de Cristo. “Eu estava nu e me vestistes...” (Mt, 25,36)

“Ele veio
morar entre nós”
João 1,14





CONHECENDO A REALIDADE DO CNLB

REGIONAIS – ORGANIZAÇÕES FILIADAS

JUBILEU DE OURO – CVX NO BRASIL

É bom sonhar, mas é ainda melhor quando se sonha juntos. Foi assim que, em Pentecostes de 1977, um grupo de jovens egressos das Congregações Marianas reuniu-se no Rio de Janeiro para iniciar uma caminhada comum sob o estilo de vida da Espiritualidade de Santo Inácio de Loyola. Faziam eco a uma iniciativa que já acontecia em diversas partes do mundo, na qual as Congregações Marianas buscavam reencontrar suas raízes e renovar seu carisma à luz das inspirações que lhes deram origem no século XVI.

A partir daquela experiência, a pequena semente de mostarda começou a germinar em solo brasileiro, sendo cultivada pela graça de Deus e regada pelos frutos do Espírito Santo. Ao longo dos anos, novas comunidades surgiram, pessoas foram sendo chamadas, vocações foram amadurecendo e a CVX foi consolidando sua presença na Igreja do Brasil como um espaço de encontro, discernimento, formação e missão.

Desde a primeira hora, a CVX é filiada ao CNLB, pois acreditamos que somente um laicato consciente do seu protagonismo eclesial, forte e organizado na sua ação missionária, pode responder aos apelos da Igreja diante dos desafios do nosso tempo. Para a CVX, pertencer ao Conselho Nacional do Laicato do Brasil (CNLB) não é apenas uma adesão institucional; antes de tudo, é certeza de comunhão, num amálgama suscitado pelo Espírito que torna visível e concreto o Reino de Deus na Igreja e na sociedade.

Hoje, a CVX possui em nosso país cerca de 50 comunidades organizadas em 6 regionais. Internacionalmente, a CVX está presente em mais de 70 países e compreende a si mesma não como uma federação de comunidades nacionais, mas sim como uma única Comunidade Mundial. A pequena comunidade local é parte inseparável de um Corpo Apostólico maior. Daí que faz sentido dizer **CVX no Brasil** e não CVX do Brasil. Cultivamos a mística de que, na pequena fração, está contido o todo.

Ao nos aproximarmos da celebração dos primeiros 50 anos da CVX no Brasil, é nosso dever ter um olhar de gratidão ao Senhor que sempre nos precede no caminho e a todos os nossos companheiros e companheiras que nos antecederam, alguns já na Jerusalém celeste. Dóceis às inspirações do Espírito, contribuíram com suas vidas e suas histórias para abrir essas veredas, que ainda hoje estamos trilhando.

A CVX continua firmemente voltada para um tema presente em seus Princípios Gerais: *“O campo da missão da CVX não conhece limites.”* Como costumam dizer os jesuítas, nossos irmãos mais próximos, somos disponíveis para tudo, predestinados para nada. No entanto, embora não tenhamos um apostolado específico, reconhecemos que, diante de tantas necessidades missionárias do nosso tempo, alguns campos de missão assumem especial relevância. São as chamadas **fronteiras apostólicas**, prioritárias, embora não exclusivas. Hoje, a CVX no Brasil está particularmente atenta às fronteiras da **Globalização e Pobreza, Ecologia, Juventude e Família**. É nesses ambientes que nossa Espiritualidade Inaciana, que nos chama a sermos “contemplativos na ação”, ganha contornos mais concretos através da iniciativa apostólica de diversos membros e comunidades CVX, procurando responder aos desafios do nosso tempo e aos apelos da Igreja, especialmente junto aos mais vulneráveis. Assim, buscamos seguir Jesus Cristo mais de perto, trabalhando com Ele na Construção do Reino de justiça, misericórdia e fraternidade.

É nesse ambiente de graça e consolação, de desafios e dificuldades, que continuamos a nossa peregrinação, em comunhão com a Igreja e, de modo particular, com o CNLB, agradecidos pelo chão que já caminhamos e esperando em Jesus Cristo pelos próximos 50 anos que em breve iniciaremos sob a proteção de Nossa Senhora da Estrada e a intercessão de Santo Inácio.

Alexandre Pinheiro Tenorio

Recorda-te de todo o caminho pelo qual o Senhor teu Deus te conduziu (Dt 8,2)



CNLB

AGENDA FORMATIVA CNLB

SETEMBRO
2026



AS ELEIÇÕES DE 2026 E A DEMOCRACIA E SOBERANIA DO BRASIL

Neste ano de 2026 será realizada eleição geral no Brasil, para escolha de deputados estaduais e federais e senadores, de governadores de Estado e do Presidente da República. As eleições ocorrem na perspectiva do fortalecimento da Democracia e da Soberania do país, ameaçadas pela tentativa de Golpe de Estado ocorrido no ano de 2023.

A Constituição de 1988, define no seu artigo primeiro que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado democrático de direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pelo pluralismo político. E no parágrafo único enfatiza que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos.

A eleição representa esse momento de cidadania, de participação política do cidadão, do exercício da Democracia, da livre escolha dos governantes e dos parlamentares. Os direitos políticos de votar e ser votado são inerentes à Democracia. O exercício dos direitos políticos e a participação política são fundamentais para a organização da sociedade e o Estado Democrático de Direito.

Não podemos aceitar ameaças ao direito da população de escolher os políticos. O Brasil já teve em anos recentes 21 anos de ditadura militar, onde direitos políticos foram retirados e perseguições, prisões arbitrárias, torturas e mortes foram a prática do Estado contra quem criticasse os governantes. A luta pela Redemocratização do país levou muitos anos e muita luta.

A Democracia representa a livre manifestação da população e o respeito a decisão popular.

Um Brasil soberano pressupõe também independência nacional, autodeterminação do povo, prevalência dos direitos humanos, respeito aos outros países, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, cooperação entre os povos. Soberania é não aceitar intervenção ou interferência de interesses de outros países nas decisões internas do Brasil.

Os avanços sociais que o país experimenta, com redução da pobreza e da fome, com a redução do desemprego e o aumento da renda, representam melhorias na qualidade de vida da população, redução das desigualdades sociais, e são reflexos do atual momento democrático e de defesa da soberania nacional. E isso estará em jogo nas eleições. Continuar esse projeto democrático de país ou retrocessos e perdas de direitos fundamentais da população.

Lembrando que a eleição pressupõe a escolha livre e democrática. Política não é lugar para os corruptos e “espertalhões”. As práticas abusivas, ilegais e imorais precisam ser combatidas. A compra de voto e a corrupção eleitoral são abomináveis. Se o voto for para um candidato honesto em suas práticas eleitorais, e tem conduta ética, a sociedade ganha.

Voto não é mercadoria, voto tem consequências. O voto consciente é instrumento de fortalecimento da democracia e soberania do Brasil.

José Ricardo Wendling
Cristão leigo. Vereador na cidade de Manaus

PALAVRA DE LEÃO XIV



“(...) sem uma mudança de rumo na assunção de responsabilidade política e sem respeito pelas instituições e pelos acordos internacionais, o destino da humanidade corre o risco de ser tragicamente comprometido. Deus não deseja isto. O seu santo Nome não pode ser profanado pela vontade de domínio, pela prepotência e pela discriminação: acima de tudo, não deve nunca ser invocado para justificar escolhas e ações de morte”. (em sua viagem a Guiné/21/04/2026)

Intenção de oração do Papa confiadas a Rede Mundial de Oração para setembro de 2026

Cuidado com a água

Rezemos por uma gestão justa e sustentável da água, recurso vital, para que todos tenham igual acesso a ela.

CONVERSANDO COM A CNBB

“Em outubro deste ano, encorajamos o povo brasileiro a participar efetivamente da festa da democracia e exercitar conscientemente a cidadania como o melhor mecanismo para a solução dos desafios nacionais. Importam tanto as eleições para o **Poder Executivo** como para o **Poder Legislativo**, especialmente diante da necessidade de um parlamento que enfrente as causas estruturais da pobreza e crie condições de uma educação de qualidade, de moradia digna e de acesso à saúde para todos.

É importante combater a compra e a venda de votos. Como sabemos, **“o voto não tem preço, tem consequência”**. É fundamental **escolher bem os candidatos, com propostas concretas a serviço dos mais vulneráveis, da justiça socioambiental e da vida**. Da mesma forma, em tempos eleitorais, a relação entre religião e política deve respeitar as diferenças entre ambas e impedir qualquer instrumentalização. A liberdade religiosa sofre quando são atacadas as tradições religiosas.

Nesse contexto, torna-se urgente proteger a **verdade dos fatos, a integridade do debate público e a legitimidade do processo eleitoral, especialmente diante da disseminação organizada de desinformação, da manipulação do medo, dos discursos de ódio, do uso abusivo de novas tecnologias e dos recursos da inteligência artificial**. A corrosão da convivência democrática enfraquece a sociedade e fere a verdade. Por isso, renovamos nosso apelo à **caridade** e à ética, especialmente no campo da comunicação”.(62ª assembleia da CNBB/2026)



Votar para passar da velha política de sempre para uma utópica política nova, da terra proibida para a terra prometida.

D. Pedro Casaldáliga



As eleições se aproximam e muita coisa estará em jogo. O CNLB acredita que os cristãos leigos e leigas católicos, não podem ir às urnas despreparados. Acredita que o momento eleitoral é sempre um momento ímpar de reflexões e tomadas de decisões que vão influir nos destinos do nosso país e consequentemente na vida do povo brasileiro. Foi nesse sentido, que escolhemos nesse ano de 2026, trabalhar com a Doutrina Social da Igreja, que nos dá bases sólidas de como escolher um **projeto político** que avance na transformação da realidade e que corrija as desigualdades profundas que fazem sofrer o povo brasileiro.

“A doutrina social da Igreja é, todavia, dinâmica, isto é, adaptada às circunstâncias dos tempos e lugares. É direito e dever dos pastores propor os princípios morais, também sobre a ordem social, e é dever de todos os cristãos dedicarem-se à defesa dos direitos humanos.” (Christifideles Laici n. 60/João Paulo II)

Assim, como acima nos orienta a DSI, **O CNLB** se une aos nossos pastores da CNBB, e com eles, reafirmamos as orientações sobre esse momento em que o povo brasileiro, através da democracia elege seus representantes e na contagem dos votos finais a “nossa sorte será lançada”.

APROFUNDANDO O CONHECIMENTO

Verifique nos discursos dos candidatos, se apresentam, as questões abaixo, nos seus projetos políticos:

No Brasil, há feridas cruéis a serem sanadas. “O narcotráfico, as milícias e o crime organizado produzem um regime cotidiano de violência que vai muito além dos confrontos armados. Eles controlam territórios e enfraquecem a autoridade legítima das instituições. Nas periferias, a população passa a viver entre a ausência do Estado e a presença de poderes paralelos”. Igualmente no campo, o quadro é grave, diante de situações historicamente injustas. Crescem os casos de feminicídio, o racismo.

“Nas comunidades tradicionais, as disputas pela terra, pela água e por território produzem sofrimento, medo, expulsões e tragédias”. “Dirigimos ainda nossa atenção aos povos indígenas e comunidades tradicionais, como os quilombolas e os ribeirinhos brasileiros. Eles continuam ameaçados por iniciativas que desconsideram sua história, sua identidade e seus direitos originários, por propostas legislativas inconstitucionais que procuram enfraquecer a proteção dos seus territórios. Nenhuma solução legítima poderá ser construída sem escuta verdadeira, participação e respeito a esses povos.

“Preocupa-nos a discussão no Supremo Tribunal Federal sobre a substituição de contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) por vínculos precários de prestação de serviços, conhecidos como “pejotização”, desaparece o Estado, vigora a lei do mais forte. Da mesma forma, é necessário reafirmar o direito sagrado ao repouso, oferecendo escalas de atividades que permitam aos trabalhadores melhor qualidade de vida e mais tempo com as suas famílias”. “Dirigimos ainda nossa atenção aos povos indígenas e comunidades tradicionais, como os quilombolas e os ribeirinhos brasileiros. Eles continuam ameaçados por iniciativas que desconsideram sua história, sua identidade e seus direitos originários, por propostas legislativas inconstitucionais que procuram enfraquecer a proteção dos seus territórios. Nenhuma solução legítima poderá ser construída sem escuta verdadeira, participação e respeito a esses povos”. *(Carta ao povo brasileiro/ CNBB/ 62ª assembleia 2026)*

1

“Em uma chamada num site para uma análise da conjuntura atual, o jornalista Jamil Chade, nos fazia refletir: “Neste momento existe uma disputa entre as maiores potências do planeta para definir quem vai ditar as regras do século XXI e o Brasil é uma peça central nesse jogo. Os Estados Unidos sabem disso, a China sabe disso. A pergunta é: A sociedade brasileira sabe disso? Eu estou aqui na sede da ONU. Há mais de duas décadas eu cubro geopolítica, crises humanitárias, guerras, e o que eu testemunho hoje me leva a fazer convocação: **o brasileiro precisa entender o que está acontecendo no mundo porque as decisões que estão sendo tomadas agora, vão determinar o nosso futuro e não no longo prazo. É agora, em 2026.**”



Isso é muito sério! Especialmente num momento onde as eleições brasileiras estão à porta. Pergunta para discutir: **A sociedade brasileira, sabe disso?**

“A grave crise ética tem, na corrupção, a ferida mais profunda. Ela abala a confiança da população, desvia recursos que deveriam servir aos mais pobres e fragiliza a qualidade de nossa democracia, já marcada por sinais preocupantes de desgaste. Por isso, é necessário defender com firmeza as instituições republicanas, os órgãos de controle, a justiça, a transparência e a responsabilidade na vida pública, pois são instrumentos indispensáveis para a proteção do bem comum. As relações promíscuas entre o público e o privado, inclusive promovidas por autoridades, impactam a política e não podem ficar impunes.” (CNBB ao povo brasileiro/2026) para refletir e comentar: **Por que a corrupção é a ferida mais profunda?**

2

Ficar atento às votações dos Legislativos para verificar se votam leis para benefício do povo; quem vota e quem não vota; como votam as bancadas; que origem tem suas informações; rejeitar a mentira, verificar o comportamento dos eleitos, há ética? São votos constitucionais?

RECORDANDO

CUIDADO COM PERSONAGENS CRIADAS COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA MANIPULAR A POLÍTICA!

“E aqui começa o problema, porque fake news sempre existiu. Seres humanos mentem politicamente há muito tempo, mas, agora, a mentira ganhou rosto, ganhou voz, ganhou emoção, ganhou ruga, sotaque, indignação e aparência de gente comum. A mentira agora pode se vestir de povo e isso muda tudo porque quando uma personagem artificial aparece falando (...)ela não está apenas dando uma opinião, ela está fabricando confiança. (...) A pessoa olha e pensa: é uma mulher do povo falando, por exemplo, mas não é, é tecnologia produzindo empatia artificial. É propaganda fantasiada de pessoa. É **manipulação política** com rosto humano e esse é o novo laboratório da extrema-direita digital: criar personagens falsos para manipular pessoas reais. Porque **democracia** pressupõe debate público, mas como debater com perfis que não existem?

Como responsabilizar uma pessoa que nunca nasceu? Como disputar ideias quando a mentira vem com rosto, voz e emoção artificiais? O problema não é simplesmente a inteligência artificial em si; o problema é a inteligência artificial usada para fabricar medo, ódio, inimigos e funciona porque captura atenção, depois confiança e por fim captura o comportamento. É parecido com a lógica do tigrinho, das bets; primeiro seduz, depois prende, depois manipula.

Quando milhões passam a votar por imagens, vozes falsas, indignações fabricadas, a **democracia deixa de ser uma escolha consciente**, ela vira engenharia emocional.

Por isso precisamos falar de IA, política e psicologia juntas, porque a **grande fraude do futuro talvez não seja mudar o voto depois de uma urna; seja fabricar o desejo antes da pessoa votar**. A mentira agora tem rosto e talvez o perigo seja justamente esse, muita gente acreditar porque parece um rosto familiar. (*Diemerson da Costa Sacchetto em site Escola de Humanas*)



VOCÊ SABIA?

01

Quando um mentiroso vai na internet e espalha uma mentira, o pano de fundo não é convencer sobre a mentira em si, mas destruir a capacidade das pessoas de distinguir entre o que é fato e o que é mentira e na dúvida, as pessoas se enganarem.

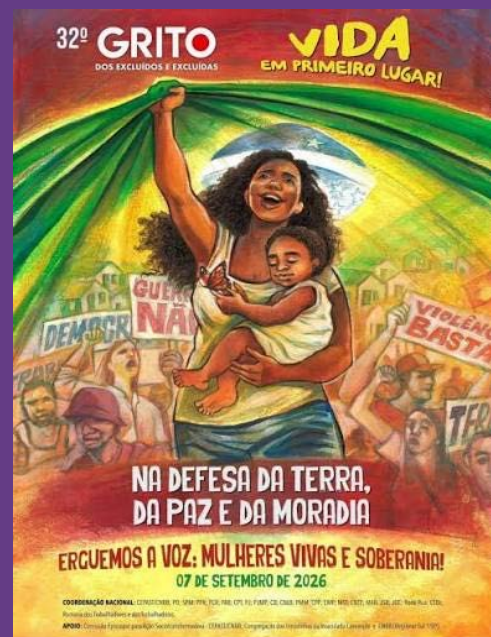
02

As Eleições 2026 acontecerão no dia 4 de outubro, primeiro domingo do mês. Já se houver segundo turno, ele ocorrerá no último domingo do mesmo mês, 25 de outubro. Quem dita as regras dessa escolha é a Constituição de 1988, em seus artigos 28, 29, inciso II, e 77, que tratam das eleições para cargos municipais, estaduais e federais. Nesses casos, no primeiro turno, vence o candidato que receber a maioria absoluta dos votos válidos, sem contar votos brancos e nulos. Por maioria absoluta, entende-se que o candidato recebeu mais da metade dos votos válidos mais um. Caso isso não aconteça, a Justiça Eleitoral organiza um segundo turno, contando apenas com os dois candidatos mais votados. Com isso, aquele que obtiver a maioria dos votos válidos atingirá obrigatoriamente a maioria absoluta. Esse processo é determinado nos parágrafos 2º e 3º do artigo 77 da Carta Magna.

03

Que o **32º Grito dos Excluídos e Excluídas de 2026** será realizado em 7 de setembro, focando na defesa da terra, paz e moradia, com o lema “Mulheres vivas e soberania”. A mobilização nacional continua a ressignificar o Dia da Independência, posicionando a vida em primeiro lugar e denunciando desigualdades.

O tema é: Vida em Primeiro Lugar.



A DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA E AS ELEIÇÕES

Há 2.300 anos atrás, Platão falava:

“Quem não participa da política acaba sendo governado pelos piores.”

Se alguém pensa que pode ficar em cima do muro sobre as questões da política, está muito enganado. Porque não percebe que a política não é só período de eleição. É no dia a dia que se faz política, porque vivemos o dia a dia dependendo do que os políticos eleitos votam sobre os rumos da nossa vida.

Quando alguém se nega a votar, deixa um vazio que vai ser preenchido por outro, que pode ser alguém do contra. E, então, essa pessoa, que não quer sujar as mãos com política, cederá seu lugar em quem poderá sujar as mãos contra ela. O Papa Francisco dizia: *“A política é muito suja, mas eu me pergunto: Por que é suja? Por que os cristãos não estão revestidos do espírito evangélico”*. (7/6/ 2013 à p/ jovens do Colégio Jesuíta da Itália)

Enquanto se disser que não se interessa por política, e nem querem saber dos acontecimentos políticos, o Legislativo vota o que bem entender, passando à frente projetos de interesses das bancadas e deixando para trás o que beneficiaria vida digna aos mais necessitados.



A sorte dos brasileiros está em jogo, por isso é necessário preparar bem o voto: eleições são sinais de que é possível mudar os rumos deste país.

“Atualmente muitos possuem uma má noção da política, e não se pode ignorar que frequentemente, por trás deste fato, estão os erros, a corrupção e a ineficiência de alguns políticos. A isto vêm juntar-se as estratégias que visam enfraquecê-la substituí-la pela economia ou dominá-la por alguma ideologia”. “O mundo não pode funcionar sem política, pois não se pode haver fraternidade universal sem uma boa política. Portanto, não se trata de demonizar a política, mas de promover uma “Política Melhor”. (Papa Francisco/ Fratelli tutti/176/154)



MÃOS NA MASSA

- 1** “Os políticos se parecem muito nos seus discursos. Ouvem-se de todas as bocas as mesmas promessas. Mas, se vasculharmos detidamente as alianças, os votos dados no parlamento, os jogos de conveniência, os interesses defendidos, as propostas feitas nos legislativos, as medidas tomadas nas administrações, as diferenças aparecerão”. (*Pe João Batista Libânio*) Vamos então, verificar o mandato dos que querem se reeleger e dos novos candidatos o que votaram, que projetos para o povo apresentam? Quem financia sua campanha? Confronte a sua imagem e o seu discurso e a sua prática política, seu passado, seu presente. Oferece algo em troca de voto? É correto ou participa do esquema “é dando que se recebe”; ou faz jogo de conveniências colocando preço nas suas decisões, enriquecendo-se ilicitamente, favorecendo e distribuindo favores. Tem discurso a favor do bem comum, dos mais necessitados propostas para acabar com as desigualdades?
- 2** Lembrar, que se a maioria do Congresso, estiver em desarmonia com o Executivo e sempre votarem contra as propostas do mesmo, o chefe do Executivo não conseguirá governar porque depende dos votos dos congressistas.
- 3** O Laicato precisa de devida formação social: “Para que os leigos possam realizar ativamente este nobre propósito na **política** (isto é, o propósito de fazer reconhecer e estimar os valores humanos e cristãos), não são suficientes as exortações, é preciso dar-lhes a **devida formação da consciência social, sobretudo acerca da doutrina social da Igreja**, a qual contém os princípios de reflexão, os critérios de julgar e as diretivas práticas”. (*Congregação para a Doutrina da Fé, Instrução sobre liberdade cristã e libertação, 72*).
- 4** Quanto mais se reforçam deputados, senadores que formam as bancadas, da bala, da Bíblia, do agro, das universidades privadas e outras bancadas, menos espaço para o povo emanar seu poder.



- 5 Há **partidos brasileiros**, que vivem de negociatas. Procure saber quais são.
- 6 Lembrar sempre que: Eleitor cidadão é aquele, aquela, que vota com a razão e a inteligência, tem consciência de que seu voto é capaz de mudar a sociedade para melhor. O eleitor consciente não banca o bicho. Conhece o peso do seu voto, a responsabilidade da sua escolha, as consequências políticas de sua preferência eleitoral. Não vota pensando em próprio proveito, mas no bem da maioria. Eleitor que vende seu voto, vende sua consciência. Eleitor, que se deixa manipular por mentiras da internet, das tv e meios de comunicações, é eleitor massa de manobra...
- 7 **Recado da CNBB:** *Pedimos a todos um esforço contínuo pela unidade, fazendo de nossas comunidades ambientes onde o diálogo se manifeste na superação das polarizações. Empenhemo-nos na valorização da diversidade dos dons, onde todos os ministérios sejam vividos como serviço ao próximo, num caminho de comunhão, participação e missão.*

DATAS A SEREM LEMBRADAS



Independência do Brasil: A “Pátria independente é mãe que cuida de todos os filhos”!

32º Grito dos Excluídos e Excluídas (2026) é “Vida em Primeiro Lugar”, com o lema: “Na defesa da terra, da paz e da moradia, erguemos a voz: mulheres vivas e soberania”.



Dia de Nossa Senhora das Dores ou Nossa Senhora da Piedade



Dia da Bíblia Católica: A Igreja Católica incentiva o estudo ao longo do mês de um dos livros da Bíblia. Este ano de 2026 o escolhido para o estudo é o Livro de Daniel, acompanhado pelo lema “Seu reino jamais será destruído” (Dn 7,14).



EM PAUTA

CONHECENDO O NOVO ESTATUTO

UM NOVO TEMPO, UM NOVO ESTATUTO

Além da participação dos coordenadores das comissões nacionais de assessoria permanentes no Colegiado Nacional, é importante registrar que a criação dessas comissões permanentes, é de competência exclusiva da Assembleia Geral e as comissões provisórias, é de competência do Colegiado Nacional, ou em casos especiais, da Presidência, ad referendum do Colegiado Nacional, conforme consta no artigo 51.

Sobre as eleições, a novidade é o mandato da Presidência e o Conselho Fiscal que passa a ser de 4 anos, conforme artigo 54. Vale destacar ainda, os parágrafos desse artigo. No primeiro parágrafo, informa que será permitida uma reeleição para os mesmos cargos na Presidência, recomendada a renovação mínima de 40% de seus membros. E no segundo, que não é permitida a reeleição para os membros do Conselho Fiscal.

O que estão achando das atualizações do estatuto? Seguiremos com mais novidades. Continuem acompanhando!

Maria das Graças Silva Gervásio - Pastoral da Criança e membro do Grupo de Trabalho que redigiu o novo Estatuto do CNLB



CONHECENDO A REALIDADE DO CNLB

REGIONAIS – ORGANIZAÇÕES FILIADAS

40 ANOS DE MISSÃO DO CNLB SUL 1: TESTEMUNHAS DE ESPERANÇA

Celebrar quatro décadas de história do Conselho Nacional de Leigos do Brasil (CNLB) Regional Sul 1 é, antes de tudo, um ato de profunda gratidão e profetismo. Sob a luz do nosso Tema: 40 anos de missão do CNLB Sul 1: Testemunhas de Esperança, somos convocados a olhar para o horizonte sem esquecer as raízes que nos sustentam. Olhar para trás nos permite reconhecer as sementes plantadas desde os encontros iniciais de 1986. Aquela caminhada, nascida da coragem e da determinação de leigos e leigas, consolidou um espaço vital de comunhão e corresponsabilidade no estado de São Paulo. Em perfeita sintonia com o Ano Jubilar da Esperança, assumimos o nosso Lema: “Quero trazer à memória o que me pode dar esperança” (cf. Lm 3, 21). Revisitamos o passado para colher a força necessária que impulsionará os passos futuros da nossa ação evangelizadora.

Fazer memória exige render uma justa e afetuosa homenagem póstuma a duas colunas desta construção: Carlos Francisco Signorelli e Wanda Conti. Suas recentes partidas deixam uma lacuna imensa, mas o legado de ambos permanece vivo em cada articulação deste organismo. Carlos sempre nos lembrava com firmeza que a construção do organismo laical não é um fim em si mesmo, mas

um meio para edificar uma Igreja plena de carismas e voltada à prática concreta. Wanda, por sua vez, personificou a coragem ao recordar com emoção a histórica Assembleia das Igrejas em Itaici. Ali, a firmeza e a segurança dos leigos na mesa de coordenação conduziram à aprovação da fundação do Conselho diante de todo o episcopado. Suas vidas foram autênticas expressões de fé e serviço que moldaram a identidade do Regional.

Essa história de comunhão ganha ainda mais força quando resgatamos o papel indispensável das organizações filiadas. Os movimentos de espiritualidade, associações de fiéis, pastorais sociais e leigos ligados a carismas religiosos foram os primeiros a idealizar o Conselho. Eles transformaram o Regional Sul 1 em um rico espaço de diálogo e mútua solidariedade. Ao longo dessa trajetória, essas expressões laicais deram contribuições fundamentais, enriquecendo o organismo com suas vivências internas e ajudando a consolidar a diretriz de Puebla: o laicato como o “coração da Igreja no mundo e o coração do mundo na Igreja”. O grande desafio atual permanece em fazer com que cada organização se reconheça cada vez mais como sujeito ativo e corresponsável desta rica história coletiva.

Inspirados por esses testemunhos e pelo amadurecimento da nossa fé no convívio fraterno, renovamos o compromisso social e eclesial do laicato. O amadurecimento que alcançamos como discípulos missionários engajados na transformação social é a nossa maior dívida de gratidão ao Conselho. O laicato do Sul 1 segue chamado a ser o motor da caridade e a força viva na busca por uma sociedade solidária, justa e fraterna. Que a lembrança desses 40 anos continue a guiar nossa caminhada rumo ao futuro, integrando o protagonismo da juventude e os novos recursos tecnológicos a serviço do Reino. Com o coração aquecido pela história e os olhos postos no horizonte, avançamos convictos de que trazer à memória a nossa trajetória é a maior certeza de que a esperança nunca decepciona.

Luis Antonio Ferreira

GT 40 anos do CNLB Sul 1

Fonte: Revista 25 anos do CNLB Regional Sul 1